



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS.
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA E SOCIEDADE

*MAPEAMENTO CULTURAL EM SERROLÂNDIA/BA:
Levantamento e organização de dados culturais*

por

NEUSA MARTINS DO ROSÁRIO

Orientador (a): Prof (a). Dr (a). GISELE M. NUSSBAUMER

SALVADOR, 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA E SOCIEDADE**

***MAPEAMENTO CULTURAL EM SERROLÂNDIA/BA:
Levantamento e organização de dados culturais***

por

NEUSA MARTINS DO ROSÁRIO

Orientador (a): Prof (a). Dr (a). GISELE M. NUSSBAUMER

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre.

**SALVADOR
2014**

Sistema de Bibliotecas - UFBA

Martins do Rosário, Neusa
Mapeamento Cultural em Serrolândia/BA: Levantamento e
organização de dados culturais / Neusa Martins do Rosário. -- Salvador,
2014.

142 f. : il

Orientador: Profa. Dra. Gisele Marchiori Nussbaumer.

Dissertação (Mestrado - Programa Multidisciplinar de Pós-
Graduação em Cultura E Sociedade) -- Universidade Federal da Bahia,
Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos
/IHAC, 2014.

1. Cultura. 2. Políticas culturais. 3. Mapeamentos culturais. 4.
Informações e indicadores culturais. 5. Diagnósticos da cultura. I.
Marchiori Nussbaumer, Profa. Dra. Gisele. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
IHAC- INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E
CIÊNCIAS PROFESSOR MILTON SANTOS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA & SOCIEDADE

Ata da Reunião da Defesa Oral da Dissertação de **Neusa Martins do Rosário**

Intitulada: “*Mapeamento Cultural em Serrolândia/Ba: levantamento e organização de dados culturais*”.

Aos 11 (onze) dias do mês de dezembro de dois mil e catorze, no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, IHAC – UFBA, foi instalada a Banca Examinadora da dissertação de mestrado intitulada: “*Mapeamento Cultural em Serrolândia/Ba: levantamento e organização de dados culturais*”. Após a abertura da sessão, foi composta a Banca Examinadora formada pelos professores Drs.: Profa. Dra. Gisele Marchiori Nussbaumer – Orientadora, pelo examinador externo o Prof. Dr. Horácio Nelson Hasteinreiter Filho (UFBA); e interno do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade o Prof. Dr. José Roberto Severino. Conforme o Regimento Interno do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade foi dado o prazo de trinta minutos para que a mestrandia fizesse a exposição do seu trabalho e trinta minutos para que os membros da Banca realizassem a arguição. Primeiro falou o Prof. Dr. Horácio Nelson Hasteinreiter Filho, examinador externo. Em seguida, o Prof. Dr. José Roberto Severino, avaliador interno, fez sua arguição. Depois que os membros da Banca falaram, foi dado um prazo de trinta minutos para que a mestrandia fizesse sua réplica. Concluída a exposição, arguição e réplica, a Banca Examinadora se reuniu e considerou a dissertação de **Neusa Martins do Rosário** como APROVADA. Nada mais havendo a tratar, eu, Profa. Dra. Gisele Marchiori Nussbaumer, orientadora, lavrei a presente ata que será por mim assinada, pelos demais membros da Banca e pela mestrandia. Salvador, 11 de dezembro de 2014.

Profa. Dra. Gisele Marchiori Nussbaumer Gisele M. Nussbaumer
Prof. Dr. José Roberto Severino José Roberto Severino
Prof. Dr. Horácio Nelson Hasteinreiter Filho Horácio Nelson Hasteinreiter Filho
Mestrandia Neusa Martins do Rosário Neusa Martins do Rosário

*Sonhar, um estímulo à superação.
Superação, evolução dos sentimentos
mais fortes e ternos...*

AGRADEÇO...

A Deus, por tudo, incondicionalmente!

Aos meus pais, D. Arlinda (nossa D'arlí) e Seu Antonio de Ôzinho (nosso S'itó... *in memorian*), pelo amor e pela orientação de vida, sempre com dignidade!

Ao meu filho Iago, pelo amor e pela singeleza!

Aos meus quatro irmãos (Raimundo e Rosalvo, *in memorian*) e minhas seis irmãs, pelo amor e apoio incondicional!

Aos meus sobrinhos e minhas sobrinhas, pelo amor e incentivo!

Aos meus cunhados e minhas cunhadas, pelo apoio e atenção!

A minha orientadora, a Prof(a). Dr(a). Gisele Nussbaumer (Gica), pela paciência, generosidade e dedicação!

Ao Pós-cultura/UFBA, por proporcionar a realização deste trabalho!

A Prof(a). Dr(a). Clélia Côrtes e ao Prof. Dr. Beto Severino, pelo apoio e contribuições!

As minhas amigas, Nádia, Luiza, (E)Milena e Bruna, pelo apoio e carinho!

Ao Prof. Dr. Albino Rubim, pela orientação na graduação proporcionando a continuidade deste trabalho, e a Prof(a). Dr(a). Linda Rubim, pelo incentivo!

Ao amigo de infância e anjo da guarda durante a pesquisa de campo, Nadinho de D. Filó!

A todos os atores culturais do município de Serrolândia/BA, de seus povoados e suas comunidades rurais, pela atenção e apoio. Sempre serei grata pela generosidade!

Ao Prof. Dr. Horácio Hastenreiter, da Escola de Administração/UFBA, pela atenção e generosidade ao aceitar participar da Banca examinadora.

Ao Grupo de estudos CISAIS/IHAC/UFBA, juntamente com a Profa. Clélia, por todas as atividades e discussões que colaboraram com o desenvolvimento deste trabalho!

Ao colega de turma, Cincinato Marques Jr., Professor de Geografia da UFPA e doutorando no Pós-cultura/UFBA, pelas orientações e livros emprestados.

Ao amigo João Vanderlei de Moraes Filho, por despertar esperança através da Leitura, além do apoio na Diretoria do Livro e da Leitura da Fundação Pedro Calmon-FPC/Secult/BA.

Aos colegas da DLL/FPC pela atenção e compreensão. Em especial, a Jorge Lavigne, pela revisão e leituras, e a Joselita Sena, pela amizade e ajuda!

Por fim, ao lugar de onde venho e aos parentes e amigos que lá estiveram ou estão.

ROSÁRIO, Neusa Martins do. Mapeamento Cultural em Serrolândia/BA: Levantamento e organização de dados culturais. 142 f. 2014. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos /IHAC, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

RESUMO

A necessidade de organizar e difundir dados culturais torna-se cada vez mais urgente no Brasil. Instituições públicas e privadas vêm se apropriando das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação/NTICs no intuito de organizar seus dados. Reconhecer mapeamentos culturais como subsídio para identificação, proteção e valorização de bens culturais, assim como referencial para a organização de dados culturais, é a proposta central deste trabalho. Neste contexto, consideramos avanços e marcos legais da cultura, como o Plano Nacional da Cultura/PNC/MinC e o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais/SNIIC/MinC, inerentes à organização desses dados no país, em especial, voltados para municípios com até vinte mil habitantes. Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, trabalhamos com as noções de cultura, políticas e mapeamentos culturais; no segundo, destacamos o mapeamento cultural como instrumento para elaboração de políticas culturais; no terceiro, apresentamos procedimentos propostos e experimentados, além de desafios e limitações enfrentados no decorrer da pesquisa e registro de dados; e no quarto e último capítulo, destacamos um registro ilustrativo do mapeamento cultural realizado em Serrolândia/BA. Por fim, nas considerações finais, refletimos sobre a utilização desses mapeamentos, apresentamos procedimentos e ações que podem fortalecer o protagonismo e a participação de diversos atores nos processos socioculturais e políticos, a partir de suas vivências e experiências, contribuindo assim com o planejamento, a elaboração e execução de políticas culturais atentas ao desenvolvimento dos municípios brasileiros, principalmente aqueles distantes dos centros urbanos.

Palavras-chave: cultura; políticas culturais; mapeamentos culturais; informações e indicadores culturais.

ROSARIO, Neusa Martins do. Cultural mapping Serrolândia / BA: Survey and organization of cultural data. 142 f. 2014. Dissertation (Master) - Institute of Humanities, Arts and Sciences professor Milton Santos / BFHI, Federal University of Bahia, Salvador, 2014.

ABSTRACT

The need to organize and disseminate cultural data becomes increasingly urgent in Brazil. Public and private institutions have been appropriating the New Technologies of Information and Communication / NICT in order to organize your data. Recognize cultural mapping as an aid to identification, protection and enhancement of cultural products, as well as a reference for the organization of cultural data is the central purpose of this work. In this context, we consider progress and legal frameworks of culture, such as the National Plan of Culture / PNC / Ministry of Culture and the National System of Information and Cultural Indicators / SNIIC / Ministry of Culture, inherent in the organization of such data in the country, especially facing municipalities up to twenty thousand. This dissertation is structured in four chapters. In the first chapter, we work with the notions of culture, politics and cultural mappings; in the second, we highlight the cultural mapping as a tool for development of cultural politics; in the third, we present proposed and tested procedures, and challenges and constraints faced during the research and data logging; and the fourth and final chapter, we highlight an illustrative record of cultural mapping carried out in Serrolândia / BA. Finally, in closing remarks, we reflect on the use of these mappings, we present procedures and actions that can strengthen the role and participation of different actors in the socio-cultural and politic processes, from their experiences and experiences, thus contributing to the planning, development and implementation of cultural politics attentive to the development of Brazilian municipalities, especially those far from urban centers.

Keywords: culture; cultural politics; cultural mappings; information and cultural indicators.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Cultura na perspectiva do desenvolvimento	43
Figura 02 – Mapa Cultural Paulista.....	60
Figura 03 – Mapa da Cultura de Fortaleza/CE.....	61
Figura 04 – Tela principal do Mapeamento Cartográfico Colaborativo do Recôncavo BA	62
Figura 05 – Mapa do Território de Identidade Piemonte da Diamantina.....	86
Figura 06 – Grupo de Samba Reisado Pinote, BA	92
Figura 07 – Grupo Musical Forró Gruda N’eu, BA	93
Figura 08 – Banda Jaleko de Pai, BA.....	94
Figura 09 – Grupo Samba de Reis do Maracujá, BA.....	95
Figura 10 – Contadora de histórias – Tia Sinésia, BA	96
Figura 11 – Rezadeira e contadora de histórias – Dona Ôrides, BA.....	97
Figura 12 – Rezadeira – Dona Vange, BA.....	98
Figura 13 – Samba de Boi Roubado, BA	101
Figura 14 – O Jeguerê	103
Figura 15 – Cavalgada do 2 de julho em Maracujá, BA	105
Figura 16 – Arraiá do Licuri, BA	106
Figura 17 – Quebradeiras de licuri.....	107
Figura 18 – Sr. Arlindo da Várzea do Uruçú, BA.....	112
Figura 19 – Centro Cultural Maricônia Pereira de Souza, BA.....	116
Figura 20 – Casa do Licuri, BA	118
Figura 21 – Casa de Farinha (artesanal) da Comunidade de Baixa Fria, BA.....	120
Figura 22 – Casa de Farinha (artesanal) de seu Zé Ave, BA	122
Figura 23 – Assentamento Caiçara, BA	123
Figura 24 – Ilustração da estrutura dos procedimentos sugeridos neste trabalho	130
Figura 25 – Ilustração da área geográfica de Serrolândia/BA.....	131

LISTA DE SIGLAS

PMC – Plano Municipal de Cultura
SIIC – Sistema de Informações e Indicadores em Cultura da Bahia
SECULT/BA – Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
SNIIC – Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
MinC– Ministério da Cultura
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
PNC – Plano Nacional de Cultura
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
CCPI – Centro de Culturas Populares e Identitárias da Bahia
CERES – Centro de Referência do Sertão
SNC – Sistema Nacional de Cultura
CET – Coordenação Estadual dos Territórios
NTICs – Novas Tecnologias da Informação e Comunicação
CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil
ONG – Organização Não Governamental
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MUNIC – Pesquisa do Perfil dos Municípios Brasileiros
MEC – Ministério da Educação
GPS – Global Positioning System
RFID – Etiquetas-Fita de Rádio Frequência
TAR – Teoria Ator-Rede
CC – Cartografias de Controvérsias
RAC – Registro Aberto da Cultura
SUDECULT – Superintendência de desenvolvimento territorial da cultura
CD – Compact Disc (Disco Compacto)
DVD – Digital Versatile Disc (Disco Digital Versátil)
SMC – Sistema Municipal de Cultura
ABCC – Associação Baiana de Criadores de Cavalo
FCBA – Fundo de Cultura da Bahia
ADAB – Agência de Defesa Agropecuária da Bahia
AIE – Anemia Infecciosa Equina
GTA – Guia de Trânsito do Animal
CDC – o Centro Digital de Cidadania
CMC – Conselho Municipal de Cultura
CRESS – Clube Recreativo e Esportivo de Serrolândia/BA
ASE – Associação Serrote Educativa
ACRFC – Associação Comunitária Rural dos moradores da Fazenda Caraíba
APPROVAB – Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Várzea Bonita
AMMAR – Associação Flor do Maracujá

DPE – Diretoria de Pesquisas/IBGE

COPIS/IBGE – Coordenação de População e Indicadores Sociais

GEADD/IBGE – Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica

UPB – União dos Municípios da Bahia

PEC – Plano Estadual de Cultura

EAUFBA – Escola de Administração da UFBA

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pesquisa Demográfica dos municípios brasileiros - DPE	16
Gráfico 2 – Acesso a internet.....	75
Gráfico 3 – Atuação da Secult/BA no município	76
Gráfico 4 – Projeção da Lei Orgânica de Cultura da Bahia em Serrolândia/BA	77
Gráfico 5 – Participação dos atores em atividades realizadas pelo Departamento de Cultura de Serrolândia/BA.	77
Gráfico 6 – Projeção da Lei Municipal de Cultura, de N°411/2010, do SMC de Serrolândia/BA.....	78
Gráfico 7 – Projeção do SNIIC/MinC em Serrolândia/BA	79
Gráfico 8 – Profissão dos atores culturais identificados no município de Serrolândia/ BA	89
Gráfico 9 – Atuação dos atores no campo da cultura.....	90

SUMÁRIO

Introdução.....	15
CAPÍTULO 1	
1. Cultura, políticas e mapeamentos culturais.....	21
1.1 Cultura	21
1.2 Cultura popular.....	28
1.3 Políticas culturais.....	31
1.4 Mapeamentos culturais.....	38
CAPÍTULO 2	
2. Mapeamento cultural como instrumento para elaboração de políticas culturais..	41
2.1 Contribuições para o desenvolvimento de mapeamentos culturais.....	42
2.2 Mapas colaborativos e as novas tecnologias de comunicação.....	49
2.3 Organização de dados culturais no Brasil e na Bahia.....	55
CAPÍTULO 3	
3. Procedimentos metodológicos para levantar e organizar dados culturais.....	66
3.1 Levantamento do referencial teórico e de marcos legais.....	67
3.2 Identificação de procedimentos metodológicos.....	69
3.3 Critérios participativos e metodológicos.....	70
3.4 Abordagens em campo.....	74
3.5 Desafios e possibilidades no registro de atores, bens e serviços da cultura.....	79
CAPÍTULO 4	
4. Mapeamento cultural em Serrolândia/BA.....	84
4.1 De Serrote à Serrolândia/BA.....	84
4.2 Identificação de atores, bens e serviços culturais.....	87
4.2.1 Perfil dos atores culturais.....	88
4.2.2 Principais atores culturais de Serrolândia/BA.....	91
4.2.3 Manifestações culturais.....	100
4.2.3.1 Manifestações socioculturais.....	100
4.2.3.2 Manifestações culturais religiosas.....	108
4.2.4 Equipamentos e espaços culturais.....	114
4.2.4.1 Equipamentos culturais convencionais.....	114
4.2.4.2 Espaços culturais.....	119
4.3 Desafios e limitações da cultura em Serrolândia/BA.....	125
Considerações finais.....	128
Referências Bibliográficas.....	133
Apêndices.....	
1. A- FORMULÁRIO - Modelo aplicado em pesquisa de campo.....	140
2. B- QUESTIONÁRIO - Modelo aplicado no registro de bens e serviços culturais....	141

Anexos..... 142

1. Lei Municipal de Cultura 411/2010
2. Decreto 24/2011, do Conselho Municipal de Cultura
3. Dados de Serrolândia/BA no MUNIC/2009
4. Pesquisa realizada entre 2013-2014
 - 4.1 Resultados: A - FORMULÁRIO (Apêndice 01)
 - 4.2 Resultados: B - QUESTIONÁRIO (Apêndice 02)
 - 4.3 Formulários aplicados (Apêndice 01)
 - 4.4 Questionários aplicados (Apêndice 02)

INTRODUÇÃO

Labutar do nascer ao pôr do sol sem lançar mão do descanso e da distração. O homem do campo, lavrador, trabalhador rural, carrega a expressão de um povo capaz de derramar a última gota de suor ao valorizar seu cotidiano, no saborear do angu de milho verde, passado no moinho artesanal, instalado no quintal; no preparo da farinha de mandioca que, enfim, com a chegada da chuva, vingou; ao sentir o cheiro da terra molhada e testemunhar o dançar de árvores ao som de pífanos, gaitas e bumbas, festejando assim, o fim da estiagem, fato comum no sertão semiárido baiano.

O desafio deste trabalho se evidencia na tentativa de mensurar bens e serviços para registro e organização de dados da cultura, da zona rural aos centros urbanos. Do preparo do alimento ainda no fogão à lenha e do cheiro da caatinga¹ impregnado no imaginário aos hábitos urbanos, aspectos reveladores de peculiaridades regionais dos diversos brasis no Brasil. Tudo é medido, do despertar das grandes avenidas por conquistas profissionais ao desejo de estar lá, na pequena comunidade rural.

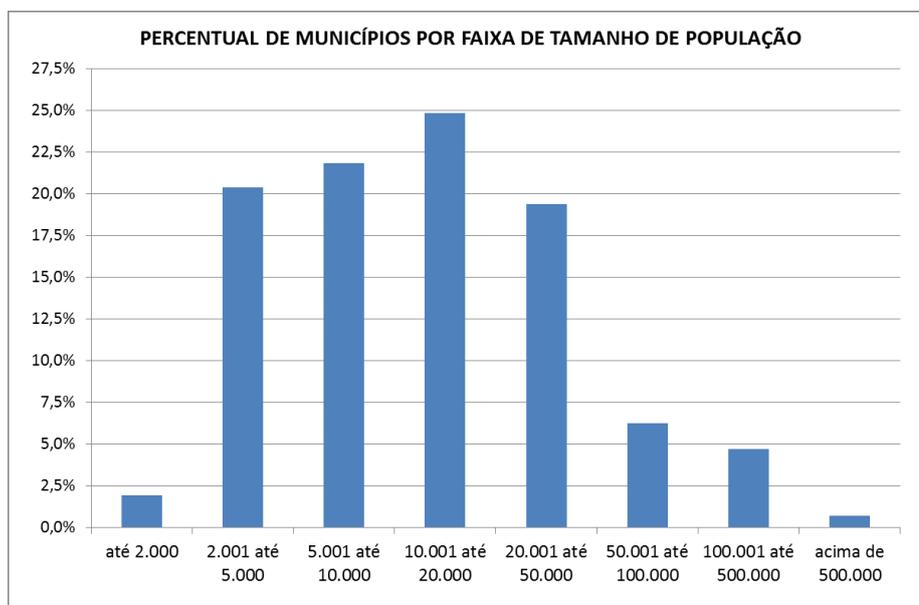
Nesse contexto, este trabalho se dá como uma colcha de retalhos, com seus remendos interligados às dimensões da cultura, simbólica, cidadã e econômica, compostas por seus atores, serviços, espaços e por sua produção, gestão e manifestações diversas. Parte também da necessidade de levantar e organizar dados culturais em municípios com até vinte mil habitantes, no reconhecimento à necessidade de organizar o campo da cultura em prol do desenvolvimento.

A necessidade de organizar dados de municípios distantes dos centros urbanos, com até vinte mil habitantes, se justifica com o número expressivo que esses municípios representam no país, como mostra o Gráfico 01, p. 16, da pesquisa demográfica realizada

¹Caatinga: (do tupi: ka'a [mata] + tinga [branca] = mata branca). É o único bioma exclusivamente brasileiro. É também, uma vegetação, predominantemente, do interior nordestino. O mandacaru (*Cereus jamacaru*, também conhecido como cardeiro, é uma planta da família das cactáceas) é um exemplo de plantas que compõem a caatinga, principalmente no semiárido baiano. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursos_naturais/manuais_tecnicos/manual_tecnico_vegetacao_brasileira.pdf. Acesso em: Janeiro de 2014.

pela Diretoria de Pesquisas – DPE², da Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS e Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica – GEADD (2013-2014) divulgando uma estimativa com a faixa da população do país.

Gráfico 01 – Pesquisa Demográfica dos municípios brasileiros - DPE



Fonte: Diretoria de Pesquisas – DPE/COPIS – GEADD (2013-2014)

Como podemos observar acima, somando as quatro primeiras colunas, o número de municípios brasileiros com até vinte mil habitantes representa cerca de 70% do total. Tal constatação vem validar a importância de trabalhos desta natureza, voltados para a organização da cultura e de dados culturais, através de mapeamentos comprometidos com o desenvolvimento, além de reconhecer e subsidiar a elaboração e efetivação de políticas culturais atentas a peculiaridades regionais.

Na Bahia, mais de 50% dos municípios têm menos de vinte mil habitantes em sua extensão territorial. Vale ressaltar que em cada município baiano estão inseridas cidades administrativas, povoados, distritos e zona rural, conforme classificação do IBGE e informações da União dos Municípios da Bahia (UPB). Mais da metade dos municípios baianos se inserem nesse contexto e possuem características semelhantes ao município

²Mais informações sobre essa pesquisa demográfica em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/analise_estimativas_2014.pdf. Acesso em outubro de 2014.

observado na realização da pesquisa desse trabalho, que se justifica em atenção a organização de dados da cultura, mais especificamente em municípios dessa natureza, em consonância com a Lei Nº12.365 de 30 de novembro de 2011. Nesse sentido, compreendemos que o trabalho proposto pode cooperar tanto com a política cultural no âmbito estadual como no âmbito municipal.

A realização de mapeamentos culturais pode contribuir com o protagonismo dos municípios brasileiros, principalmente se os atores culturais envolvidos nesses processos de organização de dados forem capazes de sensibilizar e mobilizar os cidadãos de modo geral, independentemente de estarem inseridos ou não na produção cultural. Dessa forma atores, gestores, consumidores e cidadãos podem contribuir com a atualização da base de dados e informações sobre a cultura em seus municípios. As considerações apresentadas e contextualizadas acima estão relacionadas ao objetivo deste trabalho, que é contribuir com a organização da cultura na perspectiva do desenvolvimento a partir da identificação de procedimentos de pesquisa que possibilitem e que sejam adequados para a realização de mapeamentos culturais em municípios brasileiros com até vinte mil habitantes.

Partimos para um levantamento e atualização de informações referentes a bens, serviços, atores e ações culturais no município de Serrolândia/BA, no Território de identidade Piemonte da Diamantina³, no semiárido baiano; para a identificação de instrumentos de pesquisa e documentos que podem contribuir com a organização de dados culturais locais em municípios distantes dos centros urbanos; para a disponibilização dos dados culturais identificados nesse município, no intuito de contribuir com a elaboração do PMC (Plano Municipal de Cultura); e, por fim, buscamos dialogar com a política federal e estadual da cultura, partindo do pressuposto de cooperar com o Sistema de Informação e Indicadores em Cultura – (SIIC)⁴ da Secretaria da Cultura do Estado da Bahia (SECULT/BA), assim como com o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC/MinC)⁵.

O acesso a bens e serviços culturais, considerando o processo de descentralização que vem sendo vivido nos últimos anos no Brasil, e partindo da necessidade de maior

³Apresentação do território Piemonte da Diamantina (BA) – Perfil dos territórios brasileiros. Disponível em: <http://www.faeb.org.br>. Acesso em junho de 2011

⁴Sistema de Informação e Indicadores em Cultura – (SIIC/Secult/BA). Disponível em: <http://siic.cultura.ba.gov.br>. Acesso em novembro de 2013.

⁵Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/tag/sniic/>. Acesso em agosto de 2013.

institucionalização da cultura, principalmente através de ações nos âmbitos estaduais e municipais, remete a urgência do levantamento e organização de dados culturais. Ações como a Nova Lei da Cultura⁶, dando destaque ao Plano Nacional da Cultura (PNC)⁷ e ao SNIIC/MinC, além do reconhecimento a necessidade de descentralizar recursos da cultura, provocam discussões e demandas no âmbito federal. No âmbito estadual, ações como a sanção da Lei Orgânica de Cultura da Bahia⁸, aprovada por grande maioria na Assembleia Legislativa, representa um momento de atenção ao desenvolvimento cultural.

Nessa perspectiva, no cenário baiano vem sendo demandadas ações também em torno da descentralização de serviços e recursos, através do processo de territorialização da cultura⁹, considerando aspectos geográficos, sociais, econômicos e culturais em suas particularidades e comuns a cada território, abarcando um dado número de municípios. Mecanismos como o edital Microprojetos Culturais/Mais Cultura¹⁰, atendendo regiões com Baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em estados com problemas de risco social, inclusive a Bahia, e outros exemplos de iniciativas como a criação do Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI) e do Centro de Referência do Sertão (CERES)¹¹, além da proposta de instauração do SIIC/SECULT-BA, expressam a importância da cultura como estratégia de desenvolvimento no estado.

Compreendemos a cultura como valorização de um povo e não apenas como ferramenta de *status*, como se dá em alguns casos, a exemplo do campo político. Abordagens significativas no reconhecimento da diversidade cultural em municípios antes despercebidos passam a divulgar e produzir cultura como alternativa de desenvolvimento, sobretudo tratando da troca de experiências e ações relativas ao PNC no processo de sistematização da cultura no âmbito federal, estadual e municipal.

Desse modo, o *MAPEAMENTO CULTURAL EM SERROLÂNDIA/BA: Levantamento e organização de dados culturais* parte da necessidade de identificar

⁶Nova Lei da Cultura. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br>. Acesso em maio de 2013.

⁷Plano Nacional de Cultura/2008 (PNC). Disponível em: <http://www.cultura.gov.br>. Acesso em agosto de 2011.

⁸Lei Orgânica de Cultura da Bahia. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/a-secretaria/legislacao/>. Acesso em dezembro de 2011.

⁹Territórios Culturais da Bahia. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/territorios-culturais/>. Acesso em janeiro de 2012.

¹⁰Microprojetos Culturais / Programa Mais Cultura. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/microprojetos-culturais/>. Acesso em agosto de 2012

¹¹Mais informações sobre o Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI) e do Centro de Referência do Sertão (CERES). Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br>. Acesso em agosto de 2013.

procedimentos capazes de contribuir com a realização de mapeamentos culturais, como também de evidenciar bens e serviços da cultura nos municípios brasileiros, além de colaborar na orientação de seus atores.

A escolha de Serrolândia/BA, no Território de Identidade Piemonte da Diamantina, integrando a divisão dos Territórios Culturais da Secult/BA¹², se deu em consideração aos aspectos agrários classificados pela Coordenação Estadual dos Territórios/CET/SEI-BA¹³, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento equilibrado e sustentável dessas localidades, considerando a extensão territorial e a diversidade cultural do estado. Também, pelo fato de a autora já ter desenvolvido outra pesquisa nesse município, no *Mapeamento dos equipamentos e manifestações culturais de Serrolândia/BA*¹⁴, além do sentimento de pertencimento, por residir em Maracujá/Serrolândia/BA, em tempos alternados, desde o nascimento. Este primeiro mapeamento, realizado em 2010, partiu da ideia de colaborar com a elaboração do PMC, em andamento no município, momento em que já se discutia a sistematização da cultura nos municípios brasileiros a partir do Sistema Nacional da Cultura (SNC).

Partimos desta introdução, seguindo com quatro capítulos, considerações e referenciais bibliográficos, além de apêndices e anexos elaborados e coletados durante a pesquisa de campo.

No primeiro capítulo, *1. Cultura, políticas e mapeamentos culturais*, consideramos diferentes noções de cultura, atestando o sentido amplo desta palavra, sua complexidade e dicotomias, além de traçarmos considerações referentes à cultura popular, tendo em vista contextos locais com “expressões culturais” oriundas do trabalhador, especificamente o rural. Também abordamos as políticas culturais e aspectos legislativos que contemplam estas políticas; e mapeamentos culturais na perspectiva da organização de dados da cultura em municípios baianos.

No segundo capítulo, *2. Mapeamento cultural como instrumento para elaboração de políticas culturais*, destacamos algumas contribuições teóricas referentes a mapeamentos culturais, considerando a apropriação que o campo da cultura faz da

¹²Territórios de Identidade da Secult/BA. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/territorios-culturais-3/>. Acesso em dezembro de 2013.

¹³Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia (CET). Disponível em: <http://www.territoriosdabahia.org.br>. Acesso em agosto de 2012.

¹⁴Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação, no curso Comunicação Social – Produção em Comunicação e Cultura, de graduação da Universidade Federal da Bahia.

geografia, mais especificamente de uma de suas subáreas, a geografia cultural na perspectiva humana; também apresentamos sugestões metodológicas relativas à elaboração de mapas colaborativos e ao uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs); além da breve apresentação de algumas propostas em andamento para a organização de dados culturais no Brasil e na Bahia, capazes de subsidiar a elaboração e efetivação de políticas desse campo.

Esclarecemos no terceiro capítulo, *3. Procedimentos metodológicos para levantar e organizar dados culturais*, o levantamento do referencial teórico e de marcos legais fundamentais na identificação de atores, bens e serviços da cultura; além da identificação de procedimentos metodológicos relativos à definição de critérios da pesquisa de campo.

O quarto e último capítulo, *4. Mapeamento Cultural em Serrolândia/BA* traz os resultados da pesquisa realizada neste município do semiárido baiano, com aproximadamente treze mil habitantes. Neste capítulo, temos um breve relato histórico do município e uma contextualização da sua cultura, com seus atores, serviços, equipamentos, espaços e manifestações culturais.

Encerramos esse momento da pesquisa reafirmando a necessidade de identificar e analisar reivindicações e desafios existentes nos processos de levantamento e organização de dados culturais, compreendendo as transformações constantes da cultura concomitante à necessidade de atualização de seus dados. No intuito de contribuir com a elaboração e efetivação de políticas culturais atentas ao desenvolvimento e a realidade dos diversos municípios brasileiros, especialmente aqueles distantes dos centros urbanos.

Atentamos também aos objetivos deste trabalho com suas limitações e seus desafios, no reconhecimento da necessidade de acessar outros campos para desenvolver ações na organização de bens e serviços da cultura, além da apropriação de considerações do campo da geografia e comunicação envolvendo técnicas e tecnologias no registro e divulgação de dados culturais.

1. CULTURA, POLÍTICAS E MAPEAMENTOS CULTURAIS

Antes de tratar da necessidade de levantar e organizar dados culturais cabe um panorama sobre a compreensão da cultura e considerações teóricas relativas à sua organização. Assim, neste capítulo, serão apresentadas compreensões da cultura, abarcando desafios em torno de sua ambiguidade, da cultura popular, perpassando o ambiente de pesquisa deste trabalho, além de políticas e mapeamentos culturais, ambos capazes de justificar a organização da cultura em prol do desenvolvimento.

1.1 Cultura

Acordar, olhar o tempo, saber se vai chover (difícil), se será um dia de sol (decerto que sim), preparar a terra, plantar e esperar, como se alimentar e, também, como alimentar as criações¹⁵. Esperar a colheita para festejar, sem dia nem hora marcados para findar os festejos que dão sentido as vivências e memórias de povos com uma vida em comum. A cultura está impregnada no cotidiano do homem, em especial daquele que vive no campo, por estabelecer uma rotina interligada a formas de trabalho e manifestações culturais oriundas da vida rural, onde quase tudo tem aparência corriqueira e comum.

A noção de cultura é importante para a realização deste trabalho. Paralelo à questão das diferentes compreensões dessa noção, cabe marcar um lugar, momentos e aspectos nos quais essa noção será compreendida. É preciso atentar para a complexidade e as dimensões da cultura. Neste trabalho, buscaremos compreender o termo cultura a partir de Terry Eagleton (2003), que considera a cultura como uma das duas ou três palavras mais complexas que existem.

Eagleton afirma que “embora esteja atualmente em moda considerar a natureza como um derivado da cultura, o conceito de cultura, etimologicamente falando, é um conceito derivado da natureza” (2003, p. 9). A partir daí, o autor apresenta diferentes significações da cultura, desde o “cultivo agrícola, a arte e ao espírito”; também contextualiza a cultura em seu estado de crise e, ao mesmo tempo, a identifica como um

¹⁵No sertão semiárido é comum referir-se aos animais equinos, bovinos, caprinos e suínos como “criação”.

campo dinâmico e dotado de conflitos. Para ele, a ideia da cultura só poderá persistir e ganhar sentido a partir de uma maioria popular, não de uma cultura minoritária.

O autor chama atenção para as relações de poder que implicam sobre o papel da cultura em questões sociais, econômicas e políticas, reconhece que “a cultura exige certas condições sociais, e já que essas condições podem envolver o Estado, pode ser que ela também tenha uma dimensão política” (EAGLETON, 2003, p.21). Considerando que a noção de cultura no sentido amplo encontra-se também exposta a dicotomias, vale ressaltar a ideia de Eagleton quando afirma que “a cultura como um corpo de obras e intelectuais é o domínio da elite, ao passo que a cultura no seu sentido antropológico pertence às pessoas comuns” (2003, p.167).

Essa ideia de cultura fortalece a proposta de realizar um mapeamento cultural no município de Serrolândia/BA, considerando demandas e reivindicações tanto por parte da gestão do município quanto por parte dos cidadãos, no desafio de instalar um Sistema Municipal de Cultura (SMC) em interface com o estado, na premissa de um município distante dos centros urbanos, tendo o homem do campo como principal elemento das manifestações culturais.

O compositor e ex-ministro da cultura, Gilberto Gil (2003), reforça a necessidade de organizar informações da cultura local e destaca que sua importância se dá, principalmente, no conjunto de signos, símbolos, atos e gestos, remetendo às vivências e memórias do cotidiano de cada local e de cada comunidade:

Cultura como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos. (GIL, 2003).

No intuito de reforçar essa compreensão ampla da cultura, podemos destacar também a percepção apresentada por Paulo Freire, no que refere ao trabalho e produção humana entendidos como ações culturais e históricas:

Somente o homem como um ser que trabalha, que tem um pensamento-linguagem, que atua e é capaz de refletir sobre si mesmo e sobre a sua própria atividade, que dele se separa, somente ele, ao alcançar tais níveis, se fez um ser da práxis. Somente ele vem sendo um ser de relações num mundo de relações. Sua presença num tal mundo, presença que é um *estar com*, compreende um permanente

defrontar-se com ele. [...] E esta ação sobre o mundo, que, sendo mundo do homem, não é apenas natureza, porque é cultura e história, se acha submetida aos condicionamentos de seus próprios resultados. (FREIRE; 1983, p.25).

Considerando a legislação brasileira, a Constituição Federal de 1988¹⁶, nos artigos 215 e 216, apresenta uma noção de cultura pensando o papel do Estado e levando em conta a diversidade das manifestações culturais. Esses artigos apresentam os direitos culturais remetendo a uma noção ampliada da cultura. No Art. 215, sobre o papel do Estado, descreve-se que todos devem ter o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, além de contar com apoio e incentivo a valorização e a difusão das manifestações culturais. Como não há restrição às “manifestações culturais”, podemos compreender a gama de diversidade das mesmas reforçando a noção ampliada de cultura. No Art. 216, sobre o patrimônio cultural brasileiro, os bens de natureza material e imaterial, consideram-se:

I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Art. 216, CRFB/1988).

Em 2012, o Artigo 216-A¹⁷ foi instituído na CRFB/1988, reforçando a ideia de cultura como direito de todos a partir dessa integração do SNC ao Artigo 216. Essa Emenda Constitucional (EC-000.071/2012) reforça marcos legais em torno da organização da cultura e evidencia o compromisso dos gestores públicos do país. Percebemos, ainda nessa integração, a abrangência do que se entende como cultura e seus bens e serviços em sintonia com a Nova Lei da Cultura¹⁸, como também com o contexto atual de políticas culturais que vem sendo instauradas no âmbito da gestão da cultura, seja em ambientes públicos ou privados.

No Brasil, a cultura compreendida como vetor de desenvolvimento vem provocando discussões, principalmente a partir do Governo Lula (2003-2010), sobre tudo

¹⁶Constituição Federal de 1988. Mais informações disponíveis em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em janeiro de 2013.

¹⁷Emenda Constitucional (EC-000.071/2012) institui o Sistema Nacional de Cultura. Mais informações disponíveis em: http://www.dji.com.br/constituicao_federal/ec071.htm. Acesso em janeiro de 2014.

¹⁸Nova Lei da Cultura. Mais informações disponíveis em: <http://www.cultura.gov.br/leis>. Acesso em janeiro de 2014.

no que tange ao desafio de institucionalizar e organizar a produção e gestão cultural no país, além de valorizar as manifestações culturais populares através da Nova Lei da Cultura. Este projeto de lei, de 2010, vem fortalecer a noção de cultura como campo estratégico de desenvolvimento do país, com propostas tratando temas como descentralização de recursos, maior democratização e acesso a bens e serviços culturais, principalmente em regiões distantes dos centros urbanos.

Desde a gestão do ex Ministro da Cultura, Gilberto Gil, o Governo Federal tem incentivado ações relativas à cultura e ao desenvolvimento, além de recomendar envolvimento e articulação política entre estados e municípios de maneira integrada através do PNC, no intuito de organizar e desenvolver bens e serviços da cultura no país, em até dez anos. Também, no desafio de dar continuidade à elaboração de planos estaduais e municipais de cultura, independentemente de gestões políticas. A participação dos cidadãos, nesse sentido, é imprescindível para avançar em um projeto político democrático.

Em 2011, a Lei Orgânica de Cultura da Bahia foi aprovada por grande maioria na Assembleia Legislativa, considerando a necessidade de promover o acesso a bens e serviços culturais através de ações capazes de evidenciar e valorizar aspectos simbólicos e materiais de experiências e trocas, além do desafio de organizar a cultura local. No artigo 2º da Lei Orgânica de Cultura da Bahia, a cultura é entendida como “conjunto de traços distintivos, materiais e imateriais, intelectuais e afetivos” (Lei Nº12.365 de 30 de novembro de 2011), em suas três dimensões, sendo elas cidadã, simbólica e econômica.

Em Serrolândia/BA, foi criado o SMC, através da Lei Nº 411 de 2010 (anexo 01), compreendendo no inciso VIII do Art. 2º, cultura como direito e valor simbólico, econômico e de cidadania, dialogando, desse modo, com as dimensões apresentadas através da Lei Orgânica de Cultura da Bahia. As similaridades entre as leis estadual e municipal tratam da noção de cultura no sentido amplo, abarcando a dimensão simbólica, cidadã e econômica. Tais considerações permitem considerar o que Michel de Certeau (1994) compreende como contratos de compatibilidade e compromissos que se dão através de diálogos e negociações que perpassam ambientes sociais e políticos, levando em conta periodicidade de mandatos de gestores e propostas efetivadas.

Os centros urbanos concentram uma diversidade de bens e serviços da cultura ao mesmo tempo em que municípios menores e distantes não dispõem de estrutura e equipamentos culturais equivalentes, que considerem as suas especificidades, inerentes ao

cotidiano e ao trabalho rural, impossibilitando assim comparações entre regiões periféricas e centros urbanos no âmbito da gestão e identificação de bens e serviços culturais.

A partir de contribuições do Plano Nacional da Cultura (PNC) e da Lei Orgânica da Cultura na Bahia, considerando a extensão territorial de nosso país, bem como a diversidade cultural entre as regiões, pensando ainda na elaboração de planos estaduais e municipais, podemos apontar possibilidades de articular a dimensão simbólica, cidadã e econômica da cultura do seguinte modo:

- Na dimensão simbólica da cultura, bens e serviços culturais inerentes à valorização e reconhecimento local abarcariam o desafio de mensurar manifestações e costumes peculiares das localidades e de seus atores culturais;

- Na dimensão cidadã, seria necessário envolver cidadãos, de modo geral, nas ações e decisões sobre a elaboração e efetivação de uma política cultural capaz de atender demandas e reivindicações culturais locais, além de participarem da aplicação e fiscalização dos recursos inerentes à política cultural nos municípios;

- E por fim, na dimensão econômica, caberia uma averiguação da capacidade de planejar a captação e o uso de recursos financeiros e pessoais propiciadores ao desenvolvimento da cultura tendo em vista aspectos econômicos mensuráveis, a partir do trabalho rural e demais fontes de rendimento local.

Essas dimensões relacionadas à valorização da cultura local, além de trocas culturais em prol do desenvolvimento, permitem também considerar a dimensão antropológica da cultura, no sentido amplo, de vivência e produção humana, conforme apresenta Isaura Botelho ao afirmar que “a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas.” (BOTELHO, 2001, p.76).

Nessa perspectiva da dimensão simbólica, em se tratando da valorização da cultura e da organização e mensuração de seus bens e serviços culturais locais, é possível ainda considerar o que Michel de Certeau entende como modelo de cultura, ou seja, aquele que “fornece equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários” (1994, p.45).

Ainda sobre as dimensões da cultura, na questão simbólica contratos e compromissos devem atentar para especificidades e particularidades de suas expressões e

dos seus bens e serviços culturais; na cidadã, devem pensar na riqueza de ações e atividades a partir do diálogo com os cidadãos, sendo os mesmos conscientes da necessidade de participação e acompanhamento e das decisões políticas que venham implicar no desenvolvimento e valorização das manifestações, expressões e serviços culturais do município; e na econômica, a partir de ações coletivas devem abarcar aspectos inovadores e tradicionais em prol de planejamento e investimento na estrutura e na organização da produção e gestão cultural local.

A compreensão de cultura para realização do mapeamento cultural em Serrolândia/BA, município localizado no território de identidade do Piemonte da Diamantina, semiárido baiano, permite reconhecer os aspectos culturais vividos pela população de uma comunidade distante dos centros urbanos, com peculiaridades desde os modos corriqueiros à produção de bens e serviços em prol da sobrevivência. Atender demandas e reivindicações da cultura local requer valorização e contribuição com autoestima, articulação e diálogo, pensando ainda em políticas culturais de acesso, organização e planejamento em contribuição com o desenvolvimento.

Pensar a cultura como base norteadora da participação cidadã no desenvolvimento de ações culturais locais remete à necessidade de redobrar a atenção em relação a instrumentos de pesquisa utilizados para levantamento de dados inerentes a vivências e produções da cultura em municípios periféricos e, sobretudo, estar atento à elaboração e efetivação de políticas culturais mensuráveis ao desenvolvimento local, como podemos observar na apresentação do mapeamento realizado neste trabalho.

A identificação de ações culturais no cotidiano de regiões distantes dos centros urbanos e de difícil acesso, levando em conta dificuldades em torno de estratégias de envolvimento para o desenvolvimento, pode levar comunidades a uma articulação direta e mais assistida por políticas culturais, sejam estas públicas ou privadas, em municípios, estados e federação. Uma comunidade periférica capaz de identificar elementos potenciais da sua cultura, como atores, manifestações e produções, bem como demandas e reivindicações, também é capaz de participar diretamente da formulação, elaboração e execução de políticas culturais no atendimento da organização, gestão e no estímulo da cultura.

Um exemplo que podemos ilustrar é o da percepção de atores culturais, organizadores, artistas e mantenedores das manifestações culturais locais em

Serrolândia/BA. Ainda é comum, precisamente em regiões distantes dos centros urbanos, que atores culturais sejam compreendidos como “os festeiros” que organizam festas e eventos de maneira amadora. O que prevalece é o trabalho pela sobrevivência, permitindo assim que a organização da cultura permaneça em segundo plano, ou seja, a produção cultural se dá, na maioria das vezes, a partir da mobilização solidária e com amadorismos, tendo os atores culturais outras funções ou profissões em primeiro plano, visando a garantia da sobrevivência, enquanto a organização e realização das atividades culturais se dão em momentos secundários.

Dentre as compreensões de cultura brevemente apresentadas até a legislação e gestão cultural brasileira, atentaremos para a noção de cultura, na maioria das vezes, atrelada a natureza do homem. Como contribuição às noções de cultura aqui abordadas, concluímos este item com uma citação de Clifford Geertz, que apresenta o conceito de cultura como expressão extensiva do homem:

O homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (GEERTZ, 2011, p.03).

No decorrer dos seus ensaios, Geertz apresenta experiências, estratégias e aspectos que implicam em disputas e relações de poder no campo da cultura. Isso para dizer que, de certo modo, formalidades podem comprometer processos interpretativos e espontâneos da cultura. Para o autor, os registros empíricos podem contribuir com uma melhor compreensão da cultura como forma de vida humana. Esta compreensão dialoga e reforça as noções de cultura brevemente esboçadas e assumidas para a realização deste trabalho, *MAPEAMENTO CULTURAL EM SERROLÂNDIA/BA: Levantamento e organização de dados culturais*.

No tópico seguinte, *1.2 Cultura popular*, traçaremos considerações sobre esse tema relacionado às manifestações culturais de regiões distantes dos centros urbanos, oriundas, predominantemente, do trabalho e costumes rurais.

1.2 Cultura popular

No cotidiano do trabalho e de seus festejos, o homem do campo apresenta a cultura como forma de vida, projetando suas vivências e memórias. Nessa perspectiva de uma cultura do cotidiano, do campo, buscaremos compreender cultura popular a partir das relações do homem e do trabalho, considerando manifestações culturais em um município com menos de vinte mil habitantes, distante dos centros urbanos.

Marilena Chauí (2009) ressalta que cultura popular, desde o século XVIII, remete a ideia de cultura associada à divisão de classes, já que uma sociedade de classes institui uma divisão cultural, ainda que com nova roupagem a partir de outras apropriações, principalmente através dos meios de comunicação. A autora afirma também que a cultura popular circula de maneira espontânea na sociedade, transita livremente, porém submetida a tratamentos determinados a partir das relações sociais.

O primeiro tratamento, no romantismo do século XIX, traz uma concepção de cultura popular a partir de um nacionalismo político, sendo transformada em cultura nacional; o segundo, vindo da França do século XVIII, conforme concepção ilustrada ou iluminista, a cultura popular sofre transformações a partir de propostas da educação formal; já o terceiro e último tratamento, que oriunda do populismo do século XX, apresenta-se com a pretensão de trazer a “cultura correta” ao povo, predominando uma relação hierárquica e verticalizada. Podemos observar que a cultura popular sempre esteve submetida a tratamentos e concepções para além de suas próprias interrelações.

Nesse sentido, Chauí chama a atenção para aspectos que diferem a cultura popular da “cultura dominante”, como exploração econômica, dominação política e exclusão social, que a permeiam. Dessa forma, a autora afirma que esse lugar, a partir de tratamentos determinados pelas classes dominantes, torna:

a cultura popular como aquilo que é elaborado pelas classes populares e, em particular, pela classe trabalhadora, segundo o que se faz no polo da dominação, ou seja, como repetição ou como contestação, dependendo das condições históricas e das formas populares de organização (CHAUÍ, 2009, p. 29).

O Plano Nacional da Cultura (PNC) possibilita compreensão de cultura popular ainda mais evidente ao partir da ideia de ações segmentadas e manifestações culturais populares, em destaque, realizadas na periferia:

a cultura popular se constitui das maneiras de ser, agir, pensar e se expressar dos diferentes segmentos da sociedade, observadas tanto em áreas rurais quanto urbanas. O campo engloba, portanto, do artesanato e das festas populares aos movimentos de cultura de jovens da periferia (PNC, 2008, p.39).

Se a cultura popular está associada às manifestações culturais observadas tanto em áreas urbanas quanto rurais, podemos compreender que sua noção se estende em processos, independente de elementos e espaços uniformes. Como exemplo de manifestações culturais rurais que se relacionam com espaços urbanos, ilustramos aqui os grupos de *Terno de Reis* e *Samba de Boi Roubado*, em Serrolândia/BA.

Os grupos partem da roça para espaços urbanos, convocando a população para comemoração do trabalho realizado no campo, seja na preparação da terra, no plantio ou na colheita. Simultâneo a esses momentos é que temos manifestações como o *Samba de Boi Roubado*, além de grupos de bumbeiros. Estes grupos, tanto em sambas corriqueiros nas comunidades quanto em sambas de digitórios¹⁹, amanhecem o dia na cantoria e, na maioria das vezes, emendam o samba entre um a cinco dias de festas, atraindo jovens, adultos e crianças. Essa manifestação cultural é comum na zona rural, principalmente no sertão nordestino. Produtores rurais de pequeno porte convidam seus parentes e amigos para a realização de digitórios.

Tomando ainda como exemplo os grupos de terno de reis, nas relações e compreensões que permeiam a cultura popular, atentamos novamente para Certeau (1994), que considera “culturas populares” como formas de apropriações por parte das classes subalternas de aspectos culturais das classes dominantes. O autor relata que nas manifestações culturais populares de grupos brasileiros, como esses mencionados, formados por trabalhadores rurais, predomina a apropriação de discursos dominantes de seus padrões para criar “cantigas” e organizar festejos com o objetivo de enfrentar desafios do cotidiano e, principalmente, de provocar um afastamento do trabalho árduo com um intervalo, uma interrupção ou mesmo uma forma de transgressão à realidade.

Em meio a transformações que ocorrem nos municípios, prevalece a necessidade de manter festejos, grupos artísticos e atores como mobilizadores de ações incentivadoras às manifestações culturais, seguindo preceitos tradicionais. Nesse sentido, é possível

¹⁹Digitórios [escrita na linguagem formal: adjutórios]: Diz-se, na região, trabalho e festejo simultâneos, ou seja, troca de trabalho por comida e diversão, ou por favores e mantimentos, quando não se tem dinheiro para pagar pelo trabalho realizado na lavoura.

considerar uma interface entre as compreensões de “cultura popular” e a compreensão de “culturas híbridas”, em Nestor Garcia Canclini. No livro *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade* (1997), Canclini chama atenção para o condicionamento de atores culturais a práticas uniformes através da excessiva ritualização tradicionalista e substancialista, impedindo assim que esses atores reconheçam a importância, e ainda, possam interagir com aspectos diversos da contemporaneidade ou mesmo de outros contextos culturais.

Canclini afirma que “o moderno se fragmenta e se mistura com o que não é, é afirmado e discutido ao mesmo tempo [...]. Em um campo ou em outro desacredita-se que a cultura siga um processo ascendente ou que certos modos de pintar, simbolizar ou refletir sejam superiores” (CANCLINI, 1997, p. 353). O autor defende a noção de culturas híbridas a partir de cruzamentos culturais levando em consideração processos e fusões através de aspectos e elementos simbólicos, negociações e relações de poder, do papel de profissionais e dos meios de comunicação, além da relação entre os discursos dos folcloristas e dos modernos e pós-modernos. Nessa perspectiva, compreendemos que, para além da complexidade da palavra cultura, é necessário atentar aos processos de trocas propulsores de transformações culturais constantes.

Canclini afirma que, para além do desafio de incorporar novas formas de cultura como processos de produção industrial, formatos, processos de circulação massiva e recepção de apropriações nos estudos culturais, é preciso compreender que “é impossível sintetizar formatos e processos tão variados com um só nome [supostamente, esse nome seria apenas cultura]”, reforça ainda que “a tarefa ainda mais árdua é explicar os processos culturais globais que estão acontecendo pela combinação dessas inovações” (CANCLINI, 1997, p.258-259).

Ao compreender que é necessário atentar para as transformações e variáveis que implicam sobre essa noção, o desafio para elaboração e efetivação de políticas culturais, atentas à diversidade cultural brasileira, torna-se ainda mais árduo.

1.3 Políticas culturais

Em atenção à dimensão simbólica, cidadã e econômica da cultura, abordaremos neste tópico questões relativas às políticas culturais voltadas ao desenvolvimento, não necessariamente com abordagens em torno do histórico de ausências e descontinuidades retratado no Brasil. Serão consideradas as políticas culturais com seus avanços a partir do ano 2002, no Governo Lula e na gestão do ex Ministro da Cultura Gilberto Gil, com iniciativas capazes de atender necessidades específicas de regiões distantes dos centros urbanos, na perspectiva da participação cidadã e da valorização de serviços e bens culturais simbólicos.

Pensar organização de dados culturais propulsores a elaboração de políticas culturais, requer uma compreensão sobre o termo desenvolvimento que será empregado a partir do ponto de vista de Renato Ortiz. O autor afirma que “nenhuma política cultural pode ser realizada sem previamente se perguntar: de que desenvolvimento se está falando?” (2008, p. 127). Assim, iremos buscar compreender esse termo na perspectiva de políticas culturais que considerem as dimensões da cultura, simbólica, cidadã e econômica.

No Brasil, acadêmicos e gestores culturais atentam ao fato de que o conceito de políticas culturais ainda encontra-se em construção, principalmente, considerando a complexidade da noção de cultura. Para uma compreensão de políticas culturais, partiremos de autores importantes do cenário atual no campo da cultura no Brasil, como Teixeira Coelho (1997), Alexandre Barbalho (2004), Albino Rubim (2006), entre outros, além da perspectiva de políticas culturais contidas no Plano Nacional da Cultura (PNC).

Teixeira Coelho, em seu *Dicionário Crítico de Política Cultural* (1997), compreende políticas culturais como um “programa de intervenções realizadas pelo Estado, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações” (1997, p. 293).

O autor apresenta quatro paradigmas como legitimadores desse conceito, sendo eles: 1) a lógica do bem-estar social, no qual a política cultural é necessária à dinâmica social, partindo da ideia da mesma como ação complementar ao ser humano; 2) a procura por um sentido orientador para a dinâmica social, que na maioria dos casos, assume a forma da procura de uma identidade étnica, sexual, religiosa, nacional ou outra; 3) a

necessidade de obter um enquadramento ideológico a partir de objetivos que levam, por exemplo, a uma construção nacional; 4) e por fim, a necessidade de uma prática comunicacional, capaz de fazer dialogar o Estado, instituições e cidadãos, considerando o dialogismo entre dirigentes e dirigidos.

Os paradigmas apresentados por Teixeira Coelho remetem ao desafio do PNC na tentativa de levantar, organizar e reconhecer dados da cultura no país, pensando o desenvolvimento de comunidades e grupos culturais em regiões periféricas através de políticas culturais capazes de atender demandas e reivindicações da diversidade cultural no Brasil.

Na perspectiva desses paradigmas, vale ressaltar que a cultura como estratégia de desenvolvimento não se estabelece a partir de diálogos ocorridos tão somente entre dirigentes e dirigidos, como apresentado no último paradigma, já que o que está em jogo é o reconhecimento da necessidade de participação cidadã, de maneira horizontal, na elaboração e efetivação de políticas culturais nesse processo de democratização do cenário e do discurso atual no campo da cultura.

Com essa compreensão de políticas culturais como intervenções conjuntas e tendo a cultura na perspectiva do desenvolvimento, em seu sentido amplo e dimensão antropológica, Alexandre Barbalho (2005) chama a atenção para dificuldades e desafios na elaboração de um conceito de política cultural, para a importância do trabalho em torno da organização e levantamento de dados culturais no Brasil, além da necessidade de elaborar e efetivar políticas culturais em diálogo com o cotidiano através da produção cultural local, levando em conta conflitos e disputas em espaços políticos, econômicos e sociais.

Barbalho afirma que “a política cultural é o pensamento da estratégia e a gestão cuida de sua execução” (2005, p. 36) e enfatiza sobre o risco de recorrer à política cultural como uma área específica, como no campo da administração ou economia, por exemplo. O autor entende a política cultural como relações de força tanto no campo da política quanto no campo da cultura.

Assim como Coelho e Barbalho, Albino Rubim (2006) apresenta um passo importante em torno da compreensão das políticas culturais ao apontar a necessidade de considerarmos a transversalidade da cultura, tanto nos estudos como nas políticas e práticas culturais, tornando-as capazes de fazer dialogar cultura com identidade, desenvolvimento e outros temas em pauta nos tempos contemporâneos.

Rubim (2006, p. 09-17) propõe um esboço analítico no intuito de embasar uma definição de políticas culturais, ressaltando que o modelo apresentado se dá também na tentativa de não apenas definir políticas culturais, mas torná-las operativas. O autor apresenta as dimensões analíticas consideradas inerentes às políticas culturais, partindo dos seguintes pontos:

- I. Noção de política (em que modelo incorporar ou creditar a política cultural?);
- II. Conceito de cultura (considerações abrangentes e específicas como global e local, erudito e popular, nacional e regional, etc.);
- III. Formulações e ações desenvolvidas ou a serem implementadas (é necessário investigar conexões e contradições);
- IV. Objetivos e metas (sempre imbricadas às políticas);
- V. Delimitação e caracterização dos atores (estado, agências estatais e não estatais, a exemplo de ONGs.).

Nesses primeiros pontos, o autor reforça a ideia de que é preciso atentar para as noções de política e de cultura, seguidas de um planejamento de ações e formulações, e a partir daí identificar uma estrutura capaz de atender demandas para elaboração e efetivação de políticas culturais direcionadas a ações e metas específicas. Afirma que o tema “políticas públicas de cultura de imediato aparece como intimamente associado ao debate dos atores das políticas culturais” (RUBIM, 2006, p.11).

Em seguida, nos pontos de VI a X, sugere a organização e identificação de dados em torno de custos, públicos e desenvolvimento de bens e serviços culturais:

- VI. Públicos pretendidos (podem ser recortados por diferenciados critérios sociais, como por exemplo: classe, escolaridade, gênero etc.);
- VII. Instrumentos, meios e recursos acionados, sejam eles: humanos, legais, materiais (instalações, equipamentos etc.), financeiros etc. (1. Orçamentos e formas de financiamento; 2. Recursos pessoais e materiais; 3. Os espaços e equipamentos; e 4. Os meios legais disponíveis);
- VIII. Momentos acionados do sistema cultural (1. Criação, invenção e inovação; 2. Difusão, divulgação e transmissão; 3. Circulação, intercâmbios, cooperação; 4. Análise, crítica, estudo, pesquisa e reflexão; 5. Fruição, consumo e públicos; 6. Conservação e preservação; 7. Organização, legislação, gestão, produção da cultura.);

IX. Interfaces (levando em consideração o caráter transversal da cultura na contemporaneidade);

X. Sistemática existente (consiste das articulações realizadas entre estes variados componentes; a compatibilidade e coerência presentes.).

Depois de apresentar esses pontos norteadores para a efetivação de um modelo analítico de política cultural, o autor chama a atenção para a ideia de cidadania cultural em articulação com a política e a cultura, no aproveitamento desse novo ambiente da contemporaneidade, e reforça que “articular política e cultura deve supor o reconhecimento de suas diversidades; de suas singulares dinâmicas; de suas inúmeras interfaces” (2006, p.17).

Após essas considerações, Rubim propõe ainda uma luta por uma política cultural capaz de expandir fronteiras possíveis e impossíveis. Tal proposta, no desafio em romper barreiras, possibilita pensar formas de articular ações comuns entre planos de cultura no âmbito estadual e municipal, em atenção às metas do PNC. O que, de fato, causa inquietação é o compromisso de levar em conta especificidades e sensibilidades inerentes a bens simbólicos e tradições locais, partindo de desafios em torno de recursos materiais, financeiros e de pessoal capacitado no campo da cultura.

O PNC encontra-se estruturado a partir de cinco estratégias e diretrizes gerais. É possível identificar, na primeira estratégia e diretriz, o desafio de fortalecer a ação do Estado no planejamento e na execução de políticas culturais. A primeira estratégia e diretriz consiste em consolidar a instauração do SNIIC, relativo à produção e à fruição de obras artísticas e expressões culturais do país (PNC, 2010, p. 61). Nessa estrutura de elaboração de planos e sistemas culturais identificamos uma das necessidades urgentes à organização de dados culturais em contribuição com indicadores capazes de provocar demandas e ações culturais nos âmbitos municipais, estaduais, bem como federal.

Nessa perspectiva, o PNC pactua com linhas de ação combinadas com uma ampla construção federativa da política pública de cultura, articulando planos, conferências, fóruns e sistemas culturais capazes de colaborar com o desenvolvimento no campo da cultura através da efetivação de uma política cultural em articulação com demandas setoriais e locais. A participação, colaboração e a abertura são indispensáveis para a implementação e vigência de políticas culturais capazes de atender especificidades e particularidades locais.

Iremos nos atentar ao SNC como um dos instrumentos promissores de gestão pública da cultura no Brasil, visto que “constitui-se num modelo que busca a gestão e promoção conjunta de políticas públicas, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil, para a promoção de desenvolvimento social com pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultural nacional” (PNC, 2010, p. 13), reforçando assim, a perspectiva de busca de aprimoramento do PNC.

Tais políticas culturais devem ser elaboradas com a preocupação de atender demandas e reivindicações, levando em consideração a diversidade cultural, conforme os princípios da Convenção da UNESCO de inovação, reconhecimento, sustentabilidade e inclusão social, além de estarem entrelaçadas a consulta e análise de dados, sejam estes econômicos, sociais e, principalmente, culturais, considerando também a participação de cidadãos na elaboração e efetivação dessas políticas de maneira a corresponder às especificidades locais. Tal contexto emerge da urgência de experiências participativas nas quais setores populares e suas organizações representativas lutam por espaços e por uma maior participação dos cidadãos no poder, conforme sugere Evelina Dagnino (2005), que defende a relevância de uma análise sobre a participação cidadã na formulação de políticas culturais.

De certo modo, as tentativas de conceituar políticas culturais dialogam entre si, tomando como base a ideia central de que as políticas culturais devem ser formuladas a partir de demandas e reivindicações específicas, levando em consideração tanto o embasamento teórico acadêmico quanto práticas e experiências do cotidiano. Cabe lembrar que, antes da tentativa de elaborar ou aplicar uma política cultural, devemos primeiramente nos atentar as dicotomias da noção de cultura e a forma como a mesma será compreendida na elaboração e efetivação dessas políticas culturais. É preciso ainda atentar para uma interface entre cultura e desenvolvimento no reconhecimento da importância da municipalização da cultura, trazendo localidades para os centros de articulações políticas em diálogo tanto com os estados quanto com a federação. Nesse sentido, Cláudia Leitão (2009) destaca o desafio de promover a autoestima e a diversidade de expressão entre comunidades e povos, perpassando a ausência de indicadores culturais capazes de evidenciar resultados e impactos das políticas culturais em estados e municípios.

No Brasil, alguns autores da área da cultura, a exemplo de Albino Rubim, Evelina Dagnino, entre outros, chamam a atenção para a urgência da organização de dados culturais e a eficiência desses dados para efetivação de políticas culturais.

Rubim (2007) discorre sobre a necessidade de considerar indicadores culturais na ampliação de atividades do Ministério da Cultura (MinC), em atenção à importância de firmar acordos com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para organização de informações sobre a cultura, além da divulgação pública desses dados através da Pesquisa do Perfil dos Municípios Brasileiros (MUNIC)²⁰, sendo este uma ferramenta de levantamento de dados do IBGE que tem como objetivo sistematizar informações sociais, econômicas e culturais dos municípios brasileiros, a partir de metodologias de pesquisa a distância.

Dagnino (2005), ressalta a necessidade de desenvolver uma consciência cidadã visando a participação na organização e identificação de demandas para o poder público como parte integrante da formulação de projetos políticos próprios dos atores locais, ou seja, cidadãos devem atuar na organização de dados culturais como um momento imprescindível na elaboração e efetivação de políticas culturais eficazes ao desenvolvimento local. A autora propõe um controle democrático do Estado através da participação efetiva de cidadãos na elaboração de projetos políticos e afirma que os cidadãos podem contribuir “para reforçar a existência de cidadãos sujeitos e de uma cultura de direitos que inclui o direito a ser coparticipante em governos locais” (DAGNINO, 2005, p. 57).

Em complementação a Dagnino, Isaura Botelho afirma sobre a cultura em prol do desenvolvimento, que esta deve estar entrelaçada à organização de seus dados em contribuição com a formulação de suas políticas, abarcando suas dimensões, antropológica e sociológica. Botelho afirma que políticas culturais capazes de materializar a dimensão antropológica da cultura permitem “a elaboração de diagnósticos para atacar os problemas de maneira programada, estimar recursos e solucionar carências, através do estabelecimento de metas em curto, médio e longo prazos.” (2001, p. 03).

Conforme Botelho, a elaboração de políticas culturais eficazes requer o esforço dos poderes públicos no levantamento, organização e eficácia da utilização dos dados, além do reconhecimento dos mesmos na efetivação dessas políticas. A autora ressalta, em seus

²⁰MUNIC/IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/perfilmunic/2009. Acesso em maio de 2012.

argumentos, o fato de países desenvolvidos realizarem pesquisas sobre práticas e consumos culturais. A partir dos resultados de pesquisas constantes sobre cultura realizadas na França, destaca a importância de “situar o desenvolvimento cultural no desenvolvimento econômico e social do país, o que exigia o fornecimento de dados concretos, de números que não existiam.” (BOTELHO, 2001, p. 11).

A autora chama atenção ainda para a necessidade de avaliar a eficácia de políticas culturais públicas a partir de pesquisas qualitativas e não apenas quantitativas. Para tanto, sugere o reconhecimento de dois aspectos fundamentais no levantamento de dados culturais no Brasil, sendo os mesmos: o diálogo entre as esferas da cultura (Ministério da Cultura / MINC) e da educação (Ministério da Educação / MEC) e o desenvolvimento de uma política de democratização de acesso.

Para Hamilton Faria (2003), também são necessários instrumentos norteadores para a elaboração e efetivação de políticas culturais eficazes. O autor enfatiza a necessidade de localizar ações e processos inicialmente nos municípios e, a partir daí, sistematizar as informações localizadas em diálogo com políticas de estado e federação. Para Faria, “é urgente, mesmo nos pequenos municípios, que os governos e movimentos localizem sua atuação e se enraízem na comunidade a partir do estímulo à ação cultural descentralizada” (2003, p. 41).

A partir dos argumentos dos autores acima, sobre a relevância da organização de dados da cultura para elaborar e efetivar suas políticas, na perspectiva de intervenções participativas e capazes de atender demandas e reivindicações locais, compreendemos que o desenvolvimento de métodos de mapeamentos culturais torna-se uma necessidade urgente, além de uma prioridade, compreendendo a cultura como estratégia de desenvolvimento.

Até aqui buscamos compreender as noções de cultura e políticas culturais que serão utilizadas na realização deste trabalho. Em seguida iremos discorrer sobre mapeamento cultural e a perspectiva de aproveitar os indicadores culturais neles contidos para a elaboração e efetivação de políticas culturais; também destacaremos a institucionalização da cultura partindo do pressuposto de que é fundamental desenvolver procedimentos capazes de reconhecer especificidades locais para o desenvolvimento de comunidades e de grupos periféricos.

1.4 Mapeamentos culturais

Mapeamentos culturais podem ser reconhecidos como um dos principais métodos na organização de dados para a elaboração e a efetivação das políticas culturais em municípios com até vinte mil habitantes e distantes dos centros urbanos.

Para a realização desses mapeamentos é preciso atentar à noção desse termo no contexto atual da cultura, como um modo de mediação que possibilita interação ou inserção de dados da cidade por usuários (Lemos, 2014, p. 201). Além de noções como a de cartografia da cultura, em uma apropriação da geografia cultural e, também, do uso cada vez maior de aparatos tecnológicos inerentes às NTICs.

A necessidade de organizar e difundir dados culturais torna-se cada vez mais evidente no Brasil, principalmente na perspectiva do desenvolvimento, além da possibilidade de articular cidadãos, atores e gestores da cultura através de “mapas colaborativos”. Como mapeamento colaborativo ou interativo compreende-se mapas capazes de contribuir para a criação de redes de informação e comunicação, auxiliando no planejamento e na tomada de decisões no que se refere às ações educativas e comunicativas. (NATANSOHN, 2009, p.22).

Instituições e órgãos gestores desenvolvem mapas colaborativos considerando possibilidades de participação cidadã através do acesso a *blogs* e *sites*, por exemplo. Tais instituições e órgãos no âmbito federal e estadual, ou mesmo no âmbito municipal, convocam cidadãos para contribuir com a identificação e localização, produção e atualização de informações sobre bens e serviços da cultura.

As possibilidades de acesso a lugares e informações podem contribuir para uma maior articulação entre atores da cultura e cidadãos, como também facilitar na relação entre o longe e o perto de um mesmo lugar. Rogério Haesbaert chama atenção para a noção de território em relação aos termos espaço/tempo e suas limitações espaciais e informacionais, afirmando que “hoje, o distante pode também estar presente, o ‘aqui e agora’ pode também ser o ‘lá e agora’, na medida em que podemos acessar e mesmo exercer influência, via *Internet*, por exemplo, sobre lugares muito distantes” (HAESBAERT, 2006, p. 120), o que é fundamental também para o desenvolvimento.

Nessa perspectiva, podemos considerar a noção de mapeamento também a partir da geografia cultural e de expressões cartográficas como construções socioculturais,

considerando ambiguidades entre espaço-tempo no registro de bens e serviços da cultura. Sobre a geografia cultural, Roberto Correa e Zeny Rosendahl (2007) compreendem-na como o estudo de processos em curso nas paisagens e suas implicações para comunidades humanas. Os autores ressaltam que o tema “geografia cultural” foi retomado a partir da década 70, com maior ênfase, no Brasil. A geografia cultural pode contribuir nos processos de organização e difusão de dados culturais, partindo do pressuposto da necessidade de estruturar esses dados em figuras ilustrativas, tornando-os legíveis, a partir da apropriação de “mapas colaborativos” e “cartografias” em mapeamentos culturais.

Fernand Joly (1990) apresenta a cartografia em duas expressões, sendo uma “temática” e a outra “topográfica”, afirmando que há diferenças nas formas de produzir informação, nos procedimentos de levantamentos de dados, de redação e difusão dos mapas. Afirma também que os “mapas geográficos” englobam todos os setores do conhecimento geográfico e possibilitam tratar de temas históricos, políticos, culturais, econômicos, entre outros.

A noção de cartografia compreendida nesse trabalho, em consonância com a função dos mapas colaborativos, se dará pensando a realização de mapeamentos culturais como instrumentos capazes de contribuir com a organização de dados da cultura através da estrutura de “cartografias temáticas”. Joly afirma que:

O objetivo dos mapas temáticos é o de fornecer, com o auxílio de símbolos qualitativos e/ou quantitativos dispostos sobre uma base de referência, geralmente extraída dos mapas topográficos ou dos mapas de conjunto, uma representação convencional dos fenômenos localizáveis de qualquer natureza e de suas correlações (JOLY, 1990, p. 74-75).

A partir da compreensão do termo mapeamento como mediador e dessa apropriação da geografia no campo da cultura, o termo mapeamento cultural é compreendido como um instrumento que consiste em mapear e organizar dados da cultura através de registros convencionais e/ou através do uso de aparatos tecnológicos das NTICs e de mídias locativas como GPS tecnicamente conhecido como Global Positioning System²¹ e Fita de

²¹GPS é a abreviatura de NAVSTAR GPS (NAVSTAR GPS - NAVigation System with Time And Ranging Global Positioning System). É um sistema de radio-navegação baseado em satélites desenvolvido e controlado pelo departamento de defesa dos Estados Unidos da América (U.S. DoD) que permite a qualquer usuário saber a sua localização, velocidade e tempo, 24 horas por dia, sob quaisquer condições atmosféricas e em qualquer ponto do globo terrestre. Disponível em: <http://www.uff.br/cartografiabasica/cartografia%20texto%20bom.pdf/>. Acesso em outubro de 2013.

radiofrequência RFID²², tendo mídia locativa como um conjunto de tecnologias e processos infocomunicacionais cujo conteúdo vincula-se a um lugar específico e caracteriza-se por emissão de informação digital a partir de lugares/objetos.

A organização de dados culturais possibilita o conhecimento e acesso às potencialidades inerentes a bens e serviços de municípios baianos, tendo a cultura como mediadora nessa perspectiva do desenvolvimento. Atentar para dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura pressupõe considerar particularidades desses municípios através de dados culturais propulsores de políticas culturais elaboradas a partir do diálogo entre instituições e órgãos públicos e privados e a população pensando a “democracia da cultura” de maneira horizontal (BOTELHO, 2001).

O PNC criou o SNIIC, no intuito de contar com a participação cidadã para registro de bens e serviços em atenção à “democracia da cultura”. Esse sistema apresenta-se com o objetivo de ser o maior repositório de dados da cultura brasileira, compartilhado de forma pública e transparente, oferecendo informações estratégicas para as instituições e órgãos gestores da cultura, bem como para toda a sociedade. O SNIIC tem como argumento a necessidade de evidenciar bens e serviços culturais em regiões distantes dos centros urbanos, partindo do pressuposto de que esses locais enfrentam maiores desafios em termos de institucionalização da cultura.

Buscamos apresentar compreensões sobre cultura, políticas e mapeamentos culturais para a realização dessa dissertação, intitulada “*MAPEAMENTO CULTURAL EM SERROLÂNDIA/BA: Levantamento e organização e dados culturais*”. No próximo capítulo, serão apresentadas considerações e metodologias relativas à organização de dados culturais e suas contribuições na elaboração de políticas culturais.

²²RFID são etiquetas que emitem informações por ondas de rádio. Disponível em: <http://www.rfidjournal.com/>. Acesso em outubro de 2012.

2. MAPEAMENTO CULTURAL COMO INSTRUMENTO PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS

Neste capítulo atentaremos para o desenvolvimento de procedimentos voltados ao registro de dados culturais, no intuito de identificar modelos de mapeamentos culturais como instrumentos que podem contribuir na elaboração e efetivação de políticas culturais.

No primeiro item, *2.1 Contribuições para o desenvolvimento de mapeamentos culturais*, será considerada a apropriação que a cultura faz da geografia na realização desses mapeamentos, considerando noções da subárea geografia cultural na perspectiva da geografia humana, compreendendo aspectos vividos inerentes aos espaços físicos geográficos; a noção de cartografia e seus símbolos para a elaboração de mapas temáticos da cultura; e, por fim, a noção de território, compreendido no contexto atual da cultura como lugar de mediação e negociação em prol do desenvolvimento.

No item *2.2 Mapas colaborativos e as novas tecnologias de comunicação e informação* serão abordados conceitos e noções capazes de colaborar com procedimentos de organização de dados culturais através da Teoria Ator-rede e das NTICs como “mapas colaborativos”, “territórios informações” e “mídias locativas” como o GPS, na função de proporcionar a identificação e o registro de bens e serviços culturais, além da inserção de informações sobre esses bens e serviços em mapas *on line* como o *Google Maps*²³, por exemplo.

No último item, *2.3 Organização de dados culturais no Brasil e na Bahia*, serão apresentadas propostas e metodologias utilizadas para o registro de dados culturais no SNIIC/MinC e no SIIC da Secult/BA. Serão apresentados também modelos de mapeamentos culturais em andamento em alguns estados, tendo como principal objetivo atrair usuários das redes sociais como atores na atualização e divulgação de mapas culturais *on line*.

²³*Googlemaps*. Mais informações disponíveis em: <https://www.google.com.br/maps/preview>. Acesso em: Janeiro de 2013.

2.1 Contribuições para o desenvolvimento de mapeamentos culturais

Para o desenvolvimento de mapeamentos culturais propomos um roteiro com quatro passos, considerando a dimensão simbólica, cidadã e econômica da cultura; a apropriação da cultura pela geografia; a cartografia; a noção de símbolos e de território.

1º Passo do roteiro:

O primeiro passo remete a identificação de aspectos culturais na perspectiva do desenvolvimento do município. Nesse sentido atentaremos para dimensões da cultura capazes de orientar a identificação de atores, bens e serviços culturais do município. Partiremos de dimensões específicas da cultura, a simbólica, cidadã e econômica, para realização de mapeamentos pressupondo a necessidade de reconhecer essas mesmas dimensões, pois só assim serão capazes de resultar na elaboração e efetivação de políticas culturais atentas ao desenvolvimento de municípios menores e distantes de centros urbanos.

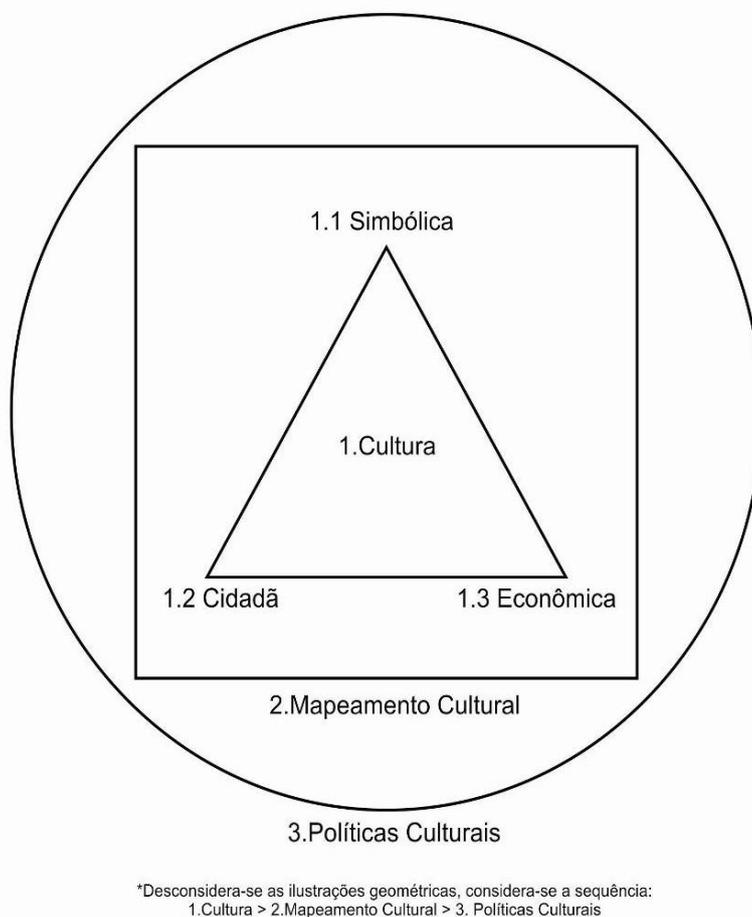
A Figura 01, p.43, a seguir, representa, de maneira sucinta, três momentos sequenciais sugeridos na elaboração e efetivação de políticas culturais: 1. Cultura; 2. Mapeamento Cultural; e 3. Políticas culturais. Tais momentos reforçam propostas políticas de organização da cultura de maneira horizontal, com participação cidadã. Desconstruindo, dessa forma, propostas idealizadas em gabinetes, sem uma compreensão pragmática da execução política no campo.

Serão apresentados três momentos para organização da cultura a partir de desafios e limitações que perpassam suas diversas dimensões, processos e colaborações tanto por parte de cidadãos quanto de atores da cultura.

O item 1 apresenta a cultura relacionada a essas três dimensões, sendo o subitem 1.1 a dimensão simbólica, 1.2 a dimensão cidadã e 1.3 a dimensão econômica; o item 2 apresenta-se como mapeamento cultural, tornando-se possível a partir das três dimensões, com a função de orientar na organização dos dados culturais a serem coletados; e no item 3, como resultado dessa relação, tem-se propostas que contribuem para a elaboração e efetivação de políticas culturais.

FIGURA 03 – Cultura na perspectiva do desenvolvimento

Cultura na Perspectiva do Desenvolvimento*



Fonte: Neusa Martins (2010)

A dimensão simbólica (item 1.1) tem relevância ao possibilitar a identificação de elementos específicos e particulares de expressões e bens culturais locais; a cidadã (item 1.2), no reconhecimento de serviços e ações a partir do diálogo entre cidadãos e atores da cultura, sendo os mesmos conscientes do importante papel que podem exercer no acompanhamento das decisões políticas e fiscalização de recursos aplicados, tal papel implica no desenvolvimento e valorização das manifestações, expressões e serviços culturais locais; e a dimensão econômica (item 1.3) a partir de ações coletivas abarcando potencial econômico e aspectos inovadores ou tradicionais para um melhor planejamento e investimento na estrutura e organização da produção e gestão cultural.

O reconhecimento dessas três dimensões da cultura possibilita a organização de dados culturais através de mapeamentos culturais dando ênfase ao segundo momento,

aquele em que bens e serviços da cultura passam a ser localizados e identificados conforme elementos simbólicos e informações inerentes à dimensão cidadã e econômica da cultura.

Por fim, o terceiro momento se daria no aproveitamento desses mapeamentos, como instrumentos capazes de apresentar demandas e reivindicações com o objetivo de gerar uma política cultural efetiva em conformidade com a realidade local. O terceiro momento surge, assim, como um resultado possível da relação entre as três dimensões da cultura e a organização de dados culturais.

Esse resultado seria a elaboração e efetivação de uma política cultural do seguinte modo: 1) considerando a cultura na perspectiva do desenvolvimento e em atenção às suas três dimensões, apresentadas de maneira específica, partindo do pressuposto de uma ação também específica; 2) reconhecendo a realização de mapeamentos culturais como uma ação relativa às três dimensões da cultura, tendo como função a organização, mensuração e apresentação de dados culturais através de “mapas colaborativos”, considerando especificidades simbólicas, cidadãs e econômicas; e 3) elaborando, efetivando e executando uma política cultural de maneira eficaz, identificando desafios e limitações inerentes às particularidades dos municípios ou localidades em questão.

A intenção não é destacar nenhum dos três momentos, o importante é atentar para a sequência desses momentos, pensando a elaboração de políticas culturais em contribuição com o desenvolvimento desses municípios.

2º passo:

Como segundo passo, tratando do desenvolvimento e da realização desses mapeamentos, propomos reconhecer as contribuições possíveis da subárea da geografia, a geografia cultural considerando aspectos humanos. Nesse sentido, cabe uma breve contextualização sobre essa subárea.

Carl O. Sauer, considerado como o fundador da geografia cultural, conforme Correa e Rosendahl (2007, p. 19-26), afirma que ela é apenas um capítulo da geografia no seu sentido mais amplo e sempre o último capítulo, chamando atenção ao trato das questões relativas à cultura e a sua expressão no espaço.

Se a geografia cultural consiste em pesquisas, estudos e formação de estruturas representativas, considerando a dimensão cultural do espaço (Correa e Rosendahl, 2007), atrelada às dimensões simbólica cidadã e econômica da cultura essas funções podem

contribuir com mapeamentos culturais na perspectiva de registrar bens e serviços culturais em cartografias ilustrativas, com noções espaciais e simbólicas desses bens e serviços.

Jörn Seemann (2001) afirma que o que vem em primeiro plano é a abordagem através da produção cultural como formadora do espaço e não a cultura como espaço, em se tratando de descrição, distribuição e cultura “visível” e material. O autor afirma também que, dessa maneira, o espaço não é o objeto das pesquisas geográficas, o que deve ser levado em consideração são as ações humanas sob determinadas condições sociais e espaciais. Partindo dessa compreensão da relação espacial e simbólica na geografia cultural, devemos atentar para a complexidade dos elementos capazes de subsidiar a realização de mapeamentos culturais, atentos ao registro de bens e serviços da cultura no desafio de mensurar a dimensão simbólica da produção cultural local, convertendo assim esses dados em ilustrações estruturadas a partir de mapas cartográficos. Devemos atentar também para aspectos sobre vivências e memórias que implicam em desafios e limitações para criar formas de ilustração, em símbolos, na tentativa de delinear questões abstratas em cartografias temáticas da cultura.

Ainda sobre a relação entre cultura e geografia, na dimensão simbólica, Seemann (2001) apresenta uma discussão sobre o mapa como metáfora para “mapear” culturas, além de justificar os mapas como construções socioculturais. O autor afirma que:

O pensamento do e sobre o espaço, portanto, também pode se manifestar em formas não materiais, e muitas vezes simbólicas como gestos, rituais, canções, poemas, dança entre outros. Em vez de descrever um percurso através de um desenho, outras culturas com uma noção diferente do binômio tempo-espaço recorrem a uma “performance” do espaço (SEEMANN, 2001, p. 66).

Seemann (2001) chama a atenção para considerações relevantes na construção de uma “cartografia cultural” como uma maneira de ver o espaço de forma seletiva, reconhecendo os laços entre a geografia cultural e a cartografia, afirmando que essa cartografia é multicultural e também multifacetada. O autor atenta para a superação de barreiras disciplinares capazes de interferir na construção de mapas que possam evidenciar diferentes maneiras de perceber, compreender e representar o espaço, que não se baseia necessariamente em medidas métricas e cartesianas, e sim nas relações que implicam em questões socioculturais.

3º passo:

No terceiro passo, retomando Joly (1990), partiremos para contribuições da cartografia reconhecendo a principal função do mapa de possibilitar a organização de dados como um conjunto de sinais e de cores capazes de traduzir uma mensagem. Para elaborar um mapa com essa função de comunicar através de sinais e cores, atentamos a noção de símbolo, conforme apresenta Joly através do *Glossário Francês de Geografia*. Neste Glossário o “símbolo é uma representação gráfica de um objeto ou de um fato sob forma sugestiva, simplificada ou esquemática, sem implantação rigorosa” (Joly, 1990, p.15).

Se não há necessariamente regras rigorosas para a inserção de símbolos em mapas, para a realização de mapeamentos culturais podemos ter a contribuição de símbolos adequados em estruturas cartográficas específicas, considerando as peculiaridades da cultura local, utilizados de maneira livre e reaproveitados nas redes em mapas colaborativos de dados abertos.

A geografia cultural pode contribuir com mapeamentos culturais através de suas funções de organização espacial e simbólica da cultura, além da capacidade de orientação para o uso de símbolos culturais na dimensão espacial, através de mapas cartográficos e da inserção de bens e serviços culturais nesses mapas. No próximo passo, atentamos para uma compreensão de território como espaço de mediação e negociação para a organização de dados culturais locais.

4º passo:

O quarto e último passo do roteiro sugerido sugere atenção a importância da noção de território, primeiro no que tange às relações de poder envolvendo questões políticas e de cidadania, em seguida pela relação entre espaço físico e seus aspectos sociais, culturais e econômicos, que envolvem ainda as NTICs.

Rogério Haesbaert (2006) aborda uma compreensão de território que remete à sua função de mediador, independente de espaços físicos, fixos, determinados ou estabelecidos, para articular e mediar ações e negociações. O autor afirma que:

O território, enquanto relação de apropriação e/ou domínio da sociedade sobre o seu espaço, não está relacionado apenas à fixidez e à estabilidade (como uma área de fronteiras bem definidas), mas incorpora como um de seus constituintes fundamentais o movimento, as diferentes formas de mobilidade, ou seja, não é apenas um “território-zona” é também um “território-rede” (HAESBAERT, 2006, p. 118).

A contribuição de Haesbaert (2006), com a compreensão de território esboçada, se dá na justificativa da complexidade dos processos que envolvem a ideia de construção do espaço-tempo. O autor apresenta alguns processos fundamentais para essa noção de território que ganharam destaque nas últimas três ou quatro décadas, como: a flexibilização da economia relativa ao pós-fordismo e a flexibilização de acúmulo; a hegemonia do capital financeiro sobre o produtivo; a crise do bem estar social, comprometendo controle e segurança; a difusão das tecnologias da informação, reforçando contribuições das NTICs através da noção de “territórios informacionais”.

Os “territórios informacionais” são espaços moventes que remetem ao fluxo informacional e digital em uma zona de intersecção entre o ciberespaço e o espaço urbano (Lemos, 2010), e também rural, em ampliação com a proposta deste trabalho. Nessa perspectiva de procedimentos para o registro de dados dos bens e serviços culturais, o território na função de inserção de informação sobre um dado lugar ou tema é de grande valia para a realização deste trabalho, levando em consideração o diálogo com a proposta de concentração de dados culturais do SNIIC através do cadastro de bens e serviços culturais *on line*. Reforçando as contribuições dessa noção de território para este trabalho, atentamos para o que afirma Lemos:

O território informacional cria um lugar, dependente dos espaços físico e eletrônico a que se vincula. [...] O lugar se configura por atividades sociais que criam pertencimentos (simbólico [cultural], econômico, afetivo, informacional) (LEMOS, 2010, p. 160).

Ainda sobre a noção de território, a Secult/BA reconhece sua importância a partir da compreensão do “território de identidade cultural”, como:

um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (SECULT/BA, 2011-2014).

Essa compreensão de territórios culturais a partir da especificidade de cada região parte do esforço de integrar aspectos simbólicos e físicos para uma compreensão de território, porém, obviamente, não anula conflitos sobre questões de reconhecimento da

cultural local, que abarcam o desafio de mensurar limites e fronteiras, ambos relacionados ao sentimento de pertencimento.

Para uma relação entre as noções de território aqui esboçadas, perpassando relações de poder e aspectos simbólicos, sociais, culturais e espaciais, cabe atentar aos processos da *Evolução da Divisão Regional Brasileira*²⁴, com início a partir de 1913, com base apenas nos aspectos físicos, sendo que outros aspectos passam a ser considerados apenas mais recentemente. Tais aspectos passam a ser reconhecidos na Divisão Regional dando evidência a questões sociais, econômicas e, por fim, agregando questões culturais, atentas a forma de vida e transformações provocadas pelo homem. A noção de território aqui compreendida parte de processos e evoluções históricas que levam em consideração o lugar-espaco e a vida dos indivíduos, acarretando elementos políticos, sociais, econômicos e culturais.

As contribuições da noção de território para a realização deste trabalho partem dessa relação entre seus aspectos simbólicos, espaciais e informacionais. Através da compreensão de Haesbaert (2006), sobre as relações de poder com mediações e negociações em torno das dimensões simbólicas, cidadãs e econômicas, reforçando atenção ao desenvolvimento local através da cultura; da noção da Secult/BA, no reconhecimento de peculiaridades e semelhanças espaciais, tanto físicas quanto culturais, para agrupar municípios no desafio de expandir uma política cultural de estado; e por fim, trazendo contribuições para o desenvolvimento de procedimentos capazes de orientar a organização e registro de dados culturais, as NTICs possibilitam o acesso e o controle informacional desses dados através dos territórios informacionais, como ponte entre o espaço físico e o ciberespaço para a realização de mapeamentos culturais.

Como podemos observar, é preciso debruçar sobre os processos interligados e colaboradores com o desenvolvimento de mapeamentos culturais. Nesse sentido entendemos as contribuições dos quatro passos sugeridos acima do seguinte modo: o primeiro passo trata da necessidade de reconhecer aspectos culturais através de dimensões específicas da cultura como a simbólica, cidadã e econômica, capazes de orientar a identificação de bens e serviços culturais locais; o segundo passo reconhece que é

²⁴Panorama da “Evolução da Divisão Regional Brasileira”, na **Revista Ciência Hoje das Crianças** nº 12 IBGE, Diretoria de Geociências e Departamento de Estruturas Territoriais.

imprescindível para a interação da cultura com outros campos como a geografia cultural, possibilitando assim a ampliação do uso de elementos simbólicos para a ilustração de espaços geográficos; o terceiro passo é imprescindível para a apropriação da cultura pela geografia, através do uso da cartografia, mais especificamente aquela temática da cultura, reconhecendo a principal função do mapa de possibilitar a organização de dados como um conjunto de sinais e de cores capazes de traduzir uma mensagem. O quarto e último passo do roteiro sugerido marca o desenvolvimento de mapeamentos culturais para a importância da noção de território e a relação entre espaço-tempo do lugar mapeado, considerando o termo território como um espaço de mediação e negociação para a organização de dados culturais e para as relações de poder e o uso das NTICs.

2.2 Mapas colaborativos e as novas tecnologias de comunicação e informação

Identificar procedimentos para o registro de bens e serviços culturais a partir do desenvolvimento de mapeamentos culturais e através de aparatos tecnológicos, nos leva a discutir a importância dos usos e apropriações das NTICs para a construção de novos modelos de mapas através da *internet*. De antemão, é preciso esclarecer que esses mapas, na maioria das vezes, são produzidos e alimentados por atores diversos de maneira não linear no ciberespaço.

Para uma melhor compreensão do uso de aparatos tecnológicos na realização de mapeamentos culturais, vamos nos basear no livro *A comunicação das coisas – Teoria ator-rede e cibercultura*, de André Lemos (2014), que trata de questões como ciberespaço, rede, ator (intermediário e/ou mediador), cartografias de controvérsias (CC), cibercidades e cartografias e mapas colaborativos, além de abordar as NTICs e as mídias locativas, essas últimas, possibilitando o uso de objetos em conexão vinculados às relações espaciais, móveis e interpessoais ao mesmo tempo, como o uso de GPS, por exemplo.

Lemos (2014) apresenta origens, pressupostos e conceitos da Teoria ator-rede (TAR) a partir da compreensão de sociólogos como Bruno Latour²⁵, além de considerações próprias. O autor enfatiza, primeiramente, que a TAR nasceu no âmbito dos Estudos de Ciência e Tecnologia (*Science and Technology Studies, STS*), nos anos 80, e se expandiu como uma sociologia da ciência e da tecnologia, tendo como influências ciências

²⁵No final do livro supracitado sobre TAR, André Lemos apresenta uma entrevista com Bruno Latour, realizada no dia 08 de agosto de 2012, em Salvador, Bahia, Brasil.

reconhecidas como o pós-estruturalismo. Um dos pressupostos da TAR parte da ideia de que não há qualquer definição rígida que possa ser aplicada em qualquer situação.

O autor faz analogia ao ciberespaço associando-o a TAR como lugar capaz de proporcionar o registro e a organização de dados culturais *on line*. O ciberespaço é compreendido como um “espaço abstrato, infraestrutura planetária de redes telemáticas interligando computadores” (LEMOS, 2014, p.188). Essa capacidade de interligar computadores remete ao desenvolvimento de mapeamentos culturais de maneira colaborativa, partindo do pressuposto de que atores humanos vão interagir com atores não-humanos, na inserção ou na organização de dados de locais diversos, pensando também na localização do espaço físico.

Na TAR não há maior destaque entre atores no desenvolvimento de associações, já que “actantes humanos e não-humanos atuam sem hierarquias previamente determinadas e o objetivo é descrever e analisar o social a partir de seus rastros” (Lemos, 2014, p. 44). Nesse caso e, também, pensando na função de atores diversos no desenvolvimento de mapeamentos culturais, atentamos para a importância da ação de produzir mapas culturais e organizar dados com fins diversos, dando destaque aos resultados atingidos, que seriam reivindicações para elaboração e efetivação de políticas culturais mais eficazes, através desses mapas possíveis através da participação cidadã. Nessa perspectiva da ausência de hierarquia, ambos actantes/atores, humanos e não-humanos, são importantes no processo de organização de dados culturais em rede, não necessariamente e apenas através de mapas culturais, mas também a partir do uso de novos artefatos tecnológicos em rede.

Para o autor, a proposta da TAR é “dedicar atenção a dinâmica da formação de associações, aos movimentos dos agenciamentos, à distribuição da ação entre atores diversos, humanos e não-humanos, a partir de uma simetria generalizada”. Lemos ainda reforça essa proposta afirmando que, a TAR “é uma sociologia da mobilidade” (2014, p. 37).

Se não há definição rígida a ser aplicada a essa mobilidade da TAR, que está no fazer outros produzirem algo, partimos do pressuposto de que também procedimentos como a realização de mapeamentos culturais através do uso de GPS, por exemplo, podem mobilizar cidadãos na localização de bens e serviços da cultura em rede, colaborando assim com a organização de dados culturais locais.

Assim, cidadãos como atores humanos e aparatos tecnológicos como atores não-humanos colaboram com associações em rede na realização de mapeamentos culturais. Nesse contexto, esses mapeamentos podem ser compreendidos como cartografias colaborativas e digitais que, a partir de formatos participativos e colaborativos, possibilitam visualizar associações e destacar novos sentidos dos lugares. Esses atores ora intermediários ora mediadores na rede podem ser explicados apenas pela dinâmica das associações geradas em determinados momentos. Atores mediadores são, na perspectiva da TAR, produtores de informação, já os intermediários transportam ações e informações sem modificar o evento ou acontecimento, até que algo aconteça e novos eventos possam emergir (Lemos, 2014).

Lemos considera o conceito de rede como movimento da associação do social em formação, afirma que este é o conceito-chave para compreender o movimento da TAR. Nesse contexto, rede é o próprio espaço-tempo, o próprio movimento associativo que forma o social. Para a compreensão da TAR, a partir do entendimento de rede, o autor afirma que “o ator é rede, a associação é rede e a inscrição atravessa as categorias posicionadas no micro e no macro” (2014, p. 35).

Em atenção ao objetivo deste trabalho, de contribuir com a identificação de procedimentos para a realização de mapeamentos culturais locais, reconhecemos a proposta da TAR juntamente com a noção de rede como uma das contribuições nesta busca por procedimentos de registro de bens e serviços culturais. Se há distribuição de ação entre atores humanos e não-humanos, da mesma maneira para desenvolver o mapeamento cultural proposto, que será apresentado no terceiro capítulo deste texto, não podemos negligenciar a relação de diversos atores sociais e culturais, além de aparatos tecnológicos utilizados em processos de organização de dados culturais através de ações relacionadas e associadas as NTICs.

A partir da noção de rede e de processos gradativos de sua expansão, a TAR passa a ser compreendida como uma “ontologia dos objetos e da vida social podendo ser aplicada a qualquer associação, a qualquer ação ou controvérsias” (LEMOS, 2014, p. 39), que também pode ser aplicada a diversos campos do saber e que está em expansão. A principal proposta da TAR se dá na dedicação a dinâmica da formação das associações e nos movimentos dos agenciamentos para a distribuição da ação entre atores diversos, humanos e não-humanos.

As NTICs, bem como o desenvolvimento de mapas colaborativos, criam novos processos do controle informacional do espaço, em novos territórios. A relação das cidades com processos midiáticos correlatos e estruturantes são desde sempre fluxo, troca, deslocamento, desenraizamento e desterritorializações (LEMOS, 2010). No caso específico do mapeamento cultural em Serrolândia/BA, tomamos como exemplo o uso de mídias audiovisuais e tecnologias sem fio como celular e GPS, ambos com funções colaborativas no registro e organização de bens e serviços culturais através de mapeamentos.

Espaços de interação para registro de dados culturais locais, possíveis através dessas mídias e tecnologias, podem contribuir com a elaboração de mapas colaborativos e temáticos da cultura. Podem também colaborar com a organização de indicadores culturais em cidades, sendo estas constituídas historicamente como lugar de mobilidade e fixação desde as primeiras organizações sociais que se formaram. Sobre as possibilidades de mobilidade da e na cidade, tratando do uso dessas mídias e tecnologias sem fio, das NTICs, Lemos (2010) sugere o uso do termo “cibercidades”, definidas como “cidades onde as infraestruturas de comunicação e informação já são uma realidade e as práticas daí advindas formam uma nova urbanidade” (LEMOS, 2010, p. 156).

Feita essa breve apresentação da TAR, de termos associados e suas contribuições para a identificação de procedimentos para registro de bens e serviços culturais através da realização de mapeamentos culturais, partiremos para contribuições e desafios que permeiam esses mapeamentos na perspectiva de levantar contribuições em torno de elaborar cartografias, ou seja, mapas colaborativos.

Lemos (2014) refere-se a cartografias de controvérsias (CCs) como “fóruns híbridos”, sendo estes espaços de conflitos e negociações, que exigem esforços para reagrupar o social a partir de rastros deixados pelos mediadores. O autor afirma que o analista tem o dever de observar e descrever, de maneira mais completa, o movimento de passagem de actantes-rede e rede de actantes, construindo assim uma nova rede, sendo esta uma rede descritiva da controvérsia. Afirma ainda que um fenômeno social como objeto de controvérsia nem sempre se configura como objeto de estudo.

Para o autor a CC é “um conjunto de técnicas para explorar e visualizar polêmicas, questões emergentes em determinados agrupamentos, o movimento, a circulação da ação e a fluidez das mediações, revelando as diversas dimensões que compõem uma rede sociotécnica” (LEMOS, 2014, p. 110). Em nosso caso interessa, para além das polêmicas,

expressões de patrimônio cultural material e imaterial, este último nem sempre considerado em mapeamentos culturais.

Como contribuição na realização de mapeamentos culturais, chamamos atenção para o papel do analista, observador e descritivo, no caso desse trabalho; reconhecemos o papel do “cartógrafo do social”, que deve ter instrumentos para desenvolver um estudo de uma dada CC ou escolher uma cartografia simples como objeto de boas observações e descrições. Novamente, atentamos ao trabalho proposto no desafio de coletar e mensurar dados culturais, reconhecendo limites e desafios na mobilização da participação cidadã nesses processos, conectada em rede.

Em atenção ao papel do analista de CC, buscamos também a identificação de procedimentos voltados para a realização de mapeamentos culturais, discussões em torno da efetivação e elaboração de políticas culturais preocupadas com o desenvolvimento local. Colocamos em pauta desafios e limitações que permeiam ações do MinC, especificamente o SNIIC, a necessidade de organizar dados da cultura até então com uma ausência histórica de registros, como vimos no primeiro capítulo, em se tratando de políticas culturais. Nesse sentido, um dos exemplos mencionados por Lemos (2014) que mais se aproxima e dialoga com o contexto desse trabalho é o exemplo de “cidades inteligentes”, já que remete ao uso das NTICs visando melhor atender a questões de organização de informações, atendimento na esfera pública sobre serviços na e da cidade, além de ordem e segurança, por exemplo.

No esforço de identificar contribuições da TAR para este trabalho, teríamos o termo “caixa-preta” considerada como a estabilização e a resolução do problema através de parcerias entre atores e gestores culturais juntamente com a participação cidadã, de suma importância para processos dessa natureza. Para Lemos (2014), as caixas-pretas podem ser também uma organização, um artefato, uma lei, ou um conceito, e também, “entidades criadas quando diversos elementos de um processo agem como se fosse um só e, podemos dizer, desaparecem” (2014, p.56).

Nesse sentido, o desafio da organização de dados culturais em pauta nas redes para a realização de mapeamentos culturais através de “mapas colaborativos” é tornar-se constantemente útil, compreendendo as transformações também constantes da cultura. Assim, qualquer mapeamento cultural que venha a ser desenvolvido através de associações em rede enfrenta o desafio de se manter em um lugar de controvérsia partindo do esforço coletivo entre atores, sejam esses intermediários ou mediadores, no intuito de não perder o

sentido, de estar sempre disponível. Nesse caso, mantendo-se estabilizado como uma caixa-preta de dados a ser acionada a qualquer momento.

Reconhecer o SNIIC como uma organização integrada a Lei do PNC, também integrado ao MinC, no papel de registrar e mensurar dados culturais através de redes colaborativas, permite também considerar que a qualquer momento discussões em torno dessa organização, bem como dessa Lei, podem se estabilizar na medida em que seus atores sejam capazes de esgotar o conteúdo em pauta, além de gerar um desgaste quando novas controvérsias ocuparem os espaços de debate.

Não cabe aqui, no entanto, concebermos “mapas colaborativos” como soluções finitas a problemas e desafios inerentes à organização de dados culturais, principalmente levando em conta o que se perde em riqueza de dados e informações ao tentarmos enquadrar bens simbólicos a padrões cartográficos sem antes haver uma preocupação com conhecimentos específicos em se tratando de temáticas, termos geográficos e técnicos adequados e atentos à sensibilidade na mensuração dos dados culturais coletados. É importante atentar também para aspectos particulares de microrregiões, distantes da concentração de bens e serviços da cultura.

Se compararmos a disseminação de informações e conhecimentos sobre cultura, obviamente municípios periféricos estão em disparidade com os centros urbanos, mesmo levando em consideração suas extensões em termos geográficos e em número de habitantes.

Em atenção aos desafios e limitações na realização de mapeamentos culturais, no Brasil vem retomando-se uma interface entre cultura e geografia, ou seja, entre noções de espaços físicos e simbólicos. Em alguns estados, emerge a preocupação de organizar dados culturais através de métodos cartográficos e colaborativos. Tratar de mapeamentos culturais na perspectiva do desenvolvimento nos obriga a reconhecer a relevância dos mesmos na elaboração e efetivação de políticas culturais de maneira eficaz, e mais ainda voltadas ao desenvolvimento de municípios distantes dos centros urbanos. No próximo item, apresentaremos iniciativas de destaque no âmbito nacional e estadual.

2.3 Organização de dados culturais no Brasil e na Bahia

Como vimos no primeiro capítulo, autores do campo da cultura, dedicados às políticas culturais, chamam a atenção para a necessidade de investir na organização de dados culturais em prol do desenvolvimento local. É preciso reconhecer que as iniciativas relacionadas à organização de dados culturais ainda são insuficientes, além de não haver um histórico de dados culturais capaz de abarcar a extensão territorial brasileira.

Neste item, apresentaremos um breve panorama de iniciativas de mapeamento e organização de dados culturais desenvolvidas no Brasil e na Bahia, como “*As metas do Plano Nacional da Cultura*” (2012), os sistemas nacional e estadual de indicadores culturais, além da metodologia da MUNIC/BGE e alguns mapeamentos realizados nas principais capitais do país.

O PNC propõe o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), como uma de suas principais estratégias para organização da cultura, abarcando o compromisso de atender expectativas não só dos centros urbanos, mas também de comunidades periféricas, as quais enfrentam desafios maiores em torno da institucionalização da cultura. O SNIIC surge como proposta promissora nesse primeiro passo da organização da cultura brasileira, pois através do levantamento de dados culturais pode se chegar a uma ação efetiva com resultados mensuráveis.

Pensar a elaboração de diagnósticos propulsores a efetivação de políticas culturais nos obriga a debruçarmos sobre o potencial do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC/MINC), conforme apresenta a terceira meta do PNC no texto “*As metas do Plano Nacional da Cultura*” (2012, p.26-27), com o estabelecimento de padrões de cadastramento, mapeamento e síntese das informações culturais do país.

A terceira meta do PNC consiste em criar uma cartografia da diversidade das expressões culturais em todo o território brasileiro, no reconhecimento à importância de registrar e organizar a produção das linguagens artísticas e expressões culturais de todo o Brasil. Tal meta sugere como forma de cadastro o acesso a plataformas de banco de dados, estimuladas a partir de procedimentos específicos em rede (via *internet*), apresentados no SNIIC. Essa cartografia da diversidade cultural emerge na tentativa de abarcar as especificidades culturais de cada estado e todas as expressões do patrimônio artístico e cultural brasileiro, material e imaterial, em todas as linguagens como teatro, dança, circo,

artes visuais, música, entre outras, como também aquelas de grupos sociais de diversos segmentos, de terreiros de candomblé, dos povos indígenas, ciganos, culturas populares, imigrantes, movimentos Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTs), mulheres, pessoas com deficiência ou transtornos psíquicos, mestres de saberes e fazeres tradicionais, crianças, jovens e idosos.

O SNIIC/MinC vem sendo desenvolvido através do acesso a plataforma de dados no link específico para cadastramento de dados, integrado ao *site* do MinC. Para participar o “usuário” ou “agente cultural” deve acessar a plataforma nomeada como Registro Aberto da Cultura (R.A.C.)²⁶. O RAC/SNIIC é um sistema responsivo, adaptável à visualização de diversos dispositivos, composto por um *menu* principal com um panorama geral de informações do sistema de cadastramento contendo os seguintes submenus:

- Registro – para cadastro de objetos e agentes culturais e interação com o sistema;
- Consultar – para realizar consultas com critérios e interesses específicos;
- Extração – acesso à estrutura de dados abertos do SNIIC. Essa extração de dados encontra-se em construção no site e, por esse motivo, não há indicação de período para acesso;
- Fale Conosco²⁷ – para envio de dúvidas, críticas e sugestões do usuário no intuito de melhorar o acesso a plataforma do sistema.

O RAC/SNIIC disponibiliza um *Manual do Usuário*, apresentando como objetivo coletar, armazenar e difundir os dados e informações sobre agentes e objetos culturais. Tal objetivo provoca questões sobre a compreensão de cultura no PNC. Se a cultura é compreendida como forma de vida no sentido amplo, como mensurar seus bens e serviços relativos à dimensão simbólica na organização de indicadores e informações da cultura tendo como objeto “toda e qualquer externalidade física mantida por um “agente cultural” cadastrado (um teatro, um cinema, um grupo folclórico)” (RAC/SNIIC, p. 03), partindo de uma ideia estritamente material?

²⁶Mais informações sobre o *Manual do Usuário* do Registro Aberto da Cultura (RAC/SNIIC). Disponível em: <http://sniic.cultura.gov.br>. Último acesso em janeiro de 2014.

²⁷O submenu “Fale Conosco”, como a maioria dos links de acesso da plataforma do SNIIC/MINC testadas, não atendem às suas funções. De 2013 até fevereiro de 2014, foram inúmeras tentativas de acesso e envio de dúvidas ao “Fale Conosco”. Não houve nenhum retorno por parte da assessoria, nem mesmo dos responsáveis pelo sistema. Em julho de 2014, um membro da equipe da Representação Regional Bahia/Sergipe do Ministério da Cultura (RRBA-SE/MinC), comunicou de maneira informal, que o SNIIC vinha sendo reestruturado e que, também, estava em fase de mudança da gestão.

A compreensão de “agente cultural como qualquer profissional ou instituição que mantenha relação com o mundo da cultura” (RAC/SNIIC, p. 03), possibilita maior abertura a dimensão simbólica e a inserção de organizadores de festejos e demais manifestações oriundas de vivências do cotidiano. Além dessas observações apresentadas sobre limitações e abrangências do SNIIC/MINC, outro agravante que se evidencia na plataforma de acesso ao RAC é o uso de termos técnicos e tecnológicos, como o *browser* (navegador), por exemplo. Chegar àqueles atores culturais como organizadores de festejos e manifestações tradicionais rurais, que muitas vezes não acessam as NTICs, é outro desafio do SNIIC/MinC e consiste em mais uma limitação no desenvolvimento de metodologias de cadastramento capazes de abarcar e levar em consideração particularidades locais.

Tais considerações não se dão, em nenhuma hipótese, no intuito de desprezar o acesso aos métodos relativos às NTICs disponibilizados pelo SNIIC/MinC, já que as mesmas, na maioria das vezes, também são acessíveis em comunidades locais. Essa reflexão intenciona apenas despertar para outras formas de organização de dados culturais partindo de experiências e limitações locais, a exemplo de parcerias com instituições de ensino, visando envolver estudantes em projetos de acesso e cadastramento de bens e serviços culturais peculiares às suas localidades.

Na Bahia, a proposta do Sistema de Informações e Indicadores em Cultura (SIIC) dialoga com a proposta apresentada acima. O SIIC/Secult/BA é um aplicativo de acesso público gratuito, concebido e mantido pelo Governo do Estado da Bahia através da Secretaria de Cultura, conforme artigo 23 da Lei Estadual Nº 12.365 de 30 de novembro de 2011, Lei Orgânica da Cultura, que dispõe sobre a Política Estadual de Cultura e institui o Sistema Estadual de Cultura.

O SIIC constitui-se em um conjunto de instrumentos de coleta, organização, análise e armazenamento de dados – cadastros, diagnósticos, mapeamentos, censos e amostras – a respeito da realidade cultural do Estado. O SIIC é composto por três módulos:

1. Cadastro Cultural (em construção): registro e divulgação de espaços, bens culturais, instituições e pessoas, serviços e produtos relacionados com a cultura baiana;
2. Pesquisas e Indicadores Culturais (em construção): montagem e registro de pesquisas diretas ou coletadas em campo relacionadas à economia da cultura, culturas populares, linguagens artísticas e a elementos do Cadastro Cultural;

3. Fomento à Cultura (disponível em primeira versão): divulgação de mecanismos e formas de apoio financeiro a ações culturais, inscrição e acompanhamento de propostas de pessoas físicas e jurídicas domiciliadas na Bahia e gerenciamento do processo de concessão de apoio e prestação de contas.

Cabe uma maior articulação entre os sistemas federal, estadual e municipal, pensando a cultura como uma das principais estratégias do desenvolvimento, capaz de colaborar com regiões distantes dos centros desenvolvidos no campo político, econômico, social, e principalmente, cultural. É preciso registrar a necessidade de reconhecer a capacitação de profissionais e criadores culturais como uma demanda central, através de políticas culturais mensuráveis à atuação desses atores, bem como da conscientização da sociedade de desenvolver políticas transformadoras do contexto sócio-cultural brasileiro.

Enquanto o MinC se atém a metodologias e análise de elementos inerentes à cultura para a organização de dados através do SNIIC, o IBGE permite que esse sistema dê início à utilização de dados já coletados através da MUNIC, definida como uma pesquisa institucional e de registros administrativos da gestão pública municipal e afirma-se inserida entre as demais pesquisas sociais e estudos empíricos dedicados à escala municipal. De imediato, podemos questionar o espaço dedicado aos bens e serviços da cultura, se atentos às especificidades e restrições da administração pública e pensando na contribuição dessa pesquisa para o desenvolvimento da terceira meta do PNC, através do SNIIC/MINC.

Essa construção de um amplo perfil dos municípios do país é fundamental tendo em vista a apresentação de informações através da administração pública local, e permite fornecer dados com abrangência nacional em períodos anuais. Esses dados podem subsidiar o planejamento municipal e a implementação de políticas setoriais eficientes, mediante a compreensão da dinâmica que os respectivos atores vêm adquirindo na escala local.

A unidade de investigação da MUNIC é o município através da prefeitura, tendo como informante principal os diversos setores que a compõe, além das informações coletadas em cada município, em geral com resultado a partir de uma consulta a pessoas consideradas como detentores de informações sobre os órgãos públicos e demais equipamentos municipais. Não há intenção em menosprezar informações por parte da prefeitura, visto que a pesquisa MUNIC assume uma metodologia voltada, exclusivamente, para a administração pública. Porém, em se tratando de cultura e da própria produção

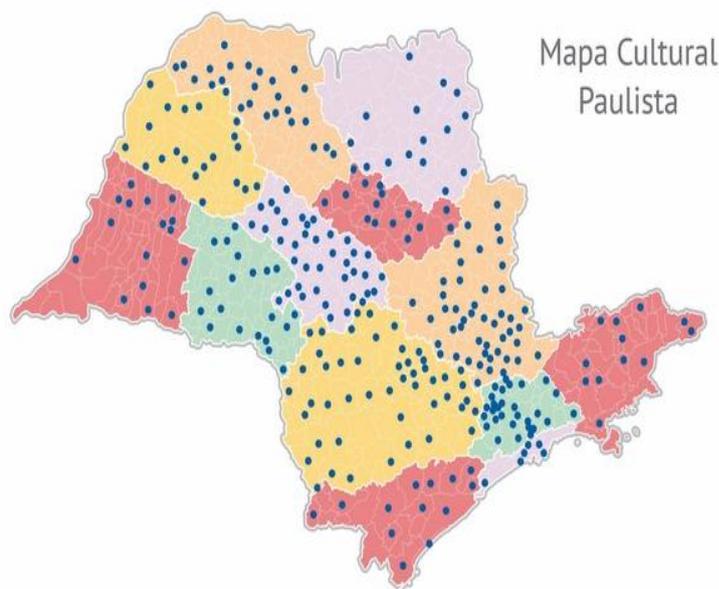
cultural local relativa à política do PNC, em adesão ao MUNIC/IBGE para a coleta e organização de dados culturais no Brasil, é impossível não registrar a necessidade de considerar também métodos alternativos e independentes, a exemplo de mapas colaborativos, como vimos no início desse item.

Após algumas considerações sobre as metodologias do SNIIC/MinC e do MUNIC/IBGE no objetivo de ampliar as possibilidades em torno da organização de dados culturais no Brasil, apresentaremos algumas práticas em andamento de mapeamentos culturais. Os exemplos apresentados vêm sendo desenvolvidos no âmbito estadual e municipal na tentativa de desenvolver modelos de mapeamentos voltados para necessidades locais, além de considerar o acesso de atores e consumidores da cultura aos meios de produção e organização de seus dados. É possível identificar, mesmo de maneira tímida, a realização de mapeamentos culturais em alguns estados brasileiros, como São Paulo, Ceará e Bahia.

Em São Paulo, a Secretaria de Estado da Cultura realiza ações no desenvolvimento do *Mapa Cultural Paulista*²⁸ e, conforme apresentação do projeto no site do mapeamento, o mesmo é tido como um dos mais importantes projetos culturais de São Paulo do ponto de vista formativo, informativo e de circulação de artistas do interior do Estado. Criado em 1995, com o objetivo de fomentar as produções culturais do interior, revelando valores em segmentos que não teriam acesso aos meios de comunicação, além de pouca visibilidade no meio cultural. A metodologia desenvolvida parte de quatro etapas, sendo, Municipal e Regional em 2013 e Estadual e Circulação em 2014. Tais fases consideram as apresentações artístico-culturais por municípios do interior do estado que poderão receber apoio e/ou patrocínio cultural. Podemos observar um esforço para desenvolvimento do mapeamento cultural em duas vertentes, a primeira no registro e estímulo à realização de bens e serviços culturais. A segunda, no intuito de alertar sobre a necessidade de apoiar ou patrocinar ações relativas à cultura, sendo essas ações reconhecidas e identificadas por seus atores e consumidores através de mapeamentos culturais desenvolvidos por instituições públicas e privadas ou, também, por iniciativas da sociedade.

²⁸Mais informações disponíveis em: <http://mapaculturalpaulista.org.br>. Acesso em maio de 2013.

Figura 02: Mapa Cultural Paulista



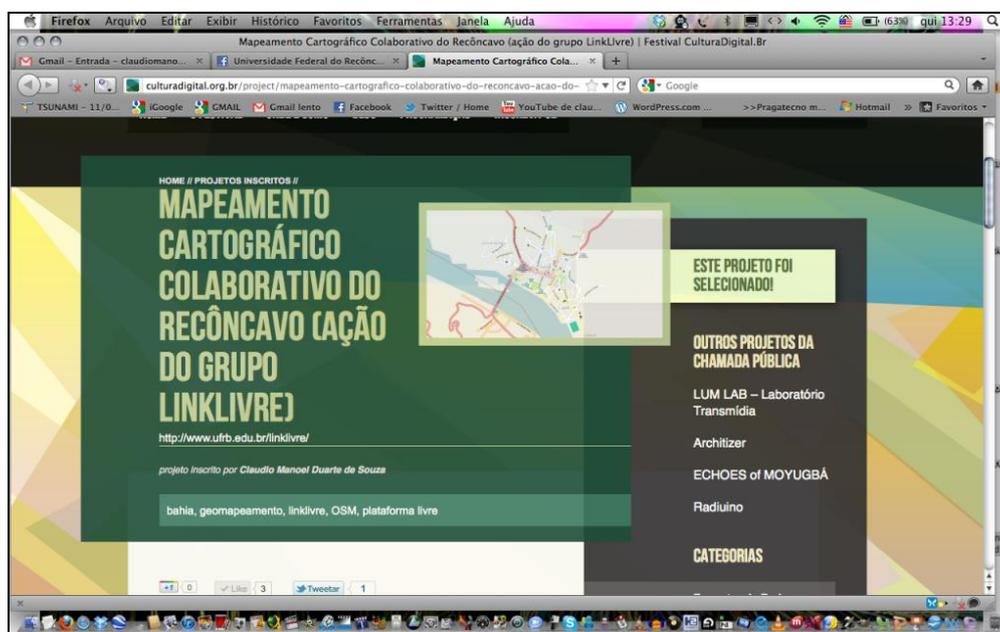
Fonte: <http://mapaculturalpaulista.org.br> (2013)

No Ceará, o projeto *Mapa da Cultura*²⁹, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, através da Secretaria de Cultura (Secultfor/CE), com objetivo de apresentar os espaços e produtores culturais da cidade, pretende reunir em um site, composto por um mapa georreferenciado, todos os equipamentos, patrimônios e instituições culturais existentes na cidade. Tem como base um banco de dados já coletados pela Prefeitura, que poderá ser incrementado de maneira colaborativa por públicos e agentes culturais. A metodologia parte do uso dessa base de dados com um sistema desenvolvido em software livre e apresenta-se como um projeto em uma primeira etapa, que remete o desenvolvimento de novos procedimentos em momentos posteriores, como instrumentalizar o Sistema Municipal de Cultura com ferramentas digitais que possibilitem a participação da sociedade e o acompanhamento e divulgação de políticas e ações culturais. Essa experiência corrobora com a ideia de realizar mapeamentos para identificar bens e serviços da cultura no intuito de planejar propostas políticas em prol do desenvolvimento, através de ações do campo da cultura, nos municípios brasileiros.

²⁹Mais informações disponíveis em: <http://mapeamentofortaleza.org.br>. Acesso em maio de 2013.

desenvolvendo o *Mapeamento Colaborativo do Recôncavo (MCR)*³⁰, com o objetivo de realizar o mapeamento das cidades de Cachoeira e São Félix e disponibilizar os mapas na internet através da plataforma *Open Street Map (OSM)*. No caso do *MCR*, a metodologia se aplica em três momentos. No primeiro com a iniciação de estudantes da UFRB no desenvolvimento de um mapa em rede. No segundo, com a disponibilização dessa base no site para atualização do público, capaz de contribuir com informações adicionais bem como com a inserção de novos bens e serviços culturais. Por fim, o terceiro momento parte da ideia de construir dispositivos de captura de imagens em múltiplos pontos de vista e produção de conteúdos de imersão e interatividade em vídeo e fotos em 360° das ruas e pontos de interesse em Cachoeira e São Félix.

Figura 04: Tela principal do Mapeamento Cartográfico Colaborativo do Recôncavo, BA (2013)



Fonte: <http://www.ufrb.edu.br/linklivre/mapeamento-colaborativo-do-reconcavo-no-culturaldigital-br/> (2013)

No semiárido baiano, em 2010 foi realizado pela autora deste texto o “Mapeamento dos equipamentos e manifestações culturais de Serrolândia/BA”, visando colaborar com a elaboração do Plano Municipal de Cultura (PMC) do município, além de levar ao conhecimento do poder público local demandas e reivindicações referentes a bens e

³⁰Mais informações disponíveis em: <http://www.ufrb.edu.br/linklivre/mapeamento-colaborativo-do-reconcavo-no-culturaldigital-br/>. Acesso em maio de 2013.

serviços culturais locais, sinalizados em pesquisa de campo por atores culturais e cidadãos comuns. O mapeamento foi feito no intuito de provocar um diálogo entre órgãos e gestores municipais da cultura com a SECULT/BA e o Sistema de Informação e Indicadores em Cultura – SIIC.

A metodologia desenvolvida se deu no cruzamento de informações institucionais a exemplo do MUNIC e de documentos cedidos pela Prefeitura Municipal de Serrolândia/BA e, também, a partir da análise de dados coletados em campo através de dois procedimentos: a aplicação de questionários relacionados com a perspectiva da cultura e seus atores, bens e serviços no município. Os critérios de participação e o passo a passo da pesquisa trataram de coleta de dados e contatos com atores considerados ativos na realização de atividades culturais.

Os equipamentos e manifestações culturais foram identificados e registrados entendendo como manifestações culturais modos de ser e agir, conforme reconhece o PNC, e também levando em consideração conceitos relativos ao campo da cultura. O método de identificação se deu através do preenchimento de formulários contendo dados (endereço, telefone e email) do responsável/representante do equipamento ou representante/organizador da manifestação cultural, natureza (classificação da/do manifestação/equipamento), nomeação da/do manifestação/equipamento, texto de apresentação e, em destaque, dificuldades para a proteção e sustentabilidade desses equipamentos e manifestações culturais.

O mapeamento cultural foi realizado na cidade administrativa de Serrolândia/BA, em sete povoados, um assentamento sem terra e duas comunidades rurais que fazem parte do município. Nos resultados desse primeiro momento da pesquisa foram identificados, entre grupos, artistas, organizadores, equipamentos e manifestações culturais, cerca de 40 bens culturais. As dificuldades dos atores culturais locais estão relacionadas, sobretudo, à elaboração de projetos, captação de recursos e envolvimento de jovens na realização e apresentação de manifestações culturais ditas tradicionais.

Como podemos observar em exemplos como o projeto-piloto Cidades Digitais³¹ e o SNIIC/MinC, mapeamentos culturais podem incentivar uma maior participação cidadã na produção, organização e difusão de dados culturais. Podem também contribuir como referência para iniciativas futuras, inclusive em municípios brasileiros inseridos no

³¹Mais informações sobre o projeto-piloto Cidades Digitais. Disponíveis em: <http://mc.gov.br/inclusao-digital-mc/projeto-piloto-cidades-digitais>. Acesso em maio 2013.

contexto de regiões periféricas, distantes dos centros urbanos com maior concentração de serviços e oportunidades de desenvolvimento cultural.

Concluimos esse capítulo reconhecendo que mapeamentos culturais em diferentes formatos de organização e difusão de dados pode contribuir com o processo de “municipalização da cultura”. Porém, se faz necessário que os atores inseridos no contexto da produção cultural tenham voz e cidadãos se tornem capazes de conquistar um lugar de fala, com efeito, nesse momento propício no que refere à tentativa de consolidar uma política cultural capaz de provocar diálogos entre as esferas federal, estadual e municipal. Neste sentido, Cláudia Leitão questiona o lugar dos municípios brasileiros no contexto dessa política, ao interrogar “Como reaver o capital social de comunidades excluídas, (...) despossuídas de autoestima e de capacidade de mobilização?” (LEITÃO, 2009, p.21).

Além dos aspectos observados acima, cabe também atentar a necessidade de importar esses dados, no sentido de unificar informações e indicadores propiciadores de diagnósticos e efetivação da política cultural brasileira, reconhecendo também o desafio da proposta do SIIC/MINC, no pressuposto de concentrar dados e ser o maior repositório desses dados no país. Nesse sentido, cabe atenção às metodologias propostas nos diversos estados, que apesar de serem eficazes no limite regional, do estado ou município, não dialogam com a metodologia proposta pelo SIIC/MINC.

Caberia uma mobilização dos atores envolvidos no processo de levantamento e organização de dados, dispersos nas regiões do país, como vimos em mapeamentos de Norte a Sul, no intuito de pensar projetos unificadores do planejamento e da gestão cultural na esfera federal, integrando estados e municípios, como o projeto voltado a elaboração de *Planos Municipais de Cultura em Ambiente de Aprendizagem a Distância*³², através de uma parceria entre o MINC e a Escola de Administração da UFBA (EAUFBA) com o objetivo de prestar consultoria aos municípios brasileiros na elaboração de PMCs para organização da cultura na perspectiva municipal pensando na integração desses municípios ao SNC e PNC.

O projeto para assistência na elaboração de PMCs contou com a colaboração de professores doutores em cultura e sociedade, administração, entre outros campos, além de

³² PLANOS MUNICIPAIS DE CULTURA. Disponível em: <http://www.planomunicipaldecultura.com.br>. Acesso em maio de 2014.

profissionais e pesquisadores atuantes como gestores no campo da cultura em vários estados brasileiros.

Tanto os atores envolvidos quanto os métodos aplicados no referido projeto remetem a necessidade de maior articulação entre tores da cultura no intuito de desenvolver processos colaborativos com objetivo de cooperar com a organização desse campo no país, o que pode ser reforçado através da divulgação e do reconhecimento dos seus atores, bens e serviços como vetor do desenvolvimento, ambos inerentes à dimensão simbólica, cidadã e econômica, aqui relacionadas e consideradas como fontes orientadoras nessa organização e nesse desenvolvimento iniciando-se na esfera municipal.

Após esboçarmos, nesse capítulo, modelos de mapeamentos culturais realizados em alguns estados e municípios brasileiros, apresentaremos no próximo capítulo alguns procedimentos metodológicos adaptados para levantamento e organização de dados culturais em municípios com até vinte mil habitantes, atendendo a proposta deste trabalho.

Serão apresentadas sugestões de procedimentos metodológicos e critérios identificados a partir de ações específicas experimentadas no momento inicial da pesquisa, que remete ao planejamento, à execução do mapeamento proposto, no trabalho realizado em campo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA LEVANTAR E ORGANIZAR DADOS CULTURAIS

Este capítulo parte do esforço de apresentar e sugerir procedimentos metodológicos, na expectativa de atender a proposta de contribuir com o levantamento e a organização de dados culturais. Caberá também, neste espaço da dissertação, um breve relato sobre algumas práticas planejadas ou descobertas, ambas experimentadas ou, mesmo, impossibilitadas, no decorrer da pesquisa.

Compreendemos também, a necessidade de provocar diálogo entre atores acadêmicos e da diversidade de produções culturais em municípios brasileiros através de pesquisas subsidiadas por universidades, por exemplo. Esse diálogo torna-se imprescindível à dinamização da gestão cultural, bem como no que tange a contribuições para a organização da cultura como vetor de desenvolvimento.

Nessa perspectiva, se fez necessário provocar questionamentos capazes de evidenciar desafios e demandas para dinamizar a gestão da cultura nas esferas nacional, estadual e municipal de maneira articulada e integrada: É possível fomentar sistemas de indicadores culturais através de banco de dados, em *sites*, a exemplo da plataforma do SNIIC/MINC, a partir do acesso aos meios de comunicação e das NTICs sem excluir municípios menores, inseridos no contexto de manifestações tradicionais e distantes dos centros urbanos? A realização de mapeamentos culturais poderá colaborar com a descentralização de recursos e serviços da cultura? Tais questões remetem a urgência de pesquisas que considerem limitações e desafios que permeiam municípios distantes dos centros urbanos e que almejem o desenvolvimento através da cultura, seja por políticas de acesso ou através de projetos capazes de contribuir com iniciativas como a instalação de SMCs, com seus Conselhos e Planos.

A partir de questionamentos compartilhados em eventos diversos com alguns atores culturais de municípios com menos de vinte mil habitantes, mais especificamente no sertão semiárido do norte baiano, a pesquisa se deu na expectativa de identificar procedimentos para levantar e organizar dados partindo de modelos de mapeamentos culturais, além de considerar passos como os quatro apresentados nesta dissertação, no primeiro item do segundo capítulo, *2.1 Contribuições para o desenvolvimento de mapeamentos culturais*.

O item 2.1 sugere como procedimentos a identificação de aspectos culturais na perspectiva do desenvolvimento do município; o reconhecimento de contribuições da subárea da geografia, a geografia cultural, esta levando em consideração os aspectos humanos, além de contribuições através da elaboração de cartografias e mapas, ambos na função de comunicar através de sinais e cores; além de atentar para noções de território e suas limitações e delimitações na perspectiva simbólica, informacional e geográfica.

3.1 Levantamento do referencial teórico e de marcos legais

Nesse item, esboçamos procedimentos adotados no levantamento do referencial teórico e de marcos legais relativos ao campo da cultura e à sua organização, precisamente a partir do ano 2002, no Brasil e na Bahia. Esse levantamento e essa revisão do referencial teórico se deram com leituras de autores da sociologia, de textos do contexto atual da cultura, também no Brasil e na Bahia, bem como aqueles relacionados ao PNC.

Partindo desse arcabouço, contribuíram com este trabalho textos abarcando noções e significados da cultura, de sua gestão, suas políticas e manifestações e seus equipamentos e atores, incluindo geografia cultural e cartografias da cultura.

Um caminho para a identificação de procedimentos metodológicos relativos a abordagens teóricas no campo da cultura foi traçado, aqui, seguindo critérios de pesquisas acadêmicas, partindo de duas fases como sugere Cláudio de Moura Castro (1977) no livro *A Prática da Pesquisa*. O autor ressalta a importância dos resultados mensurados através de pesquisas de campo que devem estar relacionadas a conceitos e compreensões aceitas no âmbito acadêmico, em linearidade com as experiências vivenciadas no ambiente observado.

Castro (1977) sugere um convívio entre teorias e rotinas das instituições relacionadas à pesquisa, tratando de questões como a abordagem do tema e a experiência do pesquisador, das propriedades dos dados coletados, estilos de análise e limites do tratamento quantitativo. Enfatiza que “ainda hoje, quando o prestígio da ciência atingiu sua altura máxima, a maior parte dos problemas do mundo está sendo resolvida e grande parte está sendo conseguida por métodos que envolvem a experiência, a razão, o diálogo e o consenso” (CASTRO, 1977, p. 03).

Para reforçar essa noção de pesquisa, destacando metodologias relativas às “práticas etnográficas”, Geertz (2011) argumenta que “se você quer compreender o que é a

ciência, você deve olhar, em primeiro lugar, não para as suas teorias ou descobertas, e certamente não para o que seus apologistas dizem sobre ela; você deve ver o que os praticantes das ciências fazem” (GEERTZ, 2011, p. 04).

É a partir dessa ideia de convivência com os praticantes, no cotidiano, entendendo a cultura como modo ou forma de vida, que este trabalho se delinea, considerando também o fato de que o olhar do pesquisador não deve comprometer a análise, ao mesmo tempo em que ele vive de modo similar e é também observado nos ambientes observados no decorrer pesquisa. Contudo, esse momento trata da necessidade de reconhecer as contribuições das “práticas etnográficas”, as relações estabelecidas entre pesquisador e colaboradores com a seleção de informantes e identificação de genealogias nos espaços mapeados.

Assim, desenvolvemos este trabalho considerando duas fases: a primeira refere-se à classificação dos fatos e eventos disponíveis para a realização de mapeamentos culturais; a segunda, considerando tais fatos, parte de sugestões de procedimentos e instrumentos para a realização de mapeamentos em municípios distantes dos centros urbanos.

Atentamos para marcos legais com aspectos inerentes aos contextos macros e micros, desde a integração da cultura enquanto direito na Constituição Federal de 1988 à tentativa de instauração de sistemas e planos municipais da cultura. Tais fatos tiveram início a partir do ano 2002, mais especificamente no período do Governo Lula, como mencionado no primeiro capítulo deste trabalho.

No contexto macro da gestão pública, foram levadas em consideração compreensões da cultura no âmbito federal, como a noção antropológica apresentada no PNC/2010; reconhecimento da cultura enquanto direito constitucional através da Emenda Parlamentar (EC-000.071/2012), a partir da integração do SNC na Constituição Federal de 1988, no artigo 216, compondo o artigo 216-A; além de compreensões da cultura apresentadas na estrutura organizacional da Lei Orgânica de Cultura da Bahia, Lei de Nº12.365 de 30 de novembro de 2011, noção esta reconhecida também pelo município de Serrolândia através da Lei de Nº411/2010, que institui o SMC.

Outra contribuição no contexto macro se deu ao adotarmos considerações sobre cultura, políticas, equipamentos, manifestações e “expressões culturais” reconhecidas na Convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/UNESCO para a Diversidade Cultural, através do Decreto Legislativo 485/2006,

como “aquelas expressões que resultam da criatividade de indivíduos, grupos e sociedades e que possuem conteúdo cultural”³³.

Conforme consta na Convenção da UNESCO, “conteúdo cultural refere-se ao caráter simbólico, dimensão artística e valores culturais que tem por origem ou expressam identidades culturais”. Tais noções, de expressão e conteúdo cultural, vêm contribuir para a realização deste trabalho, na medida em que orientam a identificação de bens e serviços da cultura, nesse caso, atentas às particularidades dos municípios, reconhecendo dessa forma a diversidade cultural que compõe o extenso território brasileiro, em especial no sentido simbólico das expressões culturais.

Já no contexto micro, como mencionado anteriormente, consideramos a compreensão da cultura apresentada na proposta do município observado. Em 2010, a gestão pública de Serrolândia/BA instituiu a Lei nº411/2010, que instaura SMC, compreendendo a cultura como direito e valorização simbólica. Tais compreensões nos permitem atentar para a organização da cultura, partindo do pressuposto da necessidade de integração entre seus dados levantados em todo o país, dos municípios para seus estados e desses para a organização federativa.

3.2 Identificação de procedimentos metodológicos

A identificação dos procedimentos metodológicos possíveis à organização e ao levantamento de dados culturais se deu na observação de metodologias em andamento ou consolidadas, como algumas experiências apresentadas no segundo capítulo deste trabalho.

Vale registrar aqui o desafio da manutenção e atualização constante que esses mapeamentos demandam. Um dos aspectos preponderantes parte da necessidade de reconhecer transformações que independem de limites e controles de governos ou de organizações responsáveis por mapeamentos, exigindo de maneira indispensável à participação de cidadãos e fazedores da cultura. Nesse sentido, cabe esclarecer tais procedimentos enquanto experimentos sugestivos e não determinantes, obviamente.

A partir daí, partimos para o exemplo do SNIIC/MINC. Foram observadas considerações relativas *As metas do Plano Nacional da Cultura/PNC* (2012), com os seguintes pontos: o reconhecimento da cultura em seu sentido antropológico e amplo;

³³Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>. Acesso em maio de 2013.

atores tidos como artistas, produtores, criadores e mantenedores da cultura; bens culturais como todos aqueles produzidos com conteúdo cultural de pertencimento de um povo; manifestações culturais oriundas do trabalho e do cotidiano de uma população predominantemente rural; e equipamentos culturais como espaços de criação e realização de atividades e manifestações culturais.

No segundo momento, avaliamos fragilidades na organização da cultura no município estudado como limitações na identificação de atores e manifestações culturais no que refere ao planejamento da cultura na perspectiva do desenvolvimento.

Para além de fragilidades na organização da cultura, reconhecemos também limitações que perpassam o levantamento e a organização de dados culturais através do uso de objetos tecnológicos e da qualidade dos serviços de *internet*, por exemplo.

Por fim, foram estabelecidos critérios metodológicos e participativos para o registro de maneira convencional e presencial, com o preenchimento de formulários para identificação de atores e registro de bens e serviços da cultura, com informações mais específicas apresentadas no próximo item, *3.3 Critérios propostos: participativos e metodológicos*.

3.3 Critérios participativos e metodológicos

Os critérios propostos foram identificados a partir de procedimentos participativos e metodológicos, ambos estabelecidos na compilação de alguns procedimentos observados no segundo capítulo, quando apresentamos alguns modelos de mapeamentos culturais realizados nos âmbitos estadual e municipal no país.

Os critérios foram estabelecidos na expectativa do uso de três formas de registro, sendo estas um questionário para compreensão do contexto da cultura no município; um formulário para registro de dados culturais (atores, bens e serviços); e no desafio de gerar mapas colaborativos ou cartografias desses dados culturais, propomos o registro de atores, bens e serviços da cultura através do uso de localização via GPS.

No intuito de manter coerência entre o contexto cultural do município e aspectos conceituais abordados neste trabalho, foram levados em consideração o reconhecimento e a identificação de atores propiciadores de atividades culturais, compreendidos na Convenção

da UNESCO como fazedores de cultura, conforme constam no primeiro item deste capítulo, *3.1 Levantamento do referencial teórico e de marcos legais*.

A aplicação do questionário e formulário se deu de maneira simultânea, partindo do referencial teórico esboçado no primeiro capítulo, imprescindível à preparação dos modelos para registro, ambos atrelados ao contexto cultural do município, com a colaboração de atores e consumidores da cultura sem limitação do número de colaboradores.

A ideia era abordar o máximo possível de pessoas envolvidas direta e indiretamente na produção cultural do município, mesmo com ações realizadas predominantemente de forma amadora, na ausência de profissionais do campo específico da cultura, da comunicação ou de áreas a fins.

Contudo, os critérios estabelecidos para participação na pesquisa de campo partiram do princípio de que em municípios distantes dos centros urbanos as atividades e manifestações culturais se dão na maioria das vezes de forma espontânea, sem planejamento prévio e sem considerações capazes de orientar em etapas da gestão e produção cultural, com exceção de eventos calendarizados como festejos juninos, recorrentes no semiárido nordestino. Dessa forma, os participantes da pesquisa foram identificados enquanto atores culturais nesta perspectiva da produção espontânea da cultura.

Foram considerados atores culturais aqueles fazedores de cultura, jovens e adultos, entre 14 e 70, atuantes na organização de manifestações culturais do município, identificados através de sondagens e diálogos prévios com membros das comunidades. Vale ressaltar a necessidade de uma abordagem neutra e discreta nas comunidades, aspecto imprescindível nesse momento.

O compromisso com essa abordagem neutra remete a anulação de qualquer expectativa e, principalmente, de suposições e preconceitos. Cabendo atenção à proposta do trabalho de identificar atores, bens e serviços da cultura levando em consideração o contexto observado e suas limitações tanto estruturantes quanto no que se refere a conhecimentos acadêmicos. Sem lançar mão de reconhecer a diversidade de atores tanto do senso comum quanto de ambientes da gestão cultural.

Das recomendações de participação, também foi estabelecido como critério que os colaboradores fossem residentes do município, evitando assim equívocos ou disparidades

nas informações apresentadas. Dessa forma, todos foram localizados na cidade administrativa, povoados e comunidades rurais, estando em atividades do cotidiano ou em momento de organização de atividades culturais, a exemplo da gestora cultural do município, de artistas em estúdio de gravação e grupos de ternos de reis em atividades espontâneas, como veremos no quarto e último capítulo que segue.

Vale ressaltar o compromisso dos participantes com a pesquisa, atrelado ao interesse de acompanhar e participar de processos propulsores da organização da cultura e do desenvolvimento. Fato este que envolve ainda mais os atores no fazer da cultura no município observado.

Contudo, foram respondidos 53 questionários, seguindo os critérios participativos esboçados acima, contando com a participação de atores identificados previamente nas comunidades como representantes de grupos artísticos culturais, artistas individuais, líderes comunitários enquanto organizadores de manifestações culturais, além de consumidores apoiadores de manifestações e gestores públicos atuantes no Departamento de cultura.

O objetivo da aplicação do questionário foi o de compreender o contexto da cultura no município através do olhar de seus atores, além de observar o conhecimento desses atores sobre procedimentos e marcos legais, ambos desenvolvidos para dinamizar e organizar a cultura com envolvimento em prol o desenvolvimento. Ou seja, para desenvolver mapeamentos culturais, antes, é preciso ter uma compreensão da cultura apropriada ao contexto analisado, abarcando também as vivências dos espaços políticos, sociais, e, também, econômicos, ambos relativos aos atores, bens e serviços.

O questionário foi aplicado contendo questões relacionadas à compreensão do termo cultura; serviços inerentes ao registro de atores, bens e serviços através de um “mapa colaborativo” em redes digitais, a exemplo de acesso a *internet*; políticas culturais no município, no estado e no país; e, por fim, a organização de dados culturais através dos sistemas de informações e indicadores em desenvolvimento nas esferas estadual e federal.

Já a elaboração e aplicação do formulário de registro de dados fez referência a políticas, serviços, atores, manifestações e equipamentos culturais. Para o preenchimento também não foi determinado um quantitativo, já que esses formulários eram disponibilizados em conformidade com informações de moradores do município, com averiguação prévia através de registros fotográficos, audiovisuais ou mesmo de

documentos identificados através da Prefeitura Municipal de Serrolândia/BA. No formulário de registro foi inserido o campo nomeado como “Dados comprobatórios” com a função de registrar documentos ou informações anexadas simultaneamente ao preenchimento do referido formulário.

Foram preenchidos 44 formulários, com registros de 16 equipamentos e espaços culturais e 28 bens e serviços, ambos apresentando 53 atores, sendo estes atores, bens e serviços correlatos. As informações registradas remetem à necessidade de reconhecer a cultura como pilar do desenvolvimento nos municípios brasileiros. Mesmo em contextos precários com estrutura administrativa e financeira deficientes necessitando constantemente de acompanhamento e manutenção.

Por fim, partimos para a tentativa de localizar esses atores, bens e serviços com GPS, propondo manutenção e atualização de um “mapa colaborativo” em redes digitais. Esses passos foram pensados como referenciais no formulário de registro, propondo atualização, compilação e análise dos dados coletados no intuito de gerar diagnóstico para uma gestão eficaz da cultura, além da possibilidade de divulgar a produção cultural pela *internet* em um mapa capaz de apresentar o potencial da cultura do município. Porém, desafios e limitações inerentes aos objetos tecnológicos e serviços de *internet* inviabilizaram tal procedimento.

Esses desafios nos permitem reconhecer limitações de atores culturais em municípios distantes dos centros urbanos, além da necessidade de melhoria de serviços estruturantes propulsores a organização da cultura. É necessário, e também urgente, que sejam propostos projetos e ações de capacitação e qualificação no intuito de potencializar atores de municípios periféricos, obviamente, com maiores dificuldades de acesso a serviços mais qualificados considerando o desenvolvimento do município através da valorização da cultura.

Tais considerações reforçam a necessidade de capacitar atores e gestores culturais com o objetivo de qualificar seus projetos e suas ações. Fato este, elucidado no resultado apresentado através do questionário, na questão que faz referência as etapas de maior dificuldade na produção cultural, quando 42 dos 53 colaboradores afirmam que enfrentam desafios e dificuldades na elaboração de projetos e captação de recursos, sejam estes estruturantes, financeiros ou materiais.

Contudo, cabe aprofundar a pesquisa na busca por procedimentos relativos à organização de dados culturais no Brasil, propondo cartografias através das NTICs, capazes de auxiliar na realização de mapeamentos culturais, precisamente em municípios com até vinte mil habitantes, considerando serviços correlatos que não se tornem obstáculos na organização da cultura e, também, atentando à possibilidade de trocas de experiências entre atores culturais dos diversos municípios brasileiros.

3.4 Abordagens em campo

Para além de considerações teóricas e procedimentos metodológicos preestabelecidos, faz-se necessário registrar a memória das abordagens e vivências experimentadas e observadas em campo. Nesse sentido, registramos experimentos e limitações entre os procedimentos propostos e os executados.

A chegada em campo é sempre uma incógnita, mesmo quando alguns locais, particularidades e personalidades da cultura são peculiares. É fundamental manter a coerência e o cuidado em não assumir uma postura autossuficiente em relação ao conteúdo acadêmico absorvido e o contexto observado, nem tão pouco de pretender partir da ideia de estar trazendo algo novo sobre atores, bens e serviços e mais ainda, como consequência, perder informações únicas intrínsecas aos fazedores da cultura do município por não debruçar sobre o conhecimento que esses atores apresentam, oriundas de suas vivências partilhadas com moradores e visitantes das comunidades.

Nesse sentido, aplicamos um questionário com questões relativas a práticas e ações inerentes aos aspectos culturais tanto da cidade administrativa quanto de povoados e comunidades rurais, para compreender a noção de cultura e o contexto da política cultural do município sob o olhar dos colaboradores da pesquisa.

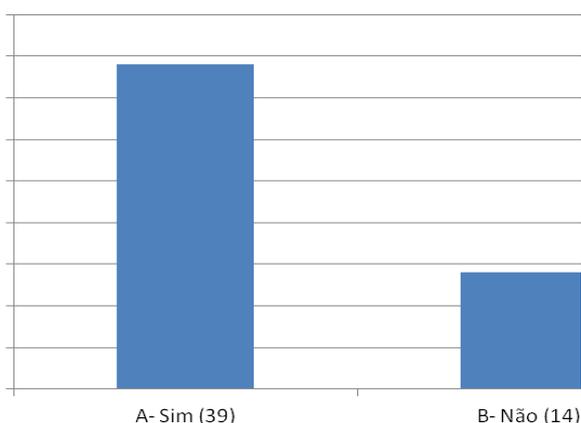
A primeira parte do questionário sugere uma busca sobre o perfil do ator cultural ou colaborador da pesquisa, seguida de uma questão aplicada de maneira subjetiva, no intuito de registrar a compreensão da cultura por parte dos atores. Através desta questão, identificamos desde a cultura como cultivo até a vida do homem e suas distrações do trabalho, conforme consta no Anexo 04, Tabela 02, Questão 01.

As respostas trazem desde peculiaridades relativas ao trabalho no campo e aos festejos tradicionais do interior à cultura compreendida em sua ambiguidade, abordada nas considerações teóricas do primeiro capítulo deste trabalho, como: “Plantar milho feijão e

mandioca para a alimentação” (Sr. Vilarino S. Novais, 70 anos, Comunidade rural Várzea Bonita); “É o resgate da cultura do pessoal mais velho como cantiga de roda, reisado, mutirões e festa de bumbeiro” (Sirlene Maria Silva Jordão, 46 anos, Povoado Roçadinho); “Todas as formas de manifestações, costumes, ritos, e cotidiano de determinado povo e lugar” (Zilma Pereira Dos Santos, 40 anos, Serrolândia).

Sobre os serviços relativos à organização cultural, as questões de número 02 a 07 trazem seus incentivadores, sendo na maioria, grupos artísticos e associações. Nesta sequência, sobre serviços para subsídio à cultura, o de *internet* é acessado por 39 dos 53 colaboradores da pesquisa, conforme ilustrado no Gráfico 02, a seguir. O fato da qualidade deste serviço não constar no foco central da pesquisa não impediu que a maioria dos colaboradores se queixasse do desserviço prestado pelas operadoras de celulares e por outros provedores.

Gráfico 02 – Acessa a internet (Un):



Fonte: B – Questionário (Apendice 02)

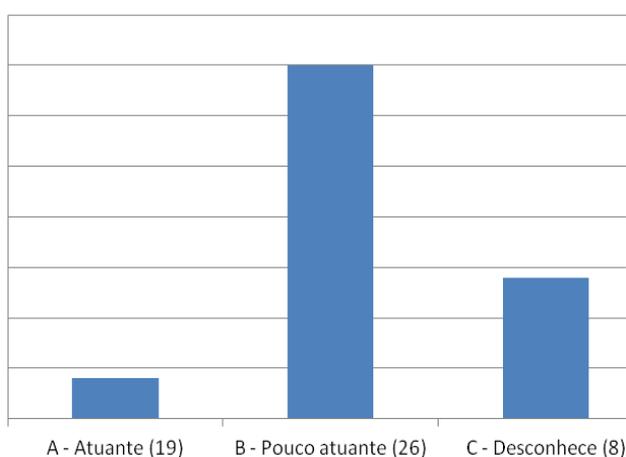
Também, o fato do serviço de *internet* não atender as necessidades dos atores culturais e colaboradores da pesquisa interferiu na execução de um dos registros para aprofundamento e continuação deste trabalho. O registro de atores, bens e serviços e das manifestações culturais com localização via GPS, para o desenvolvimento de um “mapa colaborativo” em rede, inviabilizado por questões que implicam desde a indisponibilidade de informações espaciais via satélite até a velocidade e sinal da *internet*.

Salientamos que, sobre a questão da leitura espacial via satélite, só há informações detalhadas disponíveis da cidade administrativa. Os povoados e as comunidades rurais são

apenas sinalizados por pontos isolados, fato este que inviabilizaria um mapa detalhado da produção cultural do município como um todo.

As demais questões aplicadas, de número 08 a 12, fazem referência aos serviços relativos aos marcos legais, dados e políticas culturais em efetivação no âmbito municipal, estadual e federal. Contendo respostas dos 53 colaboradores, predominantemente, relativas ao desconhecimento e a ausência da atuação de gestores em torno das referidas abordagens. Como podemos observar nos resultados apresentados no Gráfico 03, seguinte:

Gráfico 03 – Atuação da Secult/BA no município (Un):

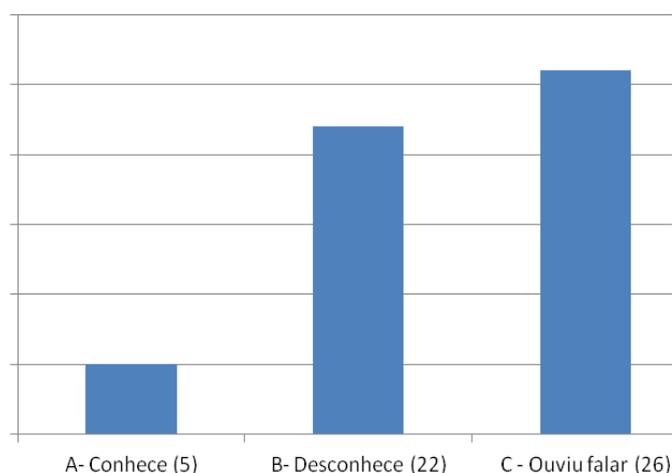


Fonte: B – Questionário (Apêndice 02).

A maioria dos colaboradores da pesquisa considera a gestão cultural do estado pouco atuante no município, o que reforça a necessidade de diálogo entre representantes de órgãos municipais e estaduais. Sabemos que sites institucionais são cada vez mais utilizados como ferramentas de disseminação de informação. Porém, como observado anteriormente, sobre o desserviço de *internet*, as condições de acesso nem sempre são favoráveis. Além de fatores que implicam do fato de que atores alocados em órgãos do estado estão concentrados em grande maioria na capital.

É preciso repensar formas de articulação entre representantes do estado e atores culturais dos municípios baianos, a exemplo da proposta do estabelecimento de representantes territoriais em cidades sede dos 27 territórios de identidade. O resultado do Gráfico 04, p. 77, chama a atenção sobre a limitação de conhecimento da Lei Orgânica de Cultura da Bahia, de N°12.365/2011, por parte dos atores culturais do município.

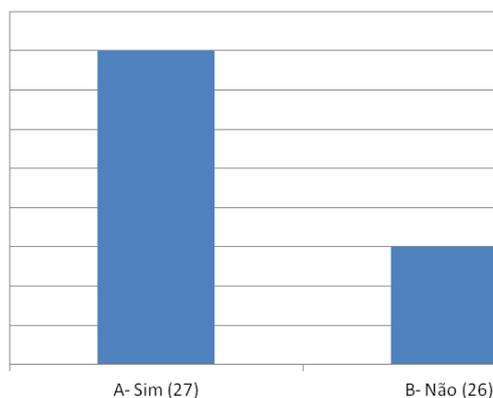
Gráfico 04 – Projeção da Lei Orgânica de Cultura da Bahia em Serrolândia/BA (Un):



Fonte: B – Questionário (Apêndice 02).

Se há um distanciamento considerável entre atores culturais de Serrolândia/BA e da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, há também preponderância na proporção equivalente à participação desses atores em atividades realizadas pelo Departamento de Cultura deste município, incluindo povoados e zona rural. O resultado apresentado no Gráfico 05, abaixo, reforça esse distanciamento:

Gráfico 05 – Participação dos atores em atividades realizadas pelo Departamento de Cultura (Un):

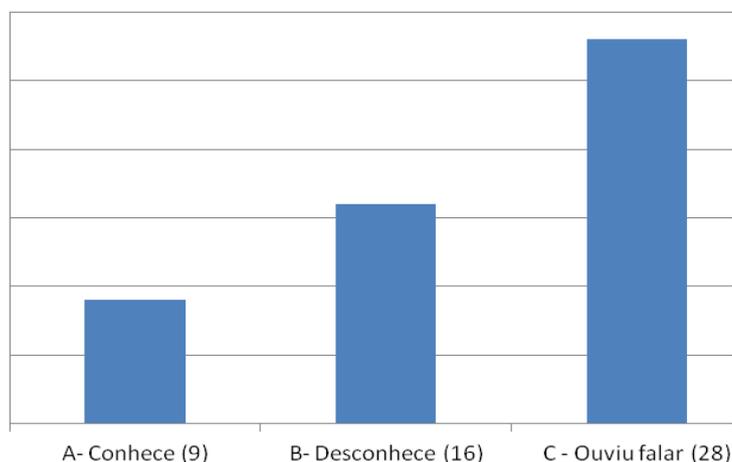


Fonte: B - Questionário (Apêndice 02).

O mesmo pode ser observado sobre o conhecimento dos atores culturais no que se refere à Lei Municipal de Cultura, de N°411/2010, quando apenas nove dos 53 atores afirmam conhecer o conteúdo e demonstram reconhecer a importância da efetivação,

enquanto um número mais expressivo de 28 ouviu falar e 16 desconhecem a referida Lei, como ilustra o Gráfico 06, a seguir:

Gráfico 06 – Projeção da Lei Municipal de Cultura, de N°411/2010, do SMC (Un):

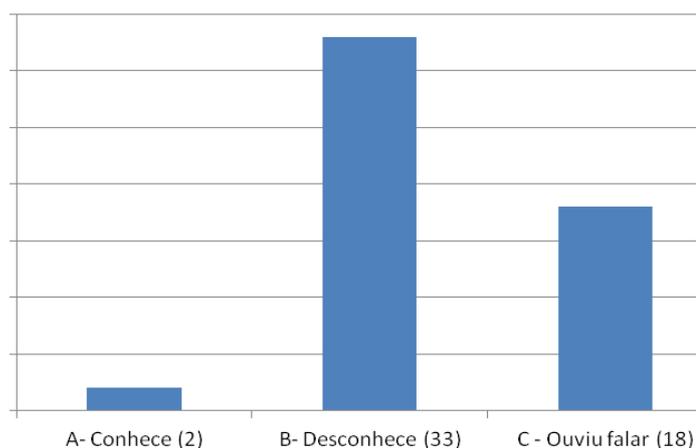


Fonte: B – Questionário (Apêndice 02).

O desafio em reconhecer a cultura como vetor de desenvolvimento se evidencia na necessidade de ampliar a articulação entre atores e disseminar conhecimentos relativos ao campo, como também de reconhecer marcos legais capazes de comprometer gestores públicos no atendimento às suas demandas. Outro desafio é o fato de não se debruçar sobre a organização e o uso dos dados culturais como informações necessárias à geração de diagnósticos e, conseqüentemente, identificação de contribuições da cultura no desenvolvimento humano, social e econômico.

Também, o desconhecimento da existência de uma plataforma de dados culturais como o SNIIC, capaz de divulgar e possibilitar diálogos estratégicos sobre a produção cultural de todos os municípios brasileiros pode exemplificar essa ausência de articulação e envolvimento entre atores culturais no âmbito federal, estadual e municipal. Como podemos observar no Gráfico 07, p. 79, apenas dois dos 53 colaboradores conhecem o SNIIC. E, de acordo com a identificação nos formulários preenchidos, esses dois atores culturais estão ligados diretamente à administração pública do município, ou seja, são considerados atores inseridos em ambientes correlatos a discussão política e com maior facilidade de acesso a marcos legais e leis relativas ao campo.

Gráfico 07 – Projeção do SNIIC/MinC em Serrolândia/BA (Un):



Fonte: B – Questionário (Apêndice 02).

Mesmo com alguns fatores limitadores, os questionários e formulários foram recebidos com êxito por atores e consumidores de atividades culturais no município, o que pode viabilizar o aprofundamento da pesquisa e a utilização dos dados registrados em contribuição com a dinamização da cultura no âmbito municipal, a exemplo do uso das informações e dados como aspectos colaboradores na elaboração do PMC de Serrolândia/BA.

3.5 Possibilidades e desafios no registro de atores, bens e serviços da cultura

Pesquisadores são viajantes e participantes no desafio de realizar um trabalho de registro dos atores, bens e serviços da cultura, sem interferir nas considerações e registros dos colaboradores enquanto parceiros integrados a proposta da pesquisa. Essa integração pode dificultar o trabalho na medida em que o compromisso se dá na coerência dos resultados alcançados e não no envolvimento entre as partes, no caso específico de municípios pequenos com maior possibilidade de relacionamento entre atores e pesquisadores.

Partimos ao registro tendo início através do acesso a órgãos inerentes à organização de dados, do IBGE à Prefeitura de Serrolândia/BA; da identificação e listagem dos locais do município como cidade administrativa ou sede, povoados, associações, comunidades e equipamentos; de um cronograma de atividades diárias nas comunidades, rurais e urbanas, envolvendo desde bate-papo e escutas, ambos aleatórios, até visitas aos equipamentos culturais consolidados, como biblioteca e espaços da administração pública. Por fim,

partimos ao desafio de cruzar dados empíricos e pragmáticos com fundamentações teóricas capazes de gerar diagnósticos propulsores a organização da cultura em Serrolândia/BA.

Um dos desafios parte da necessidade de reconhecer descobertas e revelações que todo e qualquer ambiente de produção da cultura, em sua ambiguidade, pode nos oferecer, e ao mesmo tempo manter o compromisso com o trabalho e seu objetivo principal, a fim de evitar influências ou registros tendenciosos.

É importante ressaltar que o fato da pesquisa de campo ter se dado, inicialmente, no período da graduação em 2010 não facilitou o trabalho. Ao contrário, a retomada entre 2013 e 2014 permitiu observar que a inconstância da cultura é fato em todo e qualquer lugar, principalmente ao atentarmos para a rotatividade dos atores por motivos diversos, desde mudança de residência a questões que envolvem óbito, fato comum entre atores de manifestações mais tradicionais, a exemplo dos grupos de ternos de reis.

Conhecer alguns atores culturais pode facilitar o trabalho quando estes estão dispostos a colaborar na indicação de fazedores da cultura, ao mesmo tempo em que algumas indicações e alguns registros podem se tornar informações tendenciosas a partir de interesses de grupos específicos. Mais uma vez atentamos ao compromisso do pesquisador em manter a coerência sobre o registro de atores, bens e serviços reconhecidos na e pela comunidade.

Outro desafio para a continuação de trabalhos dessa natureza se dá na ausência de instrumentos e serviços qualificados disponíveis ao registro, a atualização e manutenção de dados, a exemplo de tecnologias relativas às NTICs, como a possibilidade do uso de GPS, o que implica da qualidade do serviço de satélite e de serviços de *internet* em municípios menores e distantes dos centros urbanos.

O principal desafio para a definição e aplicação dos critérios parte da necessidade do uso de objetos tecnológicos como celular e serviço de *internet*, sendo que o segundo interfere estritamente no uso do primeiro, já que em municípios periféricos, distantes dos centros urbanos, o serviço de *internet* é precário, por motivos variáveis, os quais caberiam aprofundamento em outro momento da pesquisa, com um estudo direcionado e apropriado a procedimentos do âmbito tecnológico.

Assim, caberia um aprofundamento em casos específicos de serviços ou desserviços de *internet* em municípios periféricos. Salientamos que, o que levamos em

consideração aqui está estritamente ligado ao fator limitador desse serviço ou desserviço no município observado.

No decorrer da pesquisa constatamos o desafio de repensar a qualidade dos serviços necessários ao desenvolvimento de municípios pequenos e distantes dos centros urbanos, além da qualificação de profissionais dispostos a retornar às suas cidades matrizes ou aos seus municípios a fim de contribuir com uma devolutiva do seu aprendizado adquirido nos centros urbanos mais desenvolvidos.

Reforçamos o objetivo deste trabalho, de identificar procedimentos capazes de contribuir com a organização de dados culturais na perspectiva do desenvolvimento, a partir da valorização da cultura em suas peculiaridades municipais, sugerindo dez ações capazes de contribuir com a realização de mapeamentos culturais, propulsores da elaboração e efetivação de políticas culturais e seus respectivos planos, conselhos e sistemas, precisamente em municípios com até vinte mil habitantes.

Salientamos que o esforço para a apresentação dessas dez ações se dá apenas como sugestão de procedimentos, com suas limitações e dificuldades que podem gerar entraves na realização de mapeamentos culturais, considerando particularidades na diversidade dos municípios brasileiros. Ressaltamos ainda que, obviamente, não há pretensão de esgotar tais procedimentos, já que os mesmos devem se ajustar e dialogar com a realidade de cada município, além da necessidade de reconhecer outros métodos identificados e formulados em outros contextos. Por fim, partimos para as dez ações sugeridas:

1ª Ação: Buscar compreender o sentido do termo cultura na perspectiva do município mapeado, ou mesmo, do tema ou contexto escolhido. Em seguida, analisar de forma comparativa com outras noções, compreendidas no âmbito de políticas culturais estabelecidas em outras esferas, estaduais ou municipais, por exemplo;

2ª Ação: Analisar o contexto cultural vivenciado por cidadãos e identificar, a partir desse contexto, atores culturais, políticos, econômicos e sociais em consonância com a dimensão simbólica, cidadã e econômica da cultura;

3ª Ação: Identificar documentos legais e pesquisas (PNC, pesquisas acadêmicas, entre outros), ambos relativos a registros de bens culturais, assim como mapeamentos culturais já realizados, conforme apresentado no primeiro e segundo capítulo deste trabalho;

4ª Ação: Definir o modelo do mapeamento cultural a ser desenvolvido e seus respectivos temas e conteúdos, bem como a utilização e finalidade desse mapeamento. É importante atentar ao fato de que nem todo modelo de mapeamento necessariamente abarca informações capazes de auxiliar em diagnósticos culturais. Em alguns casos, é comum confundir elaboração de catálogo de contatos e endereços com mapeamentos de dados. É necessário também, definir o modelo de mapa, seja este específico ou individual, de manifestações, de produtos, serviços ou atores culturais. Ou mesmo, um mapeamento integrado com atores, bens e serviços, a exemplo do realizado em Serrolândia/BA, conforme será apresentado no capítulo seguinte;

5ª Ação: Definir critérios metodológicos e participativos, a exemplo dos experimentados e apresentados no item 3.3 *Crerios propostos: participativos e metodológicos* deste capítulo. Sugerindo também a identificação de objetos tecnológicos e técnicas tradicionais ou inovadoras capazes de atender necessidades do mapeamento realizado, sobretudo, no que se refere ao registro, localização e análise dos dados culturais coletados, avaliando se há necessidade, ou não, de pensar manutenção ou se, de fato, trata-se apenas de um levantamento com função específica e com período determinado;

6ª Ação: Definir equipe responsável pelo projeto de mapeamento e suas devidas funções, como registro, atualização, compilação e disseminação dos dados coletados, mais especificamente no caso de mapeamentos culturais a serem realizados diretamente pela gestão pública do município;

7ª Ação: Identificar e articular parcerias a fim de coletar informações, obter contatos e serviços referentes à cultura e a política cultural efetivada no contexto mapeado;

8ª Ação: Formalizar parcerias com instâncias de educação a fim de obter apoio através de recursos pessoais, assim como de instâncias da administração pública, como gestores de CDCs, entre outros, no intuito de obter serviços e estruturas tecnológicas para disseminação, atualização e utilização do mapeamento cultural com o objetivo de gerar diagnósticos propulsores a eficácia das políticas culturais efetivadas;

9ª Ação: Definir formas de registro e aplicação de pesquisas contextuais para realização do mapeamento cultural, como o modelo utilizado neste trabalho, por exemplo, (ver apêndices 01 e 02);

10ª Ação: Divulgar e disseminar o mapeamento cultural para atualização, retroalimentação e utilização dos dados culturais pelos atores culturais e cidadãos do

município de modo geral. Essa disseminação pode ocorrer de formas diversas, dependendo do contexto e estrutura do município para tal ação. No caso do Mapeamento Cultural em Serrolândia/BA, o material será disponibilizado para avaliação e aproveitamento por parte da gestão pública e dos próprios atores culturais a fim de contribuir com a elaboração do PMC e de apresentar um panorama da cultura no município, propondo, em um momento posterior, a elaboração de uma cartografia cultural em rede digital.

Essa disponibilização também se dará no desafio de incentivar a continuação e retroalimentação do mapeamento com a função de divulgar bens culturais e eventos, denunciar casos indevidos sobre a aplicação de recursos da cultura, atualizar e inserir dados culturais a partir da averiguação das informações atualizadas.

Nesse sentido, cabem esforços para evitar que contextos culturais se tornem invisíveis. Além de evitar que mapeamentos culturais se tornem caixas-pretas, ou seja, espaços ou temas que perdem a evidência em ambientes virtuais de discussão, divulgação e busca, limitando-se a bancos de dados inertes em rede no aguardo de uma ativação a qualquer momento, sem compromisso por parte de seus atores com manutenção e função evidente.

No próximo capítulo, sendo este o quarto e último, serão apresentados os dados culturais do mapeamento realizado no município de Serrolândia/BA, em atenção à gestão e manifestações, bem como ao contexto vivido pelos atores da cultura com o objetivo de ilustrar tanto os procedimentos aplicados quanto os sugeridos e impossibilitados por razões predominantemente técnicas e tecnológicas relativas às NTICs, como esboçado no decorrer deste capítulo.

4. MAPEAMENTO CULTURAL EM SERROLÂNDIA / BA

Dedicaremos esse capítulo à experiência do mapeamento cultural realizado em Serrolândia/BA, entre 2013 e 2014, no intuito de colaborar com a elaboração do PMC³⁴, num momento favorável à dinamização e sistematização da cultura em municípios brasileiros. A partir dessa experiência, surgiu a necessidade de registrar os procedimentos e instrumentos de pesquisa relativos ao levantamento e à organização de dados culturais em municípios distantes dos centros urbanos, com até vinte mil habitantes.

4.1 De Serrote à Serrolândia/BA

O município de Serrolândia, inicialmente denominado de Serrote, foi ocupado a partir da década de 20, quando ainda era compreendido como uma vila pertencente a Jacobina/BA³⁵. Nesse período, era comum ocorrerem visitas para confraternizações entre familiares e seus compadres e suas comadres, em especial, na zona rural. Em uma dessas visitas à Fazenda Várzea d'Água, em Jacobina, o cunhado do Sr. Jerônimo Moreira Mota (11/10/1890-18/04/1981), Sr. Dionísio Jordão, envolvido por costumes religiosos católicos, expressa a seguinte frase, que irá despertar a busca por um novo lugar para viver: - “Aquilo tá pedino arguma coisa, Jerôme”!³⁶

Dessa maneira a pequena serra, coberta por um manto de neblina, chamou a atenção dos futuros desbravadores do município, Sr. Jerônimo Moreira Mota e sua esposa, Zulmira Marcela Jordão. Conforme registros organizados em 1994 por Diomedes Pereira dos Reis, disponíveis no sítio da Prefeitura Municipal de Serrolândia/BA, os primeiros habitantes do município são das famílias Moreira e Vieira, sendo esta última conhecida como “negros do Manoel Dias”.

Em 1929, surgem algumas choupanas nas proximidades de Jacobina/BA que, com o passar do tempo, constituíram Serrote, remetendo assim a pequena serra, local reconhecido por seus desbravadores como ponto central para a construção da vila. Com esse sentimento de descoberta de um novo lugar para habitar, Sr. Jerônimo fixou uma cruz

³⁴Gestão Cultural de Serrolândia/BA. Mais informações disponíveis em: http://simculturaserrolandia.blogspot.com.br/2011_10_01_archive.html. Acesso em setembro de 2013.

³⁵Dados de Jacobina/BA. Disponível em: <http://www.jacobina.com.br>. Acesso em setembro de 2012.

³⁶Registros apresentados no site da Prefeitura Municipal de Serrolândia/BA. Disponível em: <http://www.serrolandia.ba.gov.br/>. Acesso em setembro de 2013.

no local que passou a ser chamado de “Monte Serrote”, que também passou a ser um espaço para acontecimentos religiosos onde deram início as primeiras manifestações culturais, de matriz religiosa.

Nessa atmosfera, de novo lugar para habitar, foram enfrentados desafios para o desenvolvimento da vila Serrote, desde secas, como a ocorrida no ano de 1932, até a integração entre os habitantes, que aumentavam de forma gradativa e a articulação para as primeiras atividades culturais, em destaque aquelas de cunho religioso.

A necessidade de desenvolver atividades culturais e religiosas levou os habitantes a criarem sua primeira organização comunitária, dando ênfase as suas crenças e tradições. Nessa perspectiva, através de uma reunião entre os membros e representantes da igreja católica de Jacobina, Sr. Jerônimo e demais habitantes entronizaram São Roque padroeiro do povoado, reconhecido segundo a crença popular como protetor contra a peste.

Serrote foi elevado à categoria de vila e posteriormente a povoado, entre as décadas de 30 e 50. No início dos anos 50, um dos primeiros habitantes da vila, considerado também como um dos primeiros comerciantes locais, Sr. Waldetrudes Carneiro de Magalhães, sugere renomear o povoado integrado ao município de Jacobina. Sr. Waldetrudes propôs um nome com uma entonação mais atual e todos concordaram que Serrote passasse a se chamar Serrolândia, em paralelo ao processo de emancipação de povoado para município, na década de 60.

Em 30 de dezembro de 1953, através da Lei Estadual de N° 628, o povoado denominado por Serrote foi elevado à categoria de vila e, em 1962, foi desmembrado do município de Jacobina e emancipado com o nome de Serrolândia, localizado no norte da Bahia, no clima seco do semiárido, com bioma reconhecido como caatinga, a 319,9km da Capital do Estado, código da Unidade da Federação 29. O município de Serrolândia/BA mantém um ritmo de crescimento considerável, com uma população estimada, em 2013, de 13.238 habitantes, com gentílico denominado serrolandense. Está inserido na classe 03 (entre 10.001 a 20.000 habitantes), de acordo com o IBGE Cidades³⁷. Com movimentação econômica predominando por meio da pecuária, com importantes rebanhos de suínos e asinos, 137 empresas atuantes como prestadoras de serviços e 177 estabelecimentos comerciais e indústrias, com destaque para fabricação de bolsas.

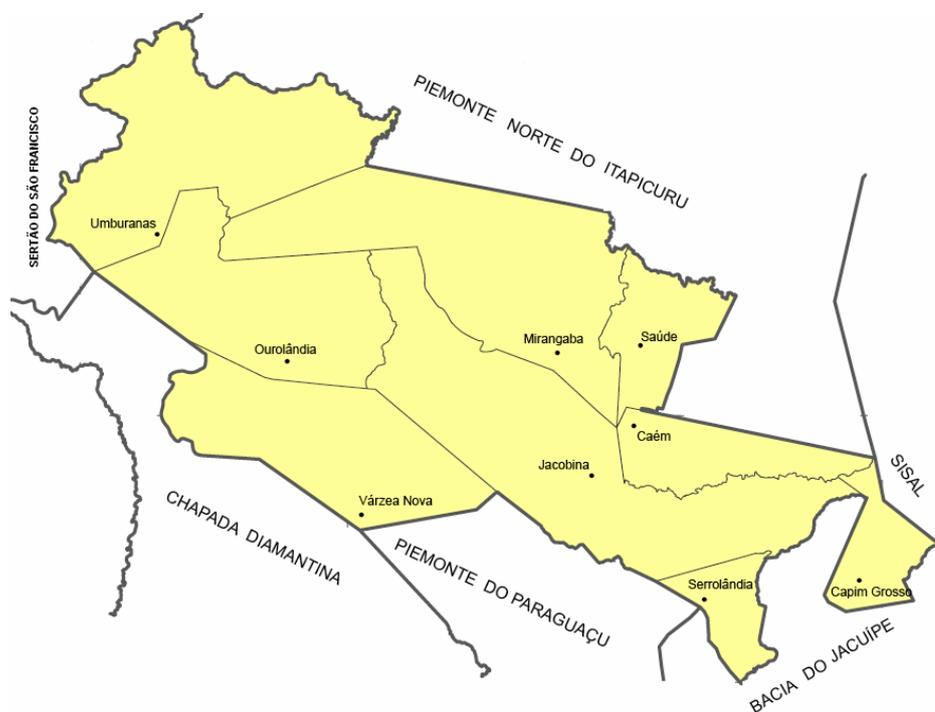
³⁷Dados sociais, econômicos e estatísticos de Serrolândia/BA no IBGE Cidades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel>. Acesso em janeiro de 2013.

Atualmente, o município de Serrolândia abrange a sede ou cidade administrativa, também nomeada como Serrolândia e sete povoados. Os povoados são Boa Vista, Varzeolândia, Roçadinho, Salamim, Novolândia, Maracujá e Alto do Coqueiro. Esses povoados também abrangem comunidades rurais, oriundas de pequenas propriedades e associações rurais, além de um assentamento de reforma agrária, o Assentamento Caiçara.

Dos 13.238 habitantes, mais de 6.000 residem na sede e os demais em povoados e na zona rural. Há uma alternância no número de habitantes residentes nos povoados e na zona rural. Nos primeiros, residem grupos de 300 a 3.000 habitantes, já na zona rural, vivem grupos menores de 10 a 100 habitantes, além do assentamento de reforma agrária com cerca de 100 habitantes.

Serrolândia está localizado no território de identidade do Piemonte da Diamantina³⁸, da divisão territorial do estado. A Figura 05, a seguir, ilustra o mapa deste território, integrado também pelos municípios de Caem, Capim Grosso, Jacobina, Mirangaba, Orolândia, Saúde, Umburanas, Várzea Nova, Miguel Calmon.

Figura 5 – Mapa do Território de Identidade Piemonte da Diamantina



Fonte: SUDECULT /SECULT (2009)

³⁸Territórios Culturais da Bahia. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/territorios-culturais/>. Acesso em janeiro de 2013.

O mapeamento cultural realizado no município de buscou identificar atores, bens e serviços culturais, além de demandas e reivindicações para um diagnóstico propulsor na instauração de um SMC, em interface com o estado, considerando que se trata de um município distante dos centros urbanos, tendo o homem do campo como principal elemento de suas manifestações culturais.

De acordo com os dados apresentados no MUNIC/2009 (Anexo 03), o município não possuía legislação nem órgão exclusivo da cultura até 2010. Nesse ano, a gestão municipal instituiu a Lei Municipal de Cultura, de Nº 411/2010, através do Departamento de Cultura, integrado à Secretaria de Educação.

4.2 Identificação de atores, bens e serviços culturais

Após uma breve apresentação do município, partimos para um panorama dos registros possíveis através de um mapeamento cultural considerado convencional e, mais especificamente presencial, na medida em que não houve registro e coleta de dados via redes digitais, conforme constatado no capítulo anterior, *3.Procedimentos metodológicos para levantar e organizar dados culturais*.

Antes, vale recapitular os passos dados para alcançar um registro considerável e quase completo dos atores, bens e serviços culturais de Serrolândia/BA, através do formulário contendo espaços para preenchimento da localização da Altitude e Longitude, com GPS; nome do bem ou serviço cultural; dados e contatos dos seus respectivos representantes; breve apresentação do bem ou serviço; identificação de dados comprobatórios, a serem anexados; além de uma breve apresentação de desafios e limitações enfrentados para continuação do trabalho dos atores e manutenção de bens e serviços culturais.

Uma questão que merece destaque está relacionada à noção do termo cultura apresentada pela maioria dos colaboradores da pesquisa. Conforme consta no Anexo 4.3, Tabela 02 – Resultados do questionário aplicado, quando os atores demonstram compreender a cultura como “tudo que é criado pelo homem”; “o jeito que o homem vive”, “as tradições e festas como Arraiá Du Licurí, cantigas de roda e reisado”, “manifestações e expressões do povo”; “cultivo da roça e de tradições” e “resgate da história de um povo”.

Vale ressaltar que as informações levantadas sobre os atores, bens e serviços culturais locais, através dos questionários e formulários aplicados, serão apresentadas nos próximos tópicos, considerando também vivências com atores culturais e suas manifestações no município, nas idas e vindas entre Serrolândia e Salvador/BA.

4.2.1 Perfil dos atores culturais...

A produção cultural local remete, predominantemente, a aspectos tradicionais e rurais. Nessa perspectiva, identificamos os atores culturais como articuladores de ações, reconhecendo suas limitações tanto no que se refere as formas de organizar e realizar atividades culturais quanto a outros aspectos profissionais que implicam na produção e gestão cultural. Partindo dessas considerações, antes de apresentarmos características e peculiaridades dos atores culturais de Serrolândia/BA, cabe lembrar a importância desses atores no contexto atual da cultura no Brasil:

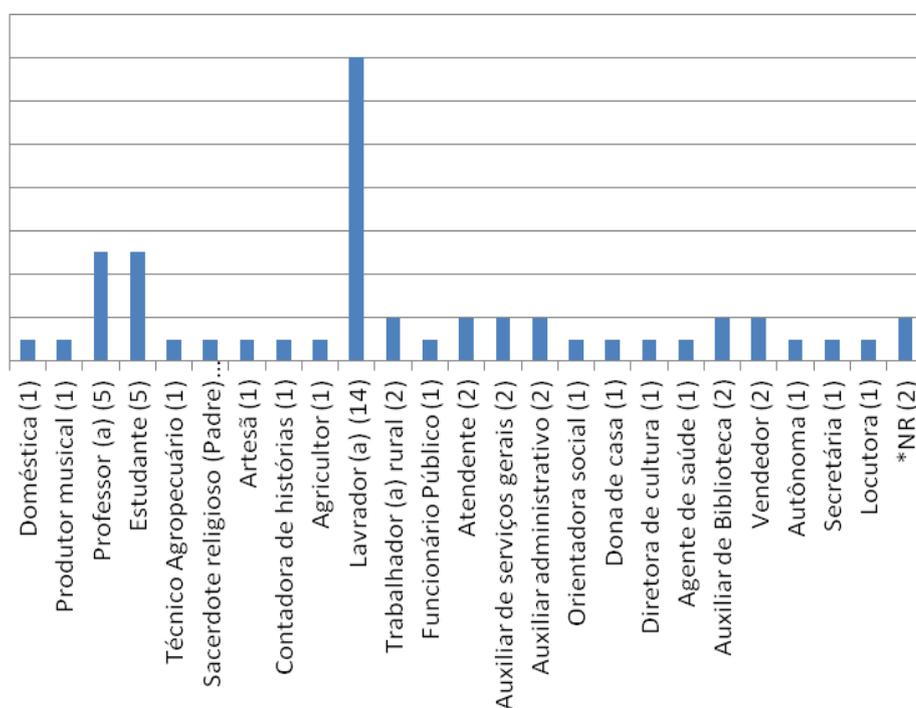
Os criadores, inventores e inovadores, representados por artistas, cientistas e intelectuais, vinculados aos universos culturais acadêmicos ou populares, muitas vezes são tomados como os pontos centrais do sistema cultural, dada a sua relevância como inauguradores de ideários, práticas e produtos culturais. Ou seja, por sua admirável capacidade e mesmo genialidade em renovar a cultura, expressão. As intervenções voltadas à criação e aos criadores de cultura são momentos vitais das políticas culturais (VIEIRA, RUBIM e RUBIM, I. 2005, p. 13)

Os atores culturais do município de Serrolândia estão contemplados nesta perspectiva. Entre esses atores, destacam-se as figuras dos produtores culturais, observados em sua maioria como organizadores das manifestações e festejos culturais. Considerando as limitações existentes em Serrolândia/BA, com a ausência de profissionais qualificados em produção e gestão cultural, atentando ao fato de que:

O produtor cultural deve deter conhecimentos teóricos, analíticos e práticos de técnicas e instrumentos que possibilitem lidar com cultura e organização, planejamento, gestão, comunicação, economia, política, sociologia, antropologia, etc. Estes conhecimentos devem subsidiar trabalhos vitais para o produtor, tais como a elaboração de projetos culturais, a construção e a realização de orçamentos. (RUBIM, 2005, p. 29)

A partir dessa noção de produtor cultural, associada aos atores identificados no município, pode-se afirmar que esses profissionais da cultura são praticamente ausentes no cenário da produção cultural em Serrolândia. O Gráfico 08, que segue, com a indicação da profissão dos atores culturais do município de Serrolândia/BA, reforça essa afirmação e, mais ainda, permite observar que a produção ocorre de forma amadora e em segundo plano, considerando o fato das profissões exercidas não terem relação direta com a função e com as atribuições do produtor, com exceção apenas de produtor musical e da Diretora de Cultura do município.

Gráfico 08 – Profissão dos atores culturais identificados no município de Serrolândia/ BA (Un):

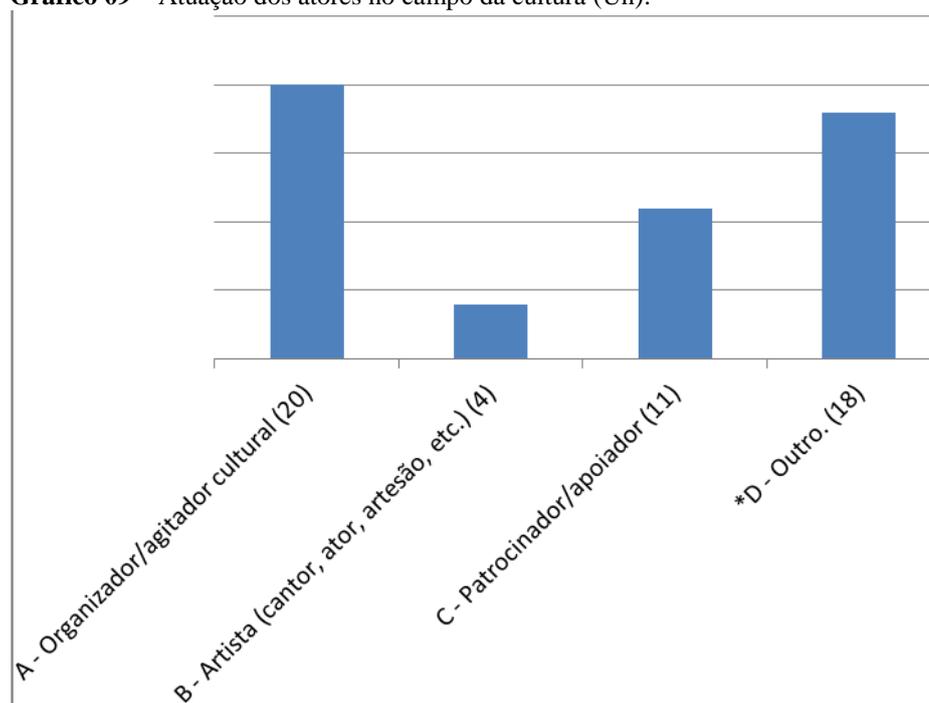


*Legenda: NR=Não respondeu

Fonte: A – Formulário de registro (Apêndice 01) e B – Questionário (Apêndice 02)

Como podemos ver no Gráfico 08, acima, a profissão dos participantes da pesquisa permite afirmar que há uma diversidade considerável de profissões desses atores que não estão relacionadas aqueles considerados como “profissionais da cultura”. Esses atores culturais ainda se identificam como organizadores, agitadores, artistas, patrocinadores e apoiadores da cultura, conforme remetem os resultados do Gráfico 09, p. 90, que segue.

Gráfico 09 – Atuação dos atores no campo da cultura (Un):



Fonte: A – Formulário de registro (Apêndice 01) e B – Questionário (Apêndice 02)

Os atores culturais de Serrolândia/ BA são jovens, adultos e idosos. Ressaltamos que a participação dos idosos se dá através de ações relacionadas aos grupos e às manifestações predominantemente tradicionais e rurais. A escolaridade dos atores varia desde não alfabetizados a pós-graduados, predominando uma maioria com ensino fundamental e médio. A participação de atores tanto do sexo feminino quanto masculino se dá de maneira equivalente, maioria reside na cidade administrativa, cujo nome também é Serrolândia, e no povoado de Maracujá, correspondente aos seus locais de atuação, conforme observado através dos formulários e questionários aplicados (Apêndices 01 e 02).

Após essas breves considerações sobre os atores culturais de Serrolândia/BA, apresentamos os principais atores do município, para, em seguida, tratar dos tópicos seguintes: manifestações, equipamentos e espaços culturais locais. Ressaltamos que no decorrer da apresentação dos equipamentos e espaços serão destacados também serviços desenvolvidos referentes à cultura, no município.

4.2.2 Principais atores culturais de Serrolândia/BA:

Os principais atores culturais do município são grupos de trabalhadores rurais e artistas individuais³⁹, tidos por membros de suas respectivas comunidades como referência da cultura local. São músicos, bandas ou mesmo grupos de teatro e trabalhadores rurais como sambadores, bumbeiros e contadoras de histórias. Apresentamos em seguida um panorama desses atores, suas atividades culturais e principais dificuldades e desafios:

1. O *Grupo de Samba Reisado Pinote*, formado por trabalhadores rurais e lavradores, a maioria aposentados, participa de festejos e atividades educativas e culturais na zona rural, na cidade administrativa e também nos povoados há mais de 50 anos. O grupo tem sete membros, todos lavradores ou trabalhadores rurais. Atualmente vem se apresentando na biblioteca do município e em escolas. O líder, Sr. Olímpio Joaquim dos Santos, 67 anos, lavrador, mais conhecido no município como seu Nico, afirma que a principal preocupação é passar a tradição para as novas gerações e não deixar acabar. Seu Nico diz que o grupo enfrenta problemas para conseguir locais de ensaio, já que o grupo costumava ensaiar no Centro Cultural que, além de está localizado na área interna de uma escola, também está com a estrutura comprometida. Sr. Nico lamenta também a falta de apoio para apresentações em outras comunidades. A manifestação cultural do grupo é espontânea, tem o objetivo de distração dos trabalhadores rurais e ao longo dos anos se tornou atração em festas do município e cidades circunvizinhas, juntamente com o Grupo de Bumbeiros (Formulário de N°40, 4.4). Porém, quando o grupo é convidado para participar de algum festejo rural ou religioso em Serrolândia ou em municípios vizinhos, nem sempre pode atender ao convite, já que deslocamentos requerem custos com transporte e alimentação. A Figura 06, p. 92, ilustra um momento de apresentação do Grupo em Jacobina/BA, cidade que representa a sede do Território de Identidade Piemonte da Diamantina, território onde está localizado o município de Serrolândia/BA

³⁹Ver **Tabela 05** – Grupos e artistas/ Anexo 4.2 – Resultados: B- Formulário

Figura 06 – Grupo de Samba Reisado Pinote, BA



Fonte: Neusa Martins (2010)

2. O Grupo Musical *Forró Gruda N'eu*⁴⁰ atua desde maio de 2008. O líder, Wilson Novaes, 35 anos, além de ocupar um cargo público como vereador e de prestar serviço administrativo no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serrolândia/BA, se identifica profissionalmente como produtor musical. Wilson de Jacó, como é mais conhecido no município, atua como empresário do grupo divulgando seus produtos, como CDs e DVDs, produzidos de forma independente, e vendendo shows. Ele afirma que o grupo tem na sua identidade musical o desejo de manter viva a originalidade do forró pé de serra e proteger esse forró tradicional nordestino. O grupo costuma se apresentar com figurino característico através do uso de trajes com estampas típicas de coloridos cítricos, remetendo às cores do sertão e adereços como chapéu, jaleco e alparcatas artesanais de couro. Acredita que faltam espaços e oportunidades para apresentações, não apenas em municípios do interior, mas também nas capitais.

⁴⁰Mais informações sobre o Grupo Musical Forró Gruda N'eu. Disponível em: <http://www.facebook.com/pages/Forr%C3%B3-GrudaNEu/314047025313657>. Acesso em junho de 2014.

Figura 07 – Grupo Musical Forró Gruda N’eu, BA

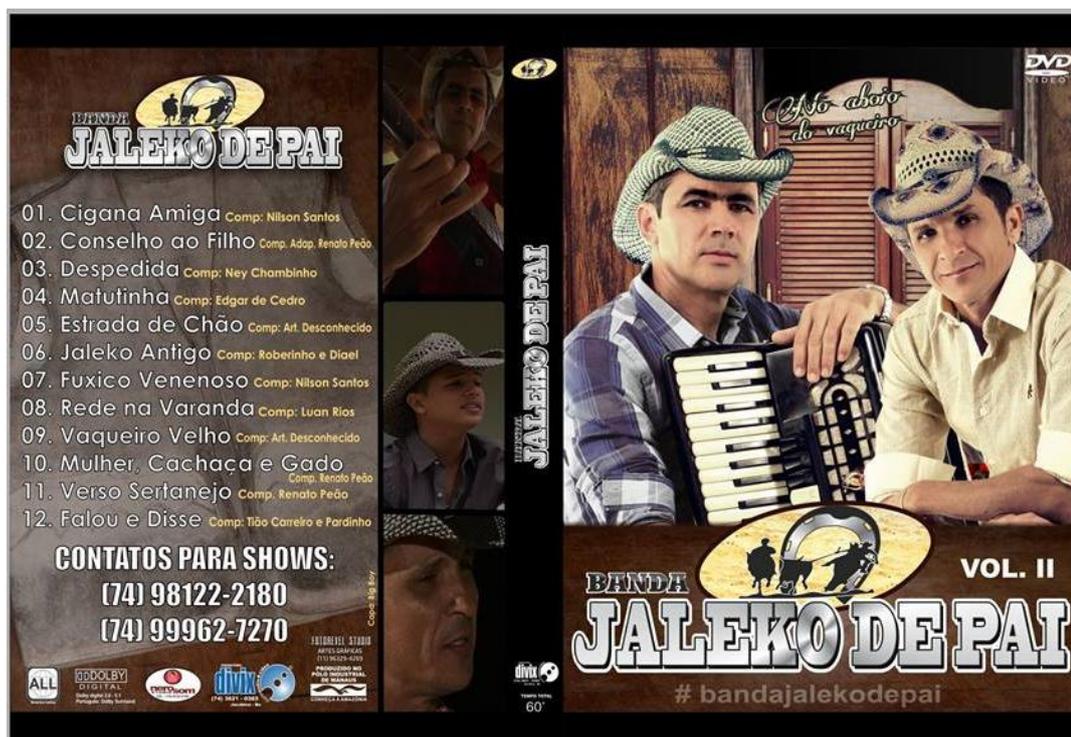


Fonte: Assessoria de Comunicação do Grupo Forró Gruda N’Eu/. (2014)

3. A *Banda Jaleko de Pai*, com sede na cidade administrativa de Serrolândia, apesar de existir há mais de 20 anos com outros nomes e formatos, somente se consolidou como um grupo de valorização das músicas de raízes sertanejas em janeiro de 2012, quando a *Banda Jaleko de Pai* foi oficialmente registrada através do Sindicato dos Músicos da Bahia. Esse nome foi dado em homenagem ao avô do fundador da Banda, Adagelson Barros da Silva, 43 anos, professor do ensino primário, mais conhecido no município como Faraó ou Fal Canhoto. Faraó relata que a banda surgiu a partir do desejo de valorizar músicas de raízes nordestina, mais tocadas nas festas rurais e cavalgadas, comuns no município. Também que o grupo é um sonho esperado desde infância que vem se tornando realidade. O líder e fundador da banda relata que seu avô tinha um jaleco de couro que vinha passando de geração a geração e, atualmente, encontra-se sob seus cuidados. A banda é composta por um grupo de dez pessoas que leva a música sertaneja, mais especificamente músicas de cavalgada e forró, para shows em municípios baianos e, também, em municípios de outros estados, atraindo um público expressivo de crianças, jovens e adultos. O líder da *Banda Jaleko de Pai* coloca a falta de recursos para investir em

estrutura e divulgação como um desafio, além de dificuldades para trabalhar de forma colaborativa, em grupo, considerando o fato de que alguns dos integrantes não sobrevivem da música, que é apenas uma atividade extra, e não um trabalho ou meio profissional para ganhar dinheiro.

Figura 08 – Banda Jaleko de Pai, BA



Fonte: <http://bandajalekodepai.blogspot.com.br> (2014)

4. O Grupo de Samba de Reis do Maracujá também é formado por trabalhadores rurais e lavradores, a maioria aposentados, e existe há mais de 50 anos. Atualmente possui oito membros, no decorrer da pesquisa, em conversas espontâneas, eles lamentam a evasão de outros membros por motivos diversos, desde problemas de saúde, questões de deslocamentos relacionadas à idade avançada até óbito de membros que fizeram parte da formação do grupo inicial. São os mesmos trabalhadores rurais que se reúnem e organizam o Samba de Boi Roubado, para trabalhar e se divertir na zona rural e nas ruas da cidade e dos povoados. Sr. Eufrázio Ribeiro da Silva, 70 anos, trabalhador rural aposentado, mais conhecido como seu Frazinho, é o líder do grupo. Seu Frazinho diz que o trabalho duro na roça fez com que os trabalhadores pensassem em um jeito de se distrair. Afirma que mesmo quando enfrentam desafios para se reunirem com outros grupos, eles investem do

próprio recurso da aposentadoria para não deixarem a tradição dos grupos e de seus encontros acabar, além de ajudarem uns aos outros.

Figura 09 – Grupo Samba de Reis do Maracujá, BA



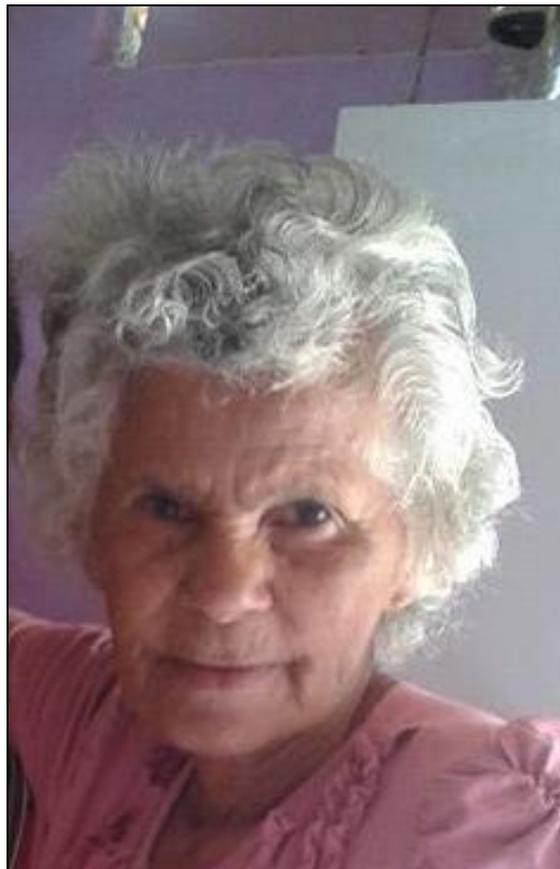
Fonte: Neusa Martins (2010)

5. A Contadora de história Madalena Mendes Moreira, 72 anos, trabalhadora rural, reside na Fazenda Queimada Velha, na zona rural de Serrolândia/BA, participa de eventos culturais na comunidade e também recita cordel. D. Madalena, mais conhecida como D. Nenê, foi contemplada com o *Prêmio Culturas Populares 2012/MinC*, Edição Mazzaropi (ver dado comprobatório no Formulário de N°30, anexo 4.4). A Contadora luta para adquirir material para as apresentações e fazer registros de suas contações de histórias com som, gravador, filmadora e livros. Porém, enfrenta dificuldades para suprir tais necessidades, tentando ser contemplada em editais de cultura.

6. A Contadora de histórias Sinésia Ferreira Santana, do povoado de Maracujá, aos 72 anos reconhece a importância de ter aprendido a contar histórias com seus avós quando tinha oito anos. Há mais de 60 anos ela conta histórias grandes e pequenas e também canta

em roda de dança. Acredita que, além de ter aprendido com seus avós, contar histórias é um dom que descobriu ao longo da vida, quando pensava em como passar para as pessoas que nasciam histórias e causos que aconteceram antes de sua chegada. Tia Sinésia lamenta o fato de atualmente ter poucos contadores, lamenta também a falta de contadores para preparar os jovens pensando na continuidade dessa tradição.

Figura 10 – Contadora de histórias – Tia Sinésia, BA



Fonte: Arquivo da Família (2013)

7. A senhora Eurides Rodrigues de Souza, 76 anos, é contadora de histórias e rezadeira no povoado de Maracujá. Seu nome, ao longo do tempo, passou a ser pronunciado pelos moradores e familiares de forma, digamos, reduzida, se tornando assim mais conhecida com o pseudônimo de Dona Ôrides. E, há 50 anos faz parte da crença dos moradores do povoado através de suas rezas tradicionais com ervas como arruda, por exemplo. Para ela, as cantigas de roda ajudavam a aliviar o cansaço do trabalho e as rezas tradicionais curavam de mal olhado, dor de cabeça, além de aliviar dores de mal dormir. Há cerca de cinco anos, Dona Ôrides parou de rezar e fazer contações de histórias. A

rezadeira e contadora de histórias lamenta o desinteresse das novas gerações em aprender cantigas e rezas tradicionais, e afirma que as coisas mudam e que, também, está tudo mais moderno e aparentemente mais fácil.

Figura 11 – Rezadeira e contadora de histórias – Dona Ôrides, BA



Fonte: Neusa Martins (2014)

8. A rezadeira Evangelina Maria de Jesus, 81 anos, mais conhecida no município como Dona Vange, reza de mal olhado, vento caído e dor de cabeça há mais de 30 anos. Ela esclarece que algumas rezadeiras pedem um agrado (quantia ou mantimentos em troca da reza), mas que as pessoas não são obrigadas a agradecer, elas fazem por gosto também. Dona Vange faz parte do grupo das rezadeiras que não cobram e nem pedem nada em troca, fazem por terem aprendido com os mais velhos e por gostarem de ajudar as pessoas. Ela afirma que quer aprender mais rezas, porém a ausência de pessoas mais velhas para ensinar impede que continue essa aprendizagem. Relata que se sente triste ao perceber que seus filhos e netos não se interessam para aprender as rezas tradicionais com ervas como arruda e ramo de videira. E lamenta a falta de interesse das novas gerações, com os fazeres

tradicionais das comunidades rurais, já que as novas gerações dificilmente querem continuar na roça, preferindo mudar para os centros urbanos.

Figura 12 – Rezadeira – Dona Vange, BA



Fonte: Neusa Martins (2014)

9. O *Grupo de Teatro Artefato* foi criado em julho de 2003. Atualmente sob a responsabilidade da professora Ivaneide Santos, mais conhecida como Neidinha. O *Artefato* partiu da ideia de “O que de fato é arte”. O grupo trabalha integrando a arte e a educação em suas atividades e projetos desenvolvidos. Seu processo de formação surgiu através da necessidade que artistas, educadores e estudantes de Serrolândia sentiam em organizar um grupo comprometido em tornar ameno o descaso e abandono das ações culturais no município. Iniciou-se um trabalho evidenciando diálogo entre educação e várias ideias foram surgindo através de encontros realizados pelos primeiros integrantes do grupo, como o professor Marcone Denys, além de outros educadores, que iam divulgando a proposta do *Artefato* na tentativa de pensar as primeiras atividades e compromissos do grupo. No primeiro momento, as ações foram pensadas apenas como grupo de teatro, porém o grupo foi tomando outro rumo, não se restringindo apenas a linguagem teatral. Foram surgindo projetos sociais articulados com outras instituições através de trabalhos com jovens, crianças e adolescentes do município, principalmente da cidade administrativa, dialogando com outros grupos artísticos, a exemplo do grupo de *Hip Hop* e

Capoeira, conforme registrado nos formulários de números 37, 41 e 43 do Anexo 4.4. Mesmo com o reconhecimento do trabalho sociocultural e educativo desenvolvido na região, e também, com a realização de apresentações teatrais que atingem um número significativo de público do município e cidades circunvizinhas, a captação de recursos para execução dos projetos continua sendo um desafio. O grupo não cobra ingresso na maioria de suas apresentações, que ocorrem também em espaços públicos de livre acesso. A partir de 2008, o Artefato inicia seu primeiro contato com editais de cultura, a exemplo do edital de apoio a Microprojetos Culturais no semiárido baiano, em 2009, mencionado na introdução desse trabalho.

10. A Diretora de Cultura de Serrolândia/BA, Zilma Pereira dos Santos, 40 anos, é também professora, além de atuar como gestora deste na administração pública, atendendo grupos e artistas do município na Biblioteca Municipal, já que o Departamento de Cultura não possui sede própria, respondendo em paralelo pela própria Biblioteca e pelo Centro Cultural. Este último com estrutura física na área interna da Escola Municipal, o que implica em questões sobre sua manutenção. Zilma trabalha em parceria com as demais secretarias do município, como a Secretaria de Educação, por exemplo, para desenvolver atividades culturais e de capacitação com grupos, associações e artistas individuais. Mesmo no esforço de instaurar o PMC, reconhece limitações em torno de estrutura e recursos, pessoais e materiais, para a gestão e organização da cultura em Serrolândia.

A constatação de que os atores culturais de Serrolândia/BA desenvolvem atividades profissionais prioritariamente em outras áreas ao mesmo tempo em que se posicionam como organizadores e atores da cultura permite afirmar que o desafio de representantes das políticas culturais, públicas ou privadas, vão além de deslocar profissionais qualificados dos centros urbanos ou de espaços acadêmicos para atuarem enquanto mediadores na profissionalização de municípios, que enfrentam dificuldades com a qualificação e a valorização do profissional da cultura. Para aprimorar a organização da cultura em municípios menores, um dos principais desafios se dá em atenção aos projetos de capacitação contínuos e atentos à realidade desses atores.

Um exemplo sobre o papel e a conscientização desses atores se dá no conhecimento da própria Lei de Nº411/2010, que institui o SMC de Serrolândia/BA. Como podemos observado anteriormente. Nesse sentido, compreendemos que esses atores e cidadãos deveriam se apropriar do documento no intuito de reivindicar o cumprimento desta Lei por

parte do poder público e dos gestores do município. Esse desafio deveria ser considerado, a princípio, pelos atores culturais diretamente ligados a administração pública do município, no papel de disseminar marcos legais relativos ao campo da cultura. Fato este que nem sempre é viável, diante da estrutura precária e de recursos pessoais e financeiros, na maioria das vezes ausentes no setor.

Mesmo com os atores distantes do conteúdo do SMC, instituído no município em 2010 através do protocolo de intenções assinado junto ao MINC, as manifestações culturais são realizadas principalmente nos povoados e comunidades rurais, como podemos observar no item seguinte.

4.2.3 Manifestações culturais

As manifestações culturais⁴¹ localizadas no município de Serrolândia foram identificadas a partir das próprias considerações de seus atores, em duas categorias: sendo a primeira categoria oriunda das atividades do cotidiano, apresentadas aqui como manifestações socioculturais; e a segunda, com origem nas tradições religiosas. Apresentaremos tais manifestações nos itens seguintes, 4.2.3.1. *Manifestações socioculturais* e 4.2.3.2. *Manifestações culturais religiosas*. No decorrer das apresentações dessas manifestações é possível identificar, claramente, suas peculiaridades.

4.2.3.1. Manifestações socioculturais

As manifestações socioculturais são, em sua maioria, oriundas do trabalho rural, como podemos constatar nos registros que seguem. No mapeamento realizado foram registradas festas rurais como o *Samba de Boi Roubado*; o festejo *O Jeguerê*, uma homenagem ao Jegue; a festa da Associação de Pais, na *Cavalgada do Amarante*; a *Festa do 2 de Julho em Maracujá – Campeonato Baiano do Cavalo de Passeio* e o *Arraiá Du Licuri*. Além destas manifestações, registramos também festejos religiosos, de padroeiro, da cidade administrativa, povoados e comunidades rurais.

1. O *Samba de Boi Roubado* é uma festa rural que acontece no povoado de Maracujá há mais de 80 anos. Segundo Sr. Eufrázio Ribeiro da Silva, 70 anos, lavrador,

⁴¹Ver Tabela 04 – Manifestações culturais/ Anexo 4.2 – Resultados: B- Formulário.

mais conhecido como seu Frazinho, sempre que há necessidade de trabalho coletivo e voluntário, mais precisamente em períodos chuvosos, para o preparo da terra, os trabalhadores rurais e lavradores se reúnem para trabalhar na enxada o dia inteiro, no “digitório”. O dono da roça mata um boi para comemorar o resultado do trabalho feito e os trabalhadores festejam com samba e churrasco, varando a noite. Atualmente, devido as consequentes secas no sertão semiárido, causando perda de animais e seus derivados, o boi é muitas vezes trocado por comidas típicas como quitutes juninos, em época de São João, por exemplo. Seu Frazinho relata que a falta de união tem interrompido a realização do Samba de Boi Roubado, reforça ainda que, infelizmente, o povo não quer mais participar dessas atividades mais tradicionais. A Figura 13, abaixo, ilustra um dos momentos de realização da manifestação. Sr. Frazinho é o terceiro trabalhador (da direita para a esquerda) que, junto com os demais companheiros, faz o som do samba com enxadas e cantorias.

Figura 13 – Samba de Boi Roubado, BA



Fonte: Neusa Martins (2010).

2. *O Jeguerê*, em Maracujá, é uma festa rural inspirada nos festejos nordestinos. Para Valdivino Araújo Silva, 37 anos, técnico em agropecuária, o festejo é uma homenagem ao jegue, principal atração da festa, que desfila com diversos adereços de

vaqueiro nordestino como alforje, chapéu e jaleco de couro. A festa surgiu em 2003, por iniciativa de um grupo de jovens agricultores que se reuniu para realizar passeios montados em jumentos. Ela costumava acontecer de forma improvisada, mas a partir de 2007 passou a ser melhor organizada através da mobilização de membros da Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Moradores de Maracujá. A festa vem acontecendo em anos alternados, com um desfile de abertura com cavaleiros valorizando o jegue (popularmente conhecido como jumento ou burro), exposição de elementos da agricultura local e apresentações artísticas culturais. Esses animais participam de provas e desfiles, concorrendo em categorias como: o mais charmoso, enfeitado com indumentárias (acessórios de couro como selas, etc.), ágil nas corridas, o mais feio, entre outros. Os participantes, na maioria, agricultores e agricultoras, trabalhadores rurais, desfilam pelas ruas de Maracujá ao som do berrante e de cantigas sertanejas, percorrendo cerca de cinco quilômetros nas principais ruas da comunidade para apresentar seus animais ao júri técnico, nomeado pela Associação Baiana de Criadores de Cavalo (ABCC). Em 2009, o projeto da festa foi aprovado pelo edital de Demanda Espontânea do Fundo de Cultura da Bahia/FCBA⁴², sendo realizada em setembro de 2010. Nesse ano, a Prefeitura apoiou o festejo, ajudando com parte da estrutura, disponibilizando o palanque para entrega da premiação e apresentação de atrações artísticas. Com o aumento de participantes a cada ano, notou-se a necessidade de trabalhar a consciência da preservação e valorização dos jumentos (espécie *Equus africanus asinus*) como representante fundamental da cultura rural dessa região sertaneja. Vale ressaltar que através dessa iniciativa do festejo *O Jeguerê*, outros festejos e caminhadas similares, em homenagem ao jegue, foram surgindo em comunidades de outros municípios que participam do festejo. Tais iniciativas proporcionam interação e troca de experiência entre os agricultores. Entre 2003 e 2013, o festejo deixou de acontecer por cerca de cinco anos. Nesses anos de descontinuidade, os organizadores alegavam dificuldade de captação de recursos para suprir custos da realização do evento. A Figura 14, 103, ilustra o momento de confraternização e entrega dos prêmios de provas como corridas de jegue, além de homenagens ao macho e a fêmea com melhores indumentárias (sela, alforje, por exemplo).

⁴²Dados do FAZCULTURA. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br>. Acesso em outubro/2012.

Figura 14 – O Jeguerê



Fonte: Neusa Martins (2010)

3. A *Cavalgada de Amarante* é uma festa comunitária rural, organizada por um grupo de pais da Comunidade Rural Amarante que se apresenta como uma Associação de Pais, porém sem registro em cartório e em ata. Surgiu da ideia de comemorar o Dia dos Pais com uma festa de cavalo. As festas de cavalgada são comuns em regiões rurais. Mesmo com a união do grupo, o líder, Sr. Manoel do Nascimento, 70 anos, lavrador, mais conhecido no município como Sr. Binet, afirma que está cada vez mais difícil organizar a festa devido à falta de recursos e de segurança.

4. A *Cavalgada do 2 de julho em Maracujá – Campeonato Baiano do Cavalo de Passeio*, acontece desde 1987, predominando no dia 2 de julho, sendo que o primeiro registro junto a ABCC ocorreu em 1989. Não há equipe organizadora fixa, os organizadores variam anualmente, porém Sr. José Marcelino de Oliveira, mais conhecido como seu Zequinha, tem sido um dos mais ativos na organização da festa (ver Formulário de N°44, anexo 4.4). Essa manifestação cultural mobiliza moradores e os produtores rurais, além do comércio local, aumentando o fluxo de comercialização no povoado, como também no município, principalmente por estar inserida no contexto de um evento estadual, conforme indica o título, e ser uma das etapas para chegar a final na *EXPORURAL*, com os participantes classificados. Por se tratar de um evento de

abrangência estadual, é necessário organizar a comissão em grupos para divulgação em outras regiões do estado, captação de recursos e planejamento para execução do evento, além de orientação aos participantes locais, principalmente no que se refere a cuidados com os animais, também participantes de provas.

Em 2011, foi apresentado um relatório da festa para alguns representantes de associações e do poder público local. Porém, não houve avanço no sentido de uma avaliação e aprimoramento da festa, considerando a ausência de comerciantes e membros da comunidade para acompanhar e apoiar a organização, já que a festa traz benefícios para o povoado através da ampliação de renda nesse período. Os organizadores reconhecem a necessidade de proteger aspectos rurais na realização da festa, de elaborar um projeto, ter um planejamento prévio e maior articulação com comerciantes e membros do povoado de Maracujá. Tratando-se de um campeonato, existem ainda despesas com estrutura e atrações, além da premiação dos cavaleiros e amazonas. Os principais desafios para a realização da festa estão relacionados à captação de recursos e questões burocráticas que implicam desde cuidados com os animais, nos regulamentos da ADAB (Agência de Defesa Agropecuária da Bahia), vinculada à Secretaria de Agricultura, que trabalha no controle da AIE (Anemia Infecciosa Equina) e GTA (Guia de Trânsito do Animal) ao local apropriado para a realização das marchas. Tais questões implicam em menor participação dos cavaleiros da comunidade, já que a maioria desses trabalhadores e pequenos produtores rurais não dispõem de recursos necessários para atender as exigências de participação nas provas. Existem dificuldades também em torno de apoio para divulgação em outras regiões, atentando-se ao fato do evento ter uma dimensão estadual, além de formação da equipe para atividades específicas, principalmente, captação de recursos. A festa continua, porém com dificuldades que poderiam ser sanadas, em parte, através de articulação conjunta entre o poder público e os atores culturais envolvidos, se atentos à importância de uma festa que atrai públicos de municípios circunvizinhos e mais distantes, como Feira de Santana/BA e Valença/BA. A Figura 15, p. 105, mostra a abertura da festa, retratando a relação desse momento com o dia da *Independência da Bahia*, no dia 2 de julho, com um desfile de abertura, onde cavaleiros e amazonas portam bandeiras do Brasil, da Bahia e dos seus grupos de cavalgadas.

Figura 15 – Cavalgada do 2 de julho em Maracujá, BA



Fonte: Suzana Moreira (2014)

5. O *Arraiá du Licurí* é o São João antecipado de Serrolândia/BA, considerada uma festa popular tradicional na região que ocorre sempre no segundo final de semana de junho, desde 1993, na Praça Leopoldo Vilas Boas, no Bairro Sol Nascente, em Serrolândia (ver Formulário N° 39, Anexo 4.4). É tida como a maior festa do município e um dos maiores São João antecipado na Bahia. A população, além de comemorar, se envolve no festejo junino da região, aquecendo a economia através do turismo e da geração de empregos temporários, valorizando também a cultura local. O *Arraiá du Licurí* é considerado uma das festas juninas mais bem organizadas do interior da Bahia, com uma infraestrutura moderna e cheia de atrações, como bandas de Forró reconhecidas no âmbito nacional, bem como cantores da terra, alvoradas, desfiles de blocos, além da participação do grupo de teatro local *Artefato*, com performances e coreografias. Por consequência da estiagem, causando seca durante cerca de três anos, em 2012 e 2013 a festa foi interrompida. Nesse período, a Prefeitura Municipal de Serrolândia/BA foi obrigada a decretar estado de calamidade pública. Em 2014, com a chegada da chuva, a festa aconteceu superando expectativas de moradores e visitantes do município, trazendo o tema *Arraiá na roça, a Copa é nossa!* fazendo alusão a Copa do Mundo no Brasil. Neste mesmo ano, a Diretora de Cultura, Zilma Pereira dos Santos, participou da Comissão

Organizadora, agregando à festa espaços como o *Museu da Zona Rural*. De modo geral, essa manifestação cultural tem boa repercussão no município e em cidades circunvizinhas, porém mantêm dificuldades em relação à captação de recursos. A Figura 16, abaixo, ilustra o cenário produzido para a realização do *Arraiá du Licurí* em 2014. Além dessa comemoração do São João, ocorre outro festejo junino no município que é o *Arraiá da terra*, em Maracujá, organizado por Sr. Miguelzinho (Formulário de N°42, anexo 4.4).

Figura 16 – Arraiá du Licurí, BA



Fonte: www.facebook.com/arraiadulicuri (2014)

6. As quebras e tiras de licurí são atividades culturais oriundas de trabalhos rurais executados na maioria das vezes por donas de casa mais conhecidas como “Quebradeiras de licurí” (Oliveira, 2009). Essas mulheres, que também são lavradoras ou trabalhadoras rurais, ativas ou aposentadas, organizam essas quebras e tiras para ajudar no sustento do lar, acompanhadas por seus filhos, que na maioria das vezes também ajudam. Essa manifestação cultural persiste no município, porém com menor frequência a partir da década de 90, por motivos diversos como o descontrole na devastação dos licurizeiros, o que levou o município a regulamentar a Lei N°030/2010, de Proteção ao Licurí (ver Formulário N° 26, anexo 4.4). Similar ao *Samba de Boi Roubado*, não há uma representação específica desta manifestação, as quebradeiras se reúnem em locais diversos

e dependem apenas de quantidade suficiente para concentrar um grupo. A Figura 17, abaixo, ilustra uma reunião dessas quebradeiras, acompanhadas por seus familiares e amigos no município:

Figura 17 – Quebradeiras de licuri, BA



Fonte: Oliveira, Joseane B. (2002)

Após apresentarmos manifestações tidas como socioculturais, oriundas do cotidiano dos diversos atores culturais do município, partimos para aquelas manifestações realizadas através das atividades religiosas, predominantemente do catolicismo.

4.2.3.2. Manifestações culturais religiosas

Seguimos com as manifestações culturais religiosas, após apresentarmos festejos oriundos de trabalhos e ações predominantemente do cotidiano rural. Trata-se de festejos religiosos que compõem a maioria das manifestações do município⁴³.

1. A Festa da Padroeira Santa Maria Gorete, em Roçadinho, acontece há mais de 50 anos. Rúbia Laine dos Santos Maciel, 29 anos, auxiliar de serviços gerais, uma das organizadoras da manifestação há mais de 10 anos. Rúbia descreve como um festejo religioso com missa, show católico e leilões, que tem como maior desafio unir as pessoas da comunidade para celebrar. A Festa surgiu a partir da década de 60 e é realizada todo dia 06 de julho de cada ano. Conforme informações da organizadora, a padroeira foi escolhida na época por Padre Paulo, que apresentou a primeira imagem da Santa Maria Gorete à comunidade. Sobre a chegada dessa imagem, a organizadora informa que o Padre Paulo garantiu ser a primeira réplica da Santa no Brasil. Tal fato acrescenta um sentimento de valor ao festejo no povoado. Quanto a importância dessa manifestação, trata-se do único evento cultural nesse local, fato comum na maioria das comunidades rurais e alguns dos povoados. Essa festa tem características peculiares com outros festejos religiosos de Serrolândia, tendo na abertura o Samba dos Bumbeiros do município, emendando o dia e a noite de samba, três dias de tríduo e festa dançante na noite de encerramento. Os leilões, através de doações de produtores rurais da região e de fiéis da Padroeira, têm sido um dos principais atrativos do festejo nos últimos cinco anos. Ainda assim, não há garantia de recursos para melhorias, considerando o crescimento da festa a cada ano e a necessidade de maior participação das novas gerações, além de dificuldades enfrentadas pelos organizadores no que se refere à mobilização comunitária.

2. A Festa do Padroeiro São José, em Alto do Coqueiro, teve início em 19 de março de 1980. Esse festejo religioso consiste da celebração de missa, leilão e gincanas com provas como corrida de saco e sorteios. Sr. Gilmar Silva Santos, 47 anos, vendedor, principal organizador do evento juntamente com outros moradores do povoado, informa que nos primeiros anos ocorriam feiras, bingos e quermesses e que, também, moradores de todo o município de Serrolândia prestigiavam o festejo. Porém, a partir de 2005, mudanças como diminuição do número de participantes se tornou evidente, além da falta de

⁴³Idem.

mobilização comunitária na única manifestação cultural da localidade. A falta de recursos e de incentivo da gestão pública também compromete essa realização. Ainda assim, mesmo após algumas mudanças em torno da sua dimensão, essa manifestação resiste às dificuldades e os organizadores continuam realizando a missa e o tríduo durante os dias de festa.

3. A Festa da Padroeira Nossa Senhora Aparecida, do povoado de Boa Vista, conforme informação de Zailde Pereira dos Santos, 26 anos, dona de casa, é reconhecida como uma festa tradicional religiosa pelos primeiros moradores e a tradição vem sendo passada para as novas gerações. Como consequência, mais membros da comunidade vêm se envolvendo buscando a melhoria da festa, principalmente a partir da década de 90, na preocupação de aproximar e envolver os jovens e adolescentes das tradições religiosas do povoado, pensando também em protegê-los da violência da zona urbana. Zailde, que participa da organização da festa desde a reorganização, nos anos 90, relata que a manifestação é realizada com celebração de missa, reza do tríduo, leilão e bingos, mantendo características similares aos festejos religiosos das demais comunidades de Serrolândia, com sambas, bumbeiros e quermesses. Vale ressaltar que o povoado de Boa Vista mantém o festejo como único evento cultural da comunidade e que os organizadores, em geral donas de casa, enfrentam dificuldades na arrecadação de recursos para suprir uma estrutura mínima à realização da festa, além de orientação do poder público local para solicitação de apoio na preparação e infraestrutura do festejo, como redigir um ofício solicitando o palanque, geralmente disponibilizado para eventos comunitários, a exemplo do *Jeguerê*, em Maracujá. Devido às dificuldades enfrentadas, D. Zailde diz que não há registros do festejo, nem mesmo para recordação, principalmente por falta de equipamentos básicos nos dias atuais, como uma câmera fotográfica própria para registro.

Isso não implica na inexistência desses registros, já que alguns participantes e visitantes registram o festejo, porém nem sempre retornam para disponibilizar as imagens à comunidade. Para ela, a maior dificuldade ainda é conseguir recurso para a organização.

4. A Festa do Padroeiro São José, em Varzeolândia, teve início em março de 2006. Cirlene Gomes da Silva, auxiliar em serviços gerais, organizadora do festejo desde as primeiras edições, informa que a festa é realizada todo mês de março, com tríduo em exatamente três dias, quermesses e bingos como forma de congregação entre os membros da comunidade. Como os demais festejos religiosos em algumas comunidades rurais e

povoados, é o único evento realizado com festa dançante, encerrando a homenagem ao Padroeiro São José. O povoado de Varzeolândia é conhecido como antigo Canequinho, tem aproximadamente 300 habitantes, com congregação a partir de três denominações religiosas, sendo estas a Igreja Assembleia de Deus, a Igreja de Nazareno e a Igreja Católica. Esta última é a mais antiga e é também considerada como a principal, sobretudo por proporcionar o único festejo realizado anualmente no povoado. As dificuldades enfrentadas estão em torno da captação de recursos e da distância entre a comunidade e a cidade administrativa. Cirlene afirma ainda que o mais difícil é envolver as pessoas nas atividades e criar um espaço para jovens e crianças.

5. A Festa da Padroeira Nossa Senhora das Candeias, em Salamin, é realizada há mais de 60 anos, com tríduo e apresentações de comunidades vizinhas e de outros municípios circunvizinhos. As organizadoras e professoras, Evalda Marques da Silva e Valdelice C. da Silva Cunha, contam que os primeiros moradores do povoado de Salamin, a partir da década de 50, construíram a capela de adubo (barro da região, oriundo do solo natural do semiárido) dando origem ao festejo religioso, realizado todo ano no dia 02 de fevereiro. O festejo ocorre dia e noite, com missa, festa dançante e bingos. A participação da comunidade tem aumentado nos últimos anos, seguindo as tradições religiosas de seus antecedentes da religião católica. Apesar da mobilização comunitária, os recursos ainda representam a maior dificuldade enfrentada, como também a orientação do poder público local para planejamento e captação, visto que a festa é a única manifestação da comunidade. A capela é o maior atrativo do festejo, principalmente para os moradores mais antigos do município. Porém, encontra-se em risco de desabamento, o que reforça a necessidade de captação de recursos. As imagens da capela, Formulário N° 20, anexo 4.4, mostram a situação atual. Evalda afirma que falta de apoio de autoridades locais e o descontrole de barracas de outras comunidades nos espaços da rua prejudicam a organização e a realização de ações culturais no festejo.

6. A Festa do Padroeiro Senhor do Bonfim, em Maracujá, teve início no dia 2 de janeiro 1972, tendo como principal organizador Antônio Professor, um dos moradores mais antigos do povoado que, na época, utilizava o espaço da Igreja para dar aulas aos filhos dos moradores, já que não existia escola na comunidade. Desde então, a Igreja tornou-se o principal espaço social e de educação na comunidade, atualmente com aproximadamente três mil habitantes. Da primeira realização até os dias atuais vem

ocorrendo transformações com evasão de participantes do povoado e também do município na festa, conseqüentemente, incidindo também na descontinuidade, sendo realizada em alguns anos alternados. Ainda assim, a nova geração mantém o esforço de não deixar acabar o festejo religioso que, além de ser considerado como uma tradição continua sendo um forte motivo para reunir a comunidade no intuito de confraternizar e homenagear o Padroeiro Senhor do Bonfim. Suzana Batista Moreira Araújo, 36 anos, professora, uma das principais organizadoras do festejo nos últimos anos, lamenta a ausência de pessoas dispostas para ajudar, além de dificuldades na organização da memória dos festejos, como contribuição para manter a tradição no povoado.

7. Na Comunidade rural São Cristovão, integrada à Várzea do Uruçú, acontece a Festa do Padroeiro São Cristovão desde a chegada do seu primeiro morador, na década de 60, Sr. Arlindo (ver Figura 18, p.112), filho de escravos refugiados que migraram da região de Serrinha/BA para o município. Segundo informações de moradores da comunidade e, também, do próprio Sr. Arlindo, durante visita em sua residência no período da pesquisa, há alguns indícios de que essa comunidade rural pode ser uma comunidade de remanescentes quilombolas. Tais indícios estão relacionados com a chegada do primeiro morador e seus familiares, que foram se agrupando no local. A comunidade vem se desenvolvendo ao redor de um campo de futebol de terra, onde ocorrem as principais atividades da festa do padroeiro com “Parêa de boi” (carroça de boi, contendo um ou dois pares de boi para arar terra), utilizados no desfile, além de atividades comuns a festejos religiosos do município, como missa com tríduo e quermesses. Sr. Gevázio Pereira dos Santos, 69 anos, lavrador, responsável pela Associação Rural, líder comunitário e principal organizador do festejo nos últimos anos, pontua como desafio a falta de compromisso dos membros da Associação, considerando o fato da mesma ser de suma importância para o desenvolvimento da comunidade.

Figura 18 – Sr. Arlindo da Várzea do Uruçú, BA



Fonte: Neusa Martins (2014)

8. Uma segunda Festa do Padroeiro São Cristóvão é realizada pelos moradores do bairro Sol Nascente, na sede do município, com tríduo, quermesses e bingos, similar aos demais festejos religiosos. Essa festa é organizada pela igreja católica matriz de forma integrada com a festa da Comunidade rural São Cristóvão, em Várzea do Uruçú. Dessa forma, integrantes da comunidade católica tanto da comunidade rural quanto da cidade, definem anualmente uma comissão organizadora, juntamente com líderes de grupos da igreja e o pároco, atualmente Padre Tiago.

9. A Festa do Padroeiro São Roque é realizada desde a formação do município, no período anterior a sua emancipação, quando ainda era conhecido como Vila Serrote. É considerada como a primeira manifestação cultural do município, inicialmente realizada em 16 de agosto 1930. O nome do padroeiro foi definido pelos primeiros moradores, em especial Sr. Jerônimo Moreira Mota e sua esposa, Zulmira Marcela Jordão. Até 2009, a festa estava restrita somente à Igreja Matriz, localizada no Centro da cidade administrativa e, em 2010, foi ampliada como festa do Padroeiro do município. Padre Tiago Peixoto, 36

anos, sacerdote e filósofo, pároco no município e responsável pela organização do festejo, afirma que em 2014 a festa teve como tema a evangelização e, aconteceu entre os dias 7 a 16 de agosto. Além das atividades religiosas como missas e novenas, neste ano foram realizadas também atividades culturais como a apresentação do Ballet das Sacramentinas, vencedor do maior Campeonato de Ballet Nacional, e da Orquestra Sinfônica de música clássica da Paróquia do município de Capim Grosso, além de atrações locais como bandas de forró. O principal dia da festa é o dia de São Roque, comemorado em 16 de agosto, com uma grande alvorada. A partir da Festa de São, outros festejos religiosos foram surgindo nos bairros da cidade administrativa, tendo em vista o crescimento demográfico de Serrolândia. Pe. Tiago lamenta a ausência de diálogo entre poderes instituídos e associações rurais, sociais e de fins comerciais sobre o papel a ser exercido na comunidade, relacionado à importância da festa como ação religiosa, integrando outras ações sociais e culturais, reforça ainda que os grandes desafios para a realização do festejo são evidentes no planejamento e na captação de recursos.

Além dos festejos apresentados até aqui, registramos a existência de alguns festejos religiosos realizados em três bairros da cidade administrativa. Tais festejos não foram cadastrados no formulário da pesquisa, por serem mencionados por Padre Tiago Peixoto, como manifestações religiosas integradas à matriz, Igreja de São Roque. São eles:

10. A Festa do Padroeiro Santo Antônio, realizada todo ano na última semana do mês de junho, em homenagem a dia do santo, pelos moradores do Bairro Cinelex, na sede do município, ocorre também com atividades religiosas e culturais, relacionadas com as ações da festa da Igreja Matriz.

11. Festa do Padroeiro São Pedro, é realizada na Igreja católica da Rua das Flores. Os moradores se reúnem para organizar o festejo religioso com missa e tríduo, além de quermesses e bingos, contando com a participação de membros de outras comunidades.

12. A Festa da Padroeira Nossa Senhora de Aparecida, no bairro de Contornolândia, é um dos festejos religiosos mais recentes, principalmente considerando o fato do bairro estar em fase de readaptação espacial, com um número crescente de moradores participando do festejo.

As informações apresentadas permitem observar alguns aspectos em torno de desafios e limitações por parte dos atores culturais, enquanto organizadores e

mantenedores da cultura em Serrolândia/BA. Aprofundaremos esses problemas e desafios mais à frente, no fechamento deste capítulo, 4. *Mapeamento cultural em Serrolândia/BA.*

4.2.4 Equipamentos e espaços culturais

Para uma apresentação dos equipamentos culturais localizados no município, antes se faz necessário registrar que foram considerados como tais espaços de organização e realização de atividades artísticas culturais, da iniciativa pública ou privada, com área e equipamentos capazes de atender artistas e organizadores da cultura, além de espaços que acolhem atividades integradas como os CDCs (Centro Digital de Cidadania), por exemplo.

Salientamos, ainda, a necessidade de reconhecer como equipamentos culturais outros espaços propiciadores de atividades culturais atentos a particularidades e especificidades de manifestações culturais oriundas do trabalho rural. Espaços públicos como praças e igrejas, que acolhem atividades relacionadas a outros segmentos, a exemplo de mobilização política, atividades estritamente religiosas, aniversários, entre outros, não foram considerados como equipamento cultural.

Após essas considerações, apresentamos abaixo os equipamentos e espaços culturais identificados no município de Serrolândia, incluindo aqueles da cidade administrativa, zona rural, povoados e o assentamento de reforma agrária.

4.2.4.1 Equipamentos culturais convencionais

Reforçamos aqui o reconhecimento de espaços públicos e privados capazes de anteder a apresentações das diversas linguagens artísticas, obviamente, considerando limitações desses espaços em municípios com manifestações culturais predominantemente tradicionais, na medida em que os próprios atores do município atentam para a ausência ou insuficiência de espaços mais adequados à essas apresentações.

Contudo, aqui, foram reconhecidos como equipamentos culturais convencionais aqueles propícios à realização de apresentações musicais e de teatro, por exemplo, os quais exigem estrutura e equipamentos técnicos, como som e iluminação, também mais apropriados. Assim, registramos os seguintes equipamentos culturais, enquanto convencionais, em Serrolândia/BA:

1. O *Centro Cultural Maricênia Pereira de Souza*, localizado na área interna da Escola Municipal Arionete Guimarães Souza, foi inaugurado no ano de 2000, através da Lei Municipal de Nº 154/2000 (ver Formulário de Nº 03, anexo 4.4). Encontra-se em processo de adaptação e reestruturação, principalmente no que se refere à dinamização do espaço. O Centro Cultural não dispõe de equipamentos técnicos adequados para atender apresentações artísticas culturais. Atualmente o Grupo de Teatro *Artefato* utiliza o espaço para ensaios e organiza um escalonamento de apresentações, juntamente com outros grupos e artistas como os grupos de terno de Reis e Bumbeiros. Mesmo com a maior utilização do espaço, o Centro Cultural vem sendo visto pelos atores culturais como um lugar ocioso. Estando localizado na área interna de uma escola pública, poderia ser utilizado para mais atividades culturais e educacionais envolvendo jovens e crianças. Ainda assim, no período de funcionamento, de segunda a domingo, atende atividades alternadas, realizadas por voluntários, como oficinas de teatro, poesia e capoeira. A Diretora de Cultura e responsável pelo Centro Cultural, Zilma Pereira dos Santos, atenta para desafios relativos à gestão do Centro, que envolvem desde a estrutura física até a dinamização espaço. Outra limitação para maior aproveitamento se dá na ausência de equipamentos básicos como caixa de som, microfone e cadeiras, necessários para realização de atividades culturais. A Figura 19, p.116, demonstra o estado precário, no contexto atual, do Centro Cultural. Vale ressaltar que a degradação do espaço vem piorando com o passar dos anos, considerando registros do primeiro mapeamento realizado em 2010, e o fato de que a situação permanece em 2014, com telhado danificado, paredes comprometidas com rachaduras, espaço sem um número de cadeiras capaz de atender o público frequentador das oficinas, contendo apenas algumas cadeiras retiradas das salas de aula da escola onde o espaço está localizado.

Figura 19 – Centro Cultural Maricênia Pereira de Souza, BA



Fonte: Neusa Martins (2014)

2. A Biblioteca Pública Municipal Gervázio Maciel da Cruz foi instaurada no município através da Lei N°229/2003. Porém, até 2011 esse equipamento cultural não existia no município. De acordo com informações da Secretária de Educação, Ducilene Alves, a Secretaria de Educação do Município recebeu um Kit Modernização de bibliotecas públicas, através do edital de responsabilidade da Fundação Pedro Calmon (FPC/Secult/BA), pelo Programa Mais Cultura/MINC – Modernização de Bibliotecas⁴⁴. Mesmo com o documento que comprova a sua instauração no ano de 2003 (Ver dados comprobatórios no Formulário de N° 04, anexo 4.4), a Biblioteca tornou-se uma realidade no município apenas oito anos depois, quando reinaugurada, em 19 de fevereiro de 2011, com o aproveitamento do kit. Nesse ano, a Prefeitura arrendou uma casa para instalar a Biblioteca, já que a gestão do município vinha enfrentando entraves para recuperar o espaço instituído com recurso definido por lei. Atualmente, nos espaços da Biblioteca

⁴⁴Programa Mais Cultura – Modernização de Bibliotecas/MinC. Disponível em: <http://www.fpc.ba.gov.br/municipios-selecionados-para-modernizacao-de-bibliotecas-publicas-municipais/>. Acesso em fevereiro de 2013.

ocorrem contação de histórias, pintura ilustrada, teatro de fantoche e exibição de filmes. Zilma Pereira dos Santos, Diretora de Cultura e responsável pelo local, afirma que o maior desafio está em torno do incentivo ao hábito da leitura, ou seja, não há um público leitor efetivo na Biblioteca. Além de funcionar como espaço cultural, a Biblioteca também vem servindo como sede para o Departamento de Cultura de Serrolândia/BA, que até 2011 funcionava na Secretaria de Educação. De acordo com informações apresentadas por Zilma, o Departamento presta serviços colaboradores com o desenvolvimento da cultura local, apoiando e incentivando artistas e grupos culturais através da elaboração de projetos culturais e da realização de eventos para apresentação desses atores. O Departamento de Cultura, juntamente com outros representantes da gestão pública vem tentando instaurar a Lei 411/2010, do SMC. Nesse sentido, também o Conselho Municipal de Cultura/CMC está sendo implementado (Ata de formação do CMC, Anexo 2). Zilma afirma que a gestão da cultura não é reconhecida como pilar de desenvolvimento e que criar o Fundo Municipal de Cultura/FMC é o maior desafio da gestão atual.

3. O Centro Digital de Cidadania (CDC) são dois equipamentos instalados na cidade administrativa e no povoado de Maracujá, e foram instaurados em 2006 através do Projeto Infocentro - Programa de inclusão digital (ver formulários de N°10 e N° 16, anexo 4.4). Em Maracujá, o CDC é composto por um servidor, dez computadores, uma impressora e serviço gratuito de internet. Além desse serviço, o CDC oferece oficinas de noções básicas de informática para crianças, jovens e adultos. O servidor público e responsável pelo atendimento no local, Givaldo Nascimento Araújo, 25 anos, afirma que a disponibilidade de equipamentos modernos e um melhor serviço de internet são os principais desafios para a qualidade do atendimento. No CDC de Serrolândia, a estrutura é um pouco maior, com um servidor, uma impressora, serviço de internet e 15 computadores. O CDC da cidade administrativa também oferece oficinas, que são realizadas com noções básicas de informática, digitação e manutenção de micros. Segundo Silvânia Maia de Araújo, servidora pública que trabalha no local, atrair o público e melhorar o serviço de internet é um problema enfrentado constantemente.

4. O Clube Recreativo e Esportivo de Serrolândia/BA (CRESS Clube) foi fundado em 1977, para associados (Ver Formulário N° 23, anexo 4.4). Davilson Sodrê Sampaio, 30 anos, eleito presidente do Clube para os anos de 2013 e 2014, afirma que além de servir como um espaço de lazer e confraternização dos moradores do município, o CRESS

tornou-se palco para shows de artistas e músicos do estado e de outros locais do Brasil. Ainda assim, o atual presidente lamenta o fato de que mesmo o Clube sendo um espaço capaz de proporcionar a realização de eventos diversos e shows de médio porte em um município pequeno, dinamizar o espaço tem sido um desafio, principalmente com a falta de colaboração dos associados.

5. A *Casa do Licuri*, inaugurada no ano de 2013 (Formulário N° 26, anexo 4.4), localizada no centro da cidade administrativa, é uma conquista de associações e comunidades da zona rural, idealizada por trabalhadores rurais e artesãos, mantida através de cooperativismo que vem proporcionando renda a muitos trabalhadores associados de Serrolândia e de cidades circunvizinhas. Os atores culturais envolvidos nos projetos da Casa desempenham um papel de suma importância no município como articuladores que promovem a preservação da palmeira do licuri⁴⁵. Justificando assim, ações em consonância com a Lei 409/2010, que institui a palmeira como árvore-símbolo do município. De acordo com o gestor, Fredson Rodrigues de Araújo, 30 anos, técnico em agropecuária, a falta de apoio do poder público e de sensibilidade por parte da população sobre a importância dessa palmeira como matéria prima que integra sustentabilidade, tem sido um dos principais desafios para manutenção da Casa.

Figura 20 – Casa do Licuri, BA



Fonte: Nadinho de Dona Filó (2014)

⁴⁵*Syagrus coronata*, palmeira nativa do bioma Caatinga que pode chegar a ter 12 metros de altura, conhecida popularmente, também, como adicuri ou ouricuri.

6. Associação Serrote Educativa (ASE)⁴⁶ é um equipamento cultural relevante no município, principalmente por integrar a *Rádio Serrote FM* que, além de prestar serviços de comunicação, disponibiliza seu espaço visando interação entre artistas locais para produção e divulgação de seus trabalhos. Elisiane Reis dos Santos, 32 anos, professora e presidente da Associação, relata que desde 1998 a ASE apoia o desenvolvimento de ações culturais locais (Formulário N° 22, anexo 4.4), promovendo e divulgando eventos e artistas do município e de cidades circunvizinhas, além de formar parcerias em atividades sociais e culturais com o Grupo de teatro *Artefato* e outros artistas. Elisiane afirma que a falta de recursos e de qualificação e formação profissional limitam ações de desenvolvimento relacionadas ao trabalho realizado através da rádio comunitária, integrada a Associação.

7. O *Neroson Stúdio* (Formulário N° 25, anexo 4.4), fundado em 2012, por Adagelson Barros da Silva, mais conhecido como Faraó ou Fal Canhoto, localizado na cidade administrativa, vem se tornando um espaço cultural com relevância para a produção de música na região. Artistas individuais e grupos se reúnem no local para produzir e divulgar seus trabalhos musicais. No estúdio, artistas contam com serviços como produção de vinhetas, *jingles*, *spots* e produção de músicas em geral. Faraó afirma que vem sendo procurado por artistas individuais e grupos do município e proximidades, atendendo serviços diversos de gravação gospel, pagode e, principalmente, forró e sertanejo. Para um estúdio sediado em um município pequeno e distante de centros urbanos, custos com instrumentos para gravação, pouco condizentes com a realidade desses locais, são desafios constantes. Outras atividades relacionadas à música são desenvolvidas no local com uma dinâmica de apresentações abertas ao público interessado, mesmo com um espaço limitado. O DJ Sandro Matos é um dos parceiros, que também presta serviços musicais de sonorização no município (Formulário de N°36, anexo 4.4).

4.2.4.2 Espaços culturais

Além dos equipamentos culturais convencionais apresentados, a maioria concentrados em áreas urbanas, foram identificados outros espaços onde acontecem manifestações culturais espontâneas e relativas ao trabalho rural. Esses são espaços como casas de farinha artesanal, por exemplo, que possibilitam reuniões entre parentes e amigos

⁴⁶Mais informações da ASE. Disponíveis em: <http://www.serrotefm.com.br/>. Acesso em junho de 2014.

para cantorias e danças de roda, ambas ocorrendo de maneira simultânea ao preparo da farinha de mandioca. Estas casas, atualmente, são consideradas como espaços raros, já que estruturas modernas vêm sendo instaladas, substituindo as casas artesanais, predominantemente a partir da década de 90.

1. A Casa de Farinha (artesanal) da Comunidade Rural Baixa Fria, localizada na Fazenda Várzea Bonita, foi construída em 1986. Dona Zelina Souza dos Santos, 70 anos, lavradora, expressa emoção ao relembrar quando reunia a família e os vizinhos mais próximos da roça para raspagem de mandioca, preparo da farinha e da tapioca do beiju, com cantigas e contação de histórias. A Casa de Farinha era um sonho que se tornou realidade para Dona Zelina. Para ela, esse local é importante para sobrevivência e distração de seus familiares, para fazer beiju, farinha e ração para as criações. Ela diz que na roça e na casa de farinha tem tudo o que precisa para viver e que se preocupa somente quando não chove. A Figura 21, a seguir, mostra a Casa de farinha, que preserva sua estrutura original, com a área externa e a fornalha, acima, à esquerda, a área interna com a prensa de massa no primeiro plano e o forno para mexer farinha logo atrás, abaixo, também à esquerda, e o motor para passar a mandioca, à direita.

Figura 21 – Casa de Farinha (artesanal) da Comunidade de Baixa Fria, BA



Fonte: Neusa Martins (2014)

2. A Casa de Farinha (artesanal) de Sr. José Pereira dos Santos, 58 anos, lavrador, mais conhecido como Zé Ave, também na Comunidade Rural Baixa Fria, construída em 1989, é um meio de sobrevivência da família que supre necessidades relacionadas à alimentação através da farinha e do beiju de mandioca, além do preparo da ração dos animais. O proprietário diz que a Casa de Farinha também gera renda, quando em época de chuva e de fartura na colheita de mandioca ele aluga o espaço para outros pequenos produtores e trabalhadores rurais. Esse começo, partindo do plantio e da colheita, é primordial para o processo de feitura, do preparo da massa, da separação da tapioca para o beiju e do aproveitamento das cascas e raspas como ração dos animais e, por fim, o momento final que é o de mexer a farinha no forno à lenha. Além do momento de produção dos produtos derivados da mandioca, ocorrem manifestações culturais e religiosas através de encontros entre famílias que se apoiam, desde o cultivo da mandioca até a preparação dos alimentos. Nesse contexto, surgem contações de histórias, cantigas e danças de roda, contando com a participação de todos os trabalhadores e visitantes, como jovens, adultos e crianças que participam contando causos, além de se divertirem em áreas que cercam casas de farinha. Dessa maneira, o trabalho se torna também distração e confraternização entre as famílias que, na maioria das vezes, aproveitam momentos como esse para se reunirem e reverem parentes e amigos que moram em outras comunidades, outros municípios ou, mesmo, em outros estados. Nesse último caso, é fato comum que pessoas que migraram para trabalhar em centros urbanos retornem para visitar parentes e acabem procurando casas de farinha para reviver esses momentos, certos de que nesse local acontecem encontros e reencontros. Ainda assim, os proprietários alegam que as roças já não são mais tão fartas como antes e que, também, esses encontros tem sido cada vez menos frequentes. Em seguida, a Figura 22, p.122⁴⁷, ilustra a área interna da Casa no momento inicial do preparo da farinha com a raspagem da mandioca por vários voluntários, sendo estes homens e mulheres, que se dividem em grupos de trabalho, desde o plantio até o preparo da farinha no forno.

⁴⁷Peço licença para falar na primeira pessoa, aqui, devido ao sentimento de pertencimento proporcionado por esse momento, já que a Casa de Farinha ilustrada na figura está localizada na primeira residência da minha família, entre as décadas de 60 e 70. Quem registrou esse momento da minha vivência e memória afetiva na raspagem da mandioca em grupo foi o filho do primo Paulinho, sobrinho do meu Pai, que está de boné vermelho, à minha direita.

Figura 22 – Casa de Farinha (artesanal) de seu Zé Ave



Fonte: Filho de Paulinho (2014)

3. A Associação de Desenvolvimento Comunitário do Assentamento Caiçara surgiu em maio de 1998, com o objetivo de unir produtores rurais no intuito de reivindicar direitos diversos dos lavradores e trabalhadores rurais, além de fortalecer a agricultura familiar como fonte de renda na comunidade. Inácio Silva do Rosário, 37 anos, agricultor, líder do Assentamento e presidente da Associação (Formulário N° 31, anexo 4.4), informa que a sede do Assentamento Caiçara é ocupada, de segunda-feira a sexta-feira, como sala de aula para o ensino fundamental e, nos finais de semana, essa mesma sede se transforma em espaço de atividades culturais envolvendo moradores em ações de desenvolvimento cultural e comunitário. Porém, os jovens costumam se esquivar de atividades e eventos culturais tradicionais realizados no assentamento. O líder do assentamento participa do *Projeto Escola Agrícola Umbuzeiros* e traz a aprendizagem para o cotidiano dos trabalhadores rurais, a fim de fortalecer a agricultura familiar desenvolvida de maneira coletiva na comunidade. Inácio afirma que a maior dificuldade da associação é mobilizar os jovens e adolescentes do assentamento para organizar e participar das manifestações culturais. A Figura 23, p. 123, ilustra um momento de integração entre o líder e as crianças da comunidade:

Figura 23 – Assentamento Caiçara, BA



Fonte: Voluntário, no local (2010)

4. A Associação Comunitária Rural dos moradores da Fazenda Caraíba (ACRFC) foi fundada em 16 de maio de 1995. Jailma Alves dos Santos, 34 anos, lavradora e, atualmente, presidente da Associação ressalta que a ACRFC foi pensada por seus representantes como uma porta voz dos trabalhadores rurais residentes no local. Lavradores e lavradoras, trabalhadores e trabalhadoras rurais, além de pequenos produtores se reúnem na Capela da Caraíba para realizar atividades culturais ao mesmo tempo em que buscam orientações junto ao Sindicato Rural do município, pensando na elaboração de projetos para captar equipamentos e maquinários, como trator, por exemplo. A ACRFC também procura manter contato com autoridades locais para acompanhar investimentos relativos a pequenas produções agrícolas. Um dos principais desafios desta Associação é a obtenção de sede própria e a captação de recursos.

5. A Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Várzea Bonita (APPROVAB) foi registrada em 16 de novembro de 2011. O presidente e principal incentivador para a fundação da APPROVAB, Sr. Vilarino Souza Novaes, 70 anos, trabalhador rural, afirma que apesar do registro legal e da existência há cerca de três anos, os associados e seus respectivos representantes ainda não conseguiram atingir resultados significativos em torno de suas reivindicações, como instalação de cisternas para o período da seca ou captação de maquinários e equipamentos para o preparo da terra, por exemplo. Além de ser uma forma

de organização dos trabalhadores e lavradores, a APPROVAB também possibilita realização de manifestações culturais oriundas do trabalho rural, como Samba de Reis e Boi Roubado, necessárias para valorização do contexto de vida desses trabalhadores. Seu Vilarino diz que os trabalhadores são limitados para buscar ajuda, pensando no desenvolvimento da comunidade rural, principalmente considerando a ausência de assistência e orientação para elaboração de projetos de captação no âmbito rural. Ainda assim, o líder comunitário reconhece melhorias relativas ao apoio recebido pelas demais associações rurais do município, que orientam e ajudam com informações sobre editais e assuntos relativos a produção rural, através de instâncias públicas e privadas, havendo assim uma relação de cooperativismo entre essas associações.

6. A Associação Flor do Maracujá (AMMAR), fundada 05 de junho de 2005, surgiu da necessidade de valorizar e unir mulheres que trabalham com agricultura familiar e culinária tipicamente rural. Celina Mendes de Oliveira, 49 anos, artesã e uma das fundadoras da Associação, informa que em 2012 a AMMAR foi contemplada no Edital do Programa Mais Cultura - Pontos de Leitura do MinC (Formulário N° 29, anexo 4.4) e, desde então, passou a realizar atividades culturais no município como contação de histórias e oficinas de artesanato, em especial no povoado de Maracujá, onde está localizado o ponto. A artesã e atual presidenta da AMMAR, Márcia Macêdo dos Santos Silva, 34 anos, informa que existem dificuldades para locomoção (meio de transporte), pensando na possibilidade de apresentar atividades culturais em outros locais. Afirma também que por não ter sede própria e melhor estrutura para receber crianças em projetos de leitura, o trabalho fica limitado e com pouca frequência.

7. *Jau Games* é um ponto comercial que presta serviço de acesso a *internet*, desde 2011, em Maracujá. O ponto é um dos locais mais frequentados pelas crianças e adolescentes que se reúnem, diariamente, para jogar videogame e bater papo. O jovem Jailson Silva Souza, 21 anos, atendente e fundador do ponto, diz que iniciou o trabalho alugando seu próprio aparelho de vídeo game. Atualmente presta serviços de acesso à internet e aluga jogos de videogame. Mesmo na tentativa de manter um ponto de encontro, consideravelmente novo na comunidade, Jailson afirma que o custo para manutenção e o desenvolvimento de serviços dessa natureza não compensam, principalmente considerando o público interessado em comunidades pequenas e distantes dos centros. Porém, mesmo assim, há um esforço para manter o serviço, acreditando-se na função do *Jau Games* como

um lugar de interação e diversão, tanto para o responsável quanto para o público jovem frequentador no local.

8. O *Games Val*, também em Maracujá, foi criado em 2009 como serviço para acesso a internet e jogos de videogame. O local também é mantido e cuidado por um jovem, Venício Santos Teles, estudante do ensino médio, com 18 anos, que alterna o atendimento com suas duas irmãs, Vanessa e Viviane, também adolescentes. Venício e suas irmãs se queixam da falta de cursos e trabalhos direcionados aos jovens, além da falta de opções de renda para a população. Afirma que o local é uma opção de trabalho criada pelo seu próprio pai.

4.3 Desafios e limitações da cultura em Serrolândia/BA

Os atores, equipamentos, espaços e as manifestações culturais, foram identificados com alguns serviços correlatos, remetendo aos seus desafios e às suas limitações, ambos relativos a problemas com planejamento, elaboração de projetos e captação de recursos, sejam estes pessoais, materiais ou financeiros, inerentes ao campo da cultura no município em epígrafe.

No decorrer da pesquisa, atores demonstravam inquietação sobre os desafios enfrentados na busca por apoiadores das atividades culturais por estes planejadas. Em alguns casos, esses desafios estavam diretamente ligados à ausência ou insuficiência de orientações para solicitação de apoio na realização de manifestações culturais mais tradicionais, em povoados e zona rural. Nesse sentido, a primeira limitação consta da concentração de apoio e orientação da administração pública na organização e execução de atividades culturais na cidade administrativa, ou seja, na sede.

Atores culturais de comunidades separadas espacialmente da sede demonstram maiores dificuldades para organizar e realizar atividades culturais. Essas dificuldades estão relacionadas a questões burocráticas que vão desde a elaboração de um ofício para solicitação de apoio à prefeitura até a elaboração e apresentação de um projeto em busca de patrocínio. Nesse último, a maioria desconhecia a existência de editais de patrocínio cultural, a exemplo dos editais calendarizados da Secult/BA.

Com alguns aspectos facilitadores, os atores culturais da sede apresentavam menos dificuldades para organização e realização das atividades culturais, principalmente

considerando a proximidade com o poder público municipal e o acesso a informações sobre editais calendarizados da Secult/BA, através da *internet*, acesso nem sempre viável na zona rural. Além de aspectos favoráveis mais específicos como a concentração do comércio, agências bancárias e fábricas, como as de bolsas, por exemplo. Tais aspectos proporcionam, obviamente, maiores oportunidades na elaboração de projetos e captação de recursos, além de serem favoráveis também na formação de parcerias.

Não há em Serrolândia espaços comuns ou semelhantes aqueles concentrados nos centros urbanos, como teatros e cinemas, por exemplo. Os espaços culturais, em sua maioria, dialogam e são inerentes aos aspectos rurais. Porém, partindo do pressuposto da proposta atual de democratização do acesso através do PNC, em se tratando do direito de escolha a partir de bens e produtos culturais disponíveis, deveriam haver espaços como teatros e cinemas em municípios pequenos e distantes dos centros urbanos, não no sentido de renegar ou desprezar os já existentes, mas de possibilitar opções de escolha aos consumidores de bens e serviços da cultura. Com isso, haveria possibilidade de experimentar e vivenciar o velho e novo, o tradicional e o atual. Além da geração de renda e, conseqüentemente, contribuições com o desenvolvimento da cultura.

Além dos desafios e limitações esboçados acima, se faz necessário que atores e gestores municipais atentem à atualização de dados do município registrados em órgãos como o IBGE, por exemplo, e à efetivação da política cultural proposta no município. Considerando os dados do município no registro da MUNIC, a proposta da Lei de Nº411/2010, que institui o SMC, e o Decreto de Nº024/2011, que nomeia o CMC, é possível identificar discrepâncias entre ações propostas e bens e serviços produzidos e existentes. Além de se tornar evidente o fato de que, tanto atores culturais quanto representantes nomeados como membros do Conselho, em sua maioria, desconhecem a própria política cultural proposta no município.

A proposta deste trabalho, de identificação e sugestão do uso de procedimentos para levantamento e organização de dados culturais, sugere também que atores engajados na organização da cultura exerçam um papel fiscalizador sobre o que vem sendo proposto em interface com o que, de fato, é executado. Nessa perspectiva, os dados aqui concentrados podem contribuir com uma atualização e análise da cultura, num primeiro momento, no município.

Nesse sentido, podemos questionar a existência de mecanismos de acompanhamento para determinadas práticas oriundas de políticas culturais, como avaliação de resultados atingidos a partir de diagnósticos mais aprofundados e não apenas voltados ao cumprimento de regras sobre o uso de recursos financeiros através de relatórios sistemáticos, como os da prestação de contas, por exemplo, principalmente levando em consideração informações peculiares de municípios contemplados em editais de cultura.

Encerramos essa apresentação da experiência vivenciada em campo, pensando diálogos possíveis entre gestores culturais das esferas municipal, estadual e federal. No reconhecimento de que, na maioria das vezes, esses diálogos são interrompidos por implicações desde recursos estruturantes até custos com deslocamentos intermunicipais e estaduais, sobretudo no que se refere à atenção aos municípios menores, com até vinte mil habitantes.

Sobre as dificuldades e limitações que implicam em diálogos propiciadores ao desenvolvimento da cultura, mais especificamente no estado da Bahia, atentamos para as considerações abaixo, em uma análise do cenário cultural baiano, constatando que:

É preciso um investimento não apenas na organização da cultura em todo o Estado, mas em sua divulgação, na conscientização de que se trata de uma área fundamental para o desenvolvimento do estado, este é o desafio da Secretaria de Cultura, este é o desafio também da classe artística e da sociedade civil, promover e consolidar a cultura como área fundamental para o desenvolvimento do Estado da Bahia. No entanto, para isso é preciso mais do que iniciativas isoladas ou projetos, é imprescindível que haja um orçamento para a pasta condizente com sua importância, uma modernização da máquina administrativa e uma renovação no quadro de pessoal da SecultBA através de concurso público, de modo que se tenha, a médio e longo prazos, um corpo técnico capaz de conduzir as mudanças realizadas e desejadas. (Nussbaumer, p.14-15, 2014)

Partimos para as considerações deste trabalho, na certeza de que é necessário reconhecer a diversidade de atores, bens e serviços da cultura, antes de elaborar e efetivar políticas culturais num país com uma diversidade cultural extensa e intensa como o Brasil. Cabe também reconhecer que marcos legais, a exemplo do PMC de Serrolândia/BA, só terão sentido e serão reconhecidos se houver pertencimento, envolvimento e apropriação por parte de atores e gestores culturais e, principalmente, de cidadãos preocupados com a qualidade de vida humana e o desenvolvimento sociocultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento e a organização de dados culturais nos municípios brasileiros pressupõem diálogo com o SNIIC/MINC; contribuição com o cumprimento das Metas do PNC e com o desenvolvimento da cultura no âmbito municipal. Como consequência, atores e gestores culturais deverão atentar ao fato de que lidar com indicadores culturais integrados nacionalmente implica da necessidade de lidar também com demandas e reivindicações dos municípios, reconhecendo este âmbito nacional como um composto de unidades federativas (estados) formadas e constituídas por estes municípios enquanto espaços físicos geográficos.

Nesse sentido, é preciso descentralizar potencialidades para que todos tenham acesso aos recursos pessoais, materiais, estruturantes e financeiros, tendo como resultado a satisfação plena de cidadãos comuns que fazem parte dos municípios e de suas culturas sem delimitar atenção apenas aos centros urbanos.

Com esses desafios apontados nos dois parágrafos anteriores, dessas considerações finais, partindo da necessidade de integração entre federação, estados e municípios no campo da cultura através de seus dados, seguimos para uma avaliação dos objetivos propostos e, dentre estes, também, aqueles não atingidos. Esclarecendo desde já a necessidade de atualização constante de trabalhos dessa natureza, levando em consideração transformações também constantes do campo cultural.

Reportando ao capítulo 3. *Procedimentos metodológicos para levantar e organizar dados culturais*, sobre procedimentos metodológicos propulsores e adequados à realização de mapeamentos culturais em municípios brasileiros com até vinte mil habitantes, partimos do pressuposto de serem identificados procedimentos convencionais ou tecnológicos. Convencionais no sentido de cadastro e registro presencial, através do preenchimento de formulários manuscritos e transcritos, e tecnológicos a partir do registro da localização via GPS e atualização em redes digitais através da *internet*.

Como podemos ver no decorrer desta dissertação, os procedimentos convencionais foram atingidos a partir de experiências próprias, com alguns aspectos de métodos estabelecidos em mapeamentos realizados em outros estados e municípios brasileiros, conforme retratados nos capítulos segundo e terceiro. Porém, devido a limitações em torno

de objetos e serviços inerentes a NTICs, o objetivo de integrar o mapeamento realizado em Serrolândia/BA à plataforma do SNIIC/MINC não foi efetivado.

Outro objetivo não atingido, inerente às NTICs, foi o da realização do mapeamento em rede digital capaz de gerar um “mapa colaborativo” em rede na função de provê acesso e atualização de dados culturais, constantemente. Além da impossibilidade de avaliação e efetivação da política cultural em andamento no município por todos os seus atores culturais, independente desses atores residirem na sede, zona rural ou em povoados.

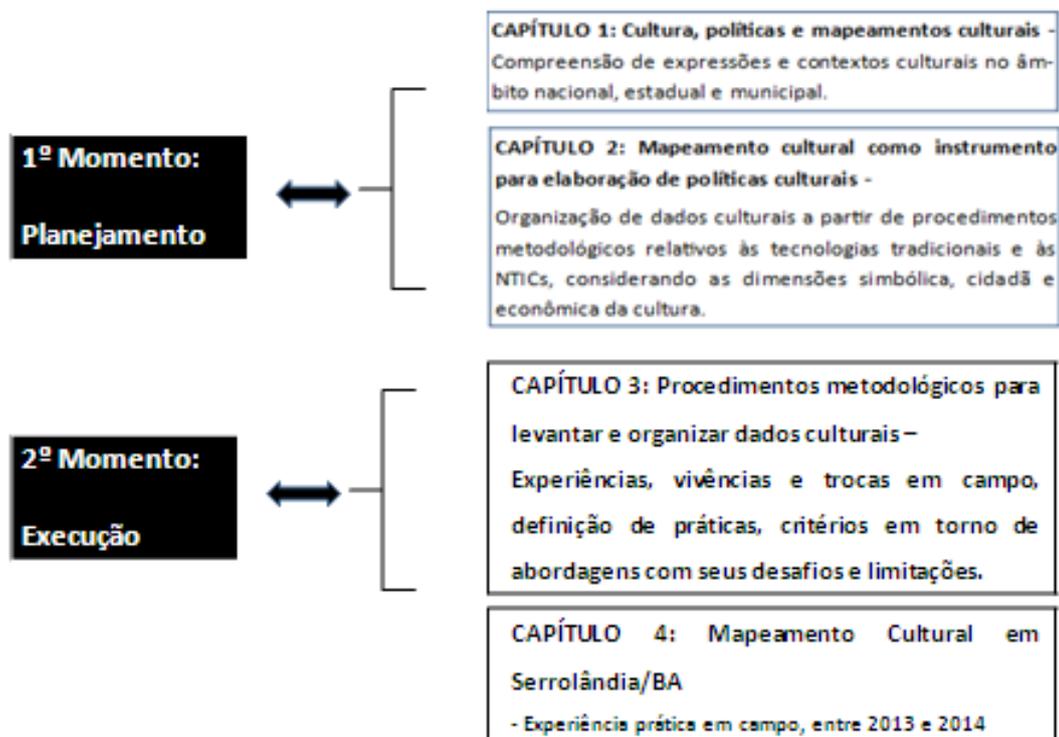
A Figura 24, p.130, ilustra a estrutura do trabalho atrelada a dois momentos, sendo o primeiro referente ao embasamento teórico e planejamento do mapeamento cultural a ser realizado, e o segundo da identificação de ações executivas no desenvolvimento do levantamento e registro e da organização e utilização dos dados.

Assim, o primeiro momento integra os dois primeiros capítulos, *1.Cultura, políticas, e mapeamentos culturais* e *2.Mapeamento cultural como instrumento para a elaboração de políticas culturais*, e sugere um planejamento composto por um arcabouço teórico no intuito de embasar o reconhecimento de atores, bens e serviços na realização de mapeamentos culturais.

Já o segundo momento, da execução do mapeamento, compõe os dois últimos capítulos, *3. Procedimentos metodológicos para levantar e organizar dados culturais* e *4. Mapeamento cultural em Serrolândia/BA*, sobre procedimentos propostos e aplicados e limitações e desafios que implicam da manutenção e utilização desses mapeamentos. Vale ressaltar, obviamente, que esses momentos não esgotam possibilidades de registro e atualização de dados da cultura em qualquer município, considerando suas particularidades e atores envolvidos no processo.

Por fim, as informações adicionais, do apêndice e diversos anexos, remetem à necessidade de concentração da memória dos documentos que venham possibilitar uma avaliação do contexto da cultura no ambiente observado. Além de serem acessados por atores, gestores e demais colaboradores envolvidos direta e indiretamente neste trabalho.

Figura 24 – Ilustração da estrutura dos procedimentos experimentados neste trabalho:



Fonte: Neusa Martins (2014)

Sobre o registro de atores, bens e serviços culturais com GPS através de procedimentos de geolocalização, conforme proposto no terceiro capítulo deste trabalho, constatamos que, devido a questões técnicas que fugiam das atribuições dessa pesquisa, essa atividade foi considerada como um entrave para desenvolver um mapeamento cultural em Serrolândia/BA em rede digital através de serviços de *internet*.

A Figura 25, p.131, ilustra a área geográfica de Serrolândia/BA, captada através de dados abertos do *Googlemaps*⁴⁸, e mesmo em uma escala com a finalidade de apresentar maiores informações dos locais, a imagem está limitada a um panorama genérico do município, sem dados precisos da zona rural e povoados. No decorrer da pesquisa, entre 2013 e 2014, ao tentarmos aproximar a imagem aérea do município com escalas geográficas, o programa apresentava a informação de que maiores detalhes dessas áreas não estariam disponíveis para visualização, limitando dessa forma a interação com o mapa de dados abertos do município.

⁴⁸Mais informações. Disponíveis em: <https://www.google.com.br/maps/preview> e https://www.google.com/intl/pt-PT_br/help/terms_maps.html. Acesso em Junho de 2014.

Figura 25 – Ilustração geográfica de Serrolândia/BA



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/Serrolândia> (2014)

Projetos propulsores a organização de dados da cultura e, também, ao registro e análise de seus indicadores podem contribuir com o desenvolvimento. A produção, organização e difusão desses dados são imprescindíveis para uma articulação preponderante entre municípios, estados e federação. Tais contribuições também podem permear e atingir diretrizes estruturantes de PMCs de maneira consolidada, não apenas como projetos oscilantes da cultura em dados contextos. Mais ainda, que esses planos municipais possam ser amparados pelo projeto de Lei 20.864/2014, que institui o Plano Estadual de Cultura da Bahia⁴⁹, aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa da Bahia, no dia 05 de novembro de 2014, sendo este o Dia Nacional da Cultura.

Do texto do PEC/BA, tratando da sua estrutura, seus eixos e suas estratégias e linhas de ação, trazemos o inciso IV a “estratégia 4 - Implantação do Sistema de Informações e Indicadores Culturais como instrumento de acompanhamento, avaliação e aprimoramento da gestão e das políticas públicas de cultura, através das seguintes ações: a) promover programas de cooperação para atualização e alinhamento da legislação estadual e das municipais” (BAHIA. Lei 20.864/2014, Art.11, Inciso IV, Estratégia 4), que reforça a necessidade de realizar trabalhos dessa natureza, visando à coleta, organização, utilização e avaliação continuada de dados culturais.

⁴⁹Documento do PEC/BA na íntegra. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/PROJETO-DE-LEI-Plano-estadual-de-Cultura.pdf>. Acesso em Novembro de 2014.

Planos e projetos articulados e desenvolvidos entre a federação e os estados podem colaborar com o levantamento e a organização de dados culturais e, conseqüentemente, resultar na realização de diagnósticos culturais mais eficazes à elaboração e efetivação de políticas culturais integradas, contribuindo com o desenvolvimento sociocultural dos municípios brasileiros.

Nesse sentido, é necessário que trabalhos dessa natureza sejam contínuos e que, também, atores culturais, acadêmicos e políticos promovam debates, realizem parcerias e apresentem propostas voltadas para a organização da cultura e, como consequência, que sejam consolidadas políticas culturais com seus PMCs e PECs em consonância com o PNC para a valorização da diversidade cultural no país. Nessa perspectiva, esperamos contar com o papel articulador desses atores e de cidadãos como multiplicadores culturais nas esferas municipais, estaduais e federais.

Reforçamos a necessidade de que dirigentes estaduais e federais devem desenvolver parcerias em projetos de capacitação dos profissionais da cultura nos municípios brasileiros, mais especificamente na Bahia, considerando sua extensão territorial com um montante de 417 municípios, com seus desafios e suas limitações.

Por fim, chamamos atenção à necessidade de que os responsáveis pelos SIIC e SNIIC devem priorizar profissionais da cultura, preparados para lidar com indicadores específicos desse campo e de seus referidos sistemas no sentido de aperfeiçoar a participação de cidadãos e atores culturais, além de aprimorar formas de acesso e utilização dos dados levantados e organizados. E para aprimoramento desses sistemas culturais se faz necessário desenvolver programas de manutenção, com profissionais de gestão cultural e da administração pública, além daqueles especializados em tecnologias de informação, cartografias, estatísticas e estudos da economia da cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ASSOCIAÇÃO SERROTE EDUCATIVA (ASE). Disponível em: <<http://www.serrotefm.com.br/>>. Acesso em junho de 2014.

BAHIA. Plano Estadual de Cultura da Bahia (PEC/BA) Lei Nº20.864/2014. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/PROJETO-DE-LEI-Plano-estadual-de-Cultura.pdf>>. Acesso em novembro de 2014.

BAHIA. Lei Orgânica de Cultura da Bahia/Lei de Nº12.365/2011. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/a-secretaria/legislacao/>>. Acesso em dezembro de 2013.

BANDA JALEKO DE PAI. Disponível em: <<http://bandajalekodepai.blogspot.com.br/>>. Acesso em junho de 2014.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. In: _____. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em janeiro de 2014.

BRASIL. Emenda Constitucional (EC-000.071/2012). Institui o Sistema Nacional de Cultura. Disponível em: <http://www.dji.com.br/constituicao_federal/ec071.htm>. Acesso em janeiro de 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. As metas do Plano Nacional de Cultura. / Brasil. Ministério da Cultura. Apresentação de Ana de Hollanda e Sérgio Mamberti. – São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012. 216 p.; il.

BRASIL. Ministério da Cultura. Nova Lei da Cultura. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/>>. Acesso em maio de 2012.

CANCLINI, Nêstor G. **Culturas híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade.**/ Nêstor Garcia Canlini; tradução Heloisa Pezza Cintrão, Ana regina Lessa; tradução da Introdução Gênese Andrade. – 4 ed. São Paulo: Editora da USP, 2008. – (Ensaio Latino-americanos, 1).

CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1977.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. / Marilena Chauí--2. Ed--Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009. p. 29 e 33. 68p. – (Coleção Cultura é o quê, I).

CIDADES DIGITAIS – MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/inclusao-digital/acoes-e-programas/cidades-digitais>>. Acesso em janeiro de 2013.

- COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. S. Paulo: Iluminuras, 1997.
- CORREA, Roberto, L & ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CONFERÊNCIA TERRITORIAL DE CULTURA- Piemonte da Diamantina. **Cartilhas Demandas do Território x Respostas da SecultBA**. Agosto de 2013. Disponível em: <http://conferenciadecultura.files.wordpress.com/2013/07/cartilha_piemonte_diamantinaweb.pdf>. Acesso em Janeiro de 2014.
- COORDENAÇÃO ESTADUAL DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DA BAHIA (CET). Disponível em: <<http://www.territoriosdabahia.org.br>>. Acesso em agosto de 2012.
- DAGNINO, Avelina. **Políticas culturais, democracia e o projeto neoliberal**. *Revista Rio de Janeiro*, n.15. 2005, p. 45-66.
- DADOS DA DIVISÃO REGIONAL - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em outubro de 2013.
- DEPARTAMENTO DE CULTURA DE SERROLÂNDIA/BA. Disponível em: <http://simculturaserrolandia.blogspot.com.br>. Acesso em outubro de 2013.
- EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Lisboa: Actividades Editoriais, 2005.
- FARIA, Hamilton. **Políticas públicas de cultura e desenvolvimento humano nas cidades**. In: BRANT, Leonardo (org.). *Políticas Culturais*. Vol. 1. São Paulo: Manole, 2003.
- FITA DE RÁDIO FREQUENCIA/RFID. Disponível em: <<http://www.rfidjournal.com/>>. Acesso em outubro de 2012.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. (O Mundo, Hoje, v. 24). p. 25.
- GOOGLE Maps**. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Maps> Acesso em agosto de 2014.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. -1 ed. - [Reimp.]. - Rio de Janeiro: LTC, 2011. 323p.
- GIL, Gilberto. **Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil**. Brasília, Ministério da Cultura, 2003.
- HAESBAERT, Rogério. Ordenamento territorial. In: Boletim Goiano de Geografia. Vol. 26, Nº1, UFG. 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Revista Ciência Hoje das Crianças**, nº 12. *Diretoria de Geociências e Departamento de Estruturas Territoriais*.

JACOBINA/BA. Dados de Jacobina/BA. Disponível em: <http://www.jacobina.com.br>. Acesso em setembro de 2013.

JOLY, Fernand. A cartografia. Campinas, SP: Papirus, 1990.

LEITÃO, Cláudia. **Cultura e municipalização**. / Cláudia Leitão, --Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009. – (Coleção Cultura é o quê? III).

LEMOS, André. **A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura**. / André Lemos. – São Paulo: Annablume, 2013. (Coleção ATOPOS). 310 p.

LEMOS, André. **Celulares, funções pós-midiáticas, cidade e mobilidade**. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (*Brazilian Journal of Urban Management*), v. 2, p.155-166, jul./dez. 2010.

LEMOS, André. **Mídia Locativa e Territórios Informacionais**. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/midia_locativa.pdf>. Acesso em outubro de 2012.

LOIOLA, Elizabeth, MIGUEZ, Paulo. **Sobre cultura e desenvolvimento**. In: ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 3, 2007, Salvador. **Anais...**. Salvador: CULT - Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Facom-UFBA), 2007. CD-ROM.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert. **Manual de estilo acadêmico: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses**. Nídia M. L. Lubisco; Sônia Chagas Vieira. 5ed. – Salvador: EDUFBA, 2013.

MICROPROJETOS CULTURAIS / PROGRAMA MAIS CULTURA. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/microprojetos-culturais/>>. Acesso em agosto de 2011

MANUAIS TÉCNICOS EM GEOCIÊNCIAS - Divulga os procedimentos metodológicos utilizados nos estudos e pesquisas de geociências. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro, 2012, p. 29.

MAPA CULTURAL PAULISTA. Disponível em: <<http://mapaculturalpaulista.org.br>>. Acesso em maio de 2012.

MAPA DA CULTURA. Disponível em: <<http://mapeamentofortaleza.org.br>>. Acesso em maio de 2012.

MAPEAMENTO COLABORATIVO DO RECÔNCAVO. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/linklivre/mapeamento-colaborativo-do-reconcavo-no-culturadigital-br/>>. Acesso em maio de 2012.

MINISTÉRIO DA CULTURA/MINC. **Cultura em três dimensões**. Material Informativo: as políticas do Ministério da Cultura de 2003 a 2010.

NATANSOHN, G. Do pergaminho ao Smartphone. Revista Lupa da FACOM – UFBA, ano IV, n.7. Salvador, 2009, p. 22.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. **Política, Gestão e Produção Cultural na Bahia**. Disponível em: In: V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS – maio/2014. Anais. – Setor de Políticas Culturais – Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) – Rio de Janeiro. CD-ROM.

ORTIZ, Renato. **Cultura e desenvolvimento**. Políticas Culturais em Revista, Salvador, v.1, n.1, 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/index>>.

PANORAMA DA “EVOLUÇÃO DA DIVISÃO REGIONAL BRASILEIRA”, na **Revista Ciência Hoje das Crianças** nº 12 *IBGE, Diretoria de Geociências e Departamento de Estruturas Territoriais*.

PERFIL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (MUNIC/IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/perfilmunic/2009>>. Acesso em maio de 2011.

PESQUISA DEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (DPE/COPIS/GEADD). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/analise_estimativas_2014.pdf>. Acesso em outubro de 2014.

PLANO NACIONAL DE CULTURA/2008 (PNC/MINC). Mais informações disponíveis em: <http://www.cultura.gov.br>. Acesso em agosto de 2012.

PLANOS MUNICIPAIS DE CULTURA. Sítio do **Projeto de Assistência Técnica para Elaboração de Planos Municipais de Cultura de Capitais e Cidades de Regiões Metropolitanas**, contendo material elaborado ao longo da execução do projeto. Disponível em: <<http://www.planomunicipaldecultura.com.br>>. Acesso em maio de 2014.

POLÍTICAS CULTURAIS: REFLEXÕES E AÇÕES. (Org.) Lia Calabre. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 2009, p. 80-91.

ROSA, ROBERTO. **Cartografia básica**. 2004. Disponível em: <<http://www.uff.br/cartografiabasica/cartografia%20texto%20bom.pdf>>. Acesso em outubro de 2012, p. 56.

ROSÁRIO, Neusa Martins. **Mapeamento dos equipamentos e manifestações culturais no município de Serrolândia/BA**. Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação, no curso Comunicação Social – Produção em Comunicação e Cultura de graduação, da Universidade Federal da Bahia, 2010.

RUBIM, Antonio. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: _____. BARBALHO, Alexandre; RUBIM, Albino (orgs). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: CULT/EDUFBA, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/138/1/Políticas%20culturais.pdf>>. Acesso em outubro de 2011.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais entre o possível e o impossível**. In: _____. Gisele Marchiori Nussbaumer (Org.). Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007.

RUBIM, Linda (org.). **Organização e produção da cultura**. Salvador, EDUFBA, 2005.

REGISTROS DO MUNICÍPIO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA - SUCEB. Disponível em: <<http://www.seplam.salvador.ba.gov.br>>. Acesso em novembro de 2011.

SEEMANN, Jörn. “Cartografias culturais” na geografia cultural: entre mapas da cultura e a cultura dos mapas. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 21, nº. 2, 2001.

SERROLÂNDIA/BA. Histórico do município. Disponível em: <<http://serrolandia.ba.gov.br/>>. Acesso em dezembro de 2012.

SERROLÂNDIA/BA. Lei de Nº 411/2010, do Sistema Municipal de Cultura (SMC). Disponível em: <<http://www.serrolandia.ba.io.org.br/diarioOficial/download/751/205/2CFD566D3255C56FDB97CB6650AA2D3790D6BA27>>. Acesso em dezembro de 2012.

SERROLÂNDIA/BA. Lei de Nº 409/2010. Institui a árvore-símbolo de Serrolândia/BA. Disponível em: <<http://www.serrolandia.ba.io.org.br/diarioOficial/download/751/205/2CFD566D3255C56FDB97CB6650AA2D3790D6BA27>>.

SERROLÂNDIA/BA. Decreto de Nº 024/2011, do Conselho Municipal de Cultura (CMC). Disponível em: <<http://www.serrolandia.ba.gov.br/diarioOficial/download/751/281>>. Acesso em dezembro de 2012.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO E INDICADORES EM CULTURA – SNIIC. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br>>. Acesso em outubro de 2011.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO E INDICADORES EM CULTURA (SIIC/SECULT-BA). Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br>>. Acesso em outubro de 2012.

TERRITÓRIOS CULTURAIS DA BAHIA. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/territorios-culturais/>>. Acesso em janeiro de 2012.

TERRITÓRIO PIEMONTE DA DIAMANTINA (BA) – PERFIL DOS TERRITÓRIOS BRASILEIROS. Disponível em: <<http://www.faebr.org.br>>. Acesso em junho de 2011.

UNESCO. Convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, sobre a proteção e promoção da Diversidade Cultural UNESCO. Decreto Legislativo de nº485/2006.

UNIÃO DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA (UPB). Dados dos municípios baianos. Disponível em: <<http://www.upb.org.br/uniao-dos-municipios-da-bahia/downloads/>>. Acesso em janeiro de 2013.

VIEIRA, Mariela Pitombo; RUBIM, Antonio Albino Canelas e RUBIM, Iuri. **Atores Sociais, Redes e Políticas Culturais**. In: _____. Convênio Andrés Bello, 2005. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/Artigos/atoressociais_redes_e_politicasculturais_catedra2005.pdf>. Acesso em: maio de 2010. P. 13.

Apêndices

1. A - FORMULÁRIO - Modelo aplicado em pesquisa de campo
2. B - QUESTIONÁRIO - Modelo aplicado no registro de bens e serviços culturais

B – QUESTIONÁRIO –
MAPEAMENTO CULTURAL EM SERROLÂNDIA/BA:
Levantamento e organização de dados culturais

Equipamentos e Manifestações Culturais em Serrolândia/BA /Quest. de Nº _____
Nome: _____ **Idade:** _____
Atividade/Profissão: _____ **Local (povoado):** _____
Contato email/telefone (opcional): _____

1 - O que você entende como cultura e qual a sua importância?

2 – Como você atua na produção cultural no município de Serrolândia/BA?

A - Organizador/agitador cultural **B** - Artista (cantor, ator, artesão, etc.)
C - Patrocinador/apoiador **D** - Outro. Especifique: _____

3 – Você acessa a internet?

A - () SIM () NÃO. Caso SIM, acessa onde? () em casa () no trabalho () Infocentro
() outro. especifique: _____

4 - Quais os principais incentivadores/patrocinadores/apoiadores das ações e equipamentos culturais da cidade?

A - Comunidade, associações e sindicatos
B - Empresas privadas e/ou comércio local
C - Administração pública local
D - Outro. Especifique _____

5 - Em qual das etapas abaixo da produção cultural você tem mais dificuldade?

A - Elaboração de projetos culturais
B - Planejamento e execução de projetos
C - Captação de recursos (patrocínio /apoio)
D - Aproximação e diálogo com artistas, organizadores ou gestores culturais locais

6 - Em sua opinião, as ações e equipamentos culturais em Serrolândia/BA são?

A - Suficientes **B** - Insuficientes **C** - Sem variedade de opções
D - Com opções variadas (teatro, shows, manifestações populares)

7 - Em sua opinião, o Departamento responsável pela cultura em Serrolândia/BA é?

A - Atuante **B** – Pouco atuante **C** - Desconhece

Justifique: _____

8 - Em sua opinião, como é a atuação da Secretaria de Cultura do Estado em relação aos municípios do interior?

A - Atuante **B** – Pouco atuante **C** - Desconhece

Justifique: _____

9 - Você já participou de alguma atividade(s) promovida(s) pelo Departamento responsável pela cultura em Serrolândia/BA e/ou pela Secretaria de Cultura do Estado (Secult/BA)?

A - Sim. Especifique qual(is) _____ **B** - Não.

10 - Sobre o Sistema Municipal de Cultura/SMC de Serrolândia/BA (Lei Nº 411, de 2010):

A - () Conhece **B** - () Desconhece **C** - () Ouviu falar

11 - Sobre a Política Estadual de Cultura da Bahia (LEI Nº 12.365, de 30/1111):

A - () Conhece **B** – () Desconhece **C** - () Ouviu falar

12 - Sobre o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais/SNIIC do Plano Nacional da Cultura/PNC:

A - () Conhece **B** – () Desconhece **C** - () Ouviu falar

Agradecemos a colaboração e participação!

“Não há saber mais ou saber menos; Há saberes diferentes.” Paulo Freire

Anexos

- 1. Lei Municipal de Cultura 411/2010**
- 2. Decreto 24/2011, do Conselho Municipal de Cultura**
- 3. Dados de Serrolândia/BA no MUNIC/2009**
- 4. Pesquisa 2013-2014**
 - 4.1 Resultados dos formulários aplicados (Apêndice 01)**
 - 4.2 Resultados dos questionários aplicados (Apêndice 02)**
 - 4.3 Formulários aplicados (Apêndice 01)**
 - 4.4 Questionários aplicados (Apêndice 02)**

Anexo 1. Lei Municipal de Cultura 411/2010: texto da LEI Nº 411/2010, publicada no Diário Oficial do Município, de 12 de Novembro de 2010.

Cria o Sistema Municipal de Cultura do Município de Serrolândia e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERROLÂNDIA, ESTADO DA BAHIA, no gozo de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei nos termos a seguir:

Art. 1º. Fica instituído o Sistema Municipal de Cultura, com a finalidade de estimular o desenvolvimento municipal com pleno exercício dos direitos culturais, promovendo a economia da cultura e o aprimoramento artístico-cultural em Serrolândia.

Art. 2º. O Sistema Municipal de Cultura observará os seguintes princípios:

- I Reconhecimento e valorização da diversidade cultural do município;
- II Cooperação entre os agentes públicos e privados atuantes na área da cultura;
- III Complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- IV Cultura como política pública transversal e qualificadora do desenvolvimento;
- V Autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- VI Democratização dos processos decisórios e do acesso ao fomento, aos bens e serviços;
- VII Integração e interação das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- VIII Cultura como direito e valor simbólico, econômico e de cidadania; IX Liberdade de criação e expressão como elementos indissociáveis do Desenvolvimento cultural;
- X Territorialização, descentralização e participação como estratégias de gestão.

Art. 3º. O Sistema Municipal de Cultura é constituído pelos seguintes entes orgânicos:

- I Departamento de Cultura;
- II Conselho Municipal de Cultura;
- III Biblioteca Municipal;
- IV Centro Cultural;
- V Museu;
- VI Arquivo Publico Municipal.

§ 1º. O Sistema Municipal de Cultura contará com os seguintes instrumentos de suporte institucional:

- I Plano Municipal de Cultura;
- II Mecanismos Permanentes de Consulta – Fórum Municipal de Cultura e Conferência;
- III Fundo Municipal de Cultura;
- IV Sistema de Informações e Indicadores Culturais;
- V Programas de Capacitação e Formação na área cultural.

§ 2º. O Sistema Municipal de Cultural buscará atuar de forma integrada e convergente aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, potencializando, através destes, o alinhamento das políticas culturais e o provimento de meios para o desenvolvimento do município através da cultura.

§ 3º. Poderão integrar o Sistema Municipal de Cultura organismos privados, com ou sem fins lucrativos, com comprovada atuação na área cultural e que venham a celebrar termo de adesão específico.

Art. 4º. O Conselho Municipal de Cultura, órgão colegiado de caráter opinativo, consultivo e fiscalizador, vinculado ao órgão de cultura do município, com participação do poder público e da sociedade civil, que colabora na elaboração e fiscalização da política cultural do município, tem as seguintes finalidades:

- I Formular políticas e diretrizes para o Plano Municipal de Cultura;
- II Apreciar, aprovar e acompanhar a execução do Plano Municipal de Cultura;
- III Garantir a cidadania cultural como direito de acesso e fruição dos bens culturais, de produção cultural e de preservação das memórias histórica, social, política, artística, paisagística e ambiental, encorajando a distribuição das atividades de produção, construção e propagação culturais no município;
- IV Defender o patrimônio cultural e artístico do Município e incentivar sua difusão e proteção;
- V Colaborar na articulação das ações entre organismos públicos e privados da área da cultura;
- VI Criar mecanismos de comunicação permanente com a comunidade, cumprindo seu papel articulador e mediador entre a sociedade civil e o poder público no campo cultural;

VII Formular diretrizes para financiamento de projetos culturais apoiados pelo Fundo Municipal de Cultura;

VIII Supervisionar, acompanhar e fiscalizar as ações do Fundo de Cultura;

IX Promover e incentivar a realização de estudos e pesquisas na área cultural.

Parágrafo Único. O Conselho Municipal de Cultura, cujo regimento será aprovado pelo Chefe do Poder Executivo, será composto de 6 membros representativos da sociedade civil e 4 do poder público, com mandato de 2 anos, sendo 1/2 renovados anualmente.

Art. 5º. O órgão oficial de cultura, unidade integrante da administração municipal, que será objeto de Lei específica, é responsável por planejar e executar políticas públicas para promover a criação, produção, formação, circulação, difusão, preservação da memória cultural, e zelar pelo patrimônio artístico, histórico e cultural do Município.

Art. 6º. A Biblioteca, responsável pela promoção da leitura e a difusão do conhecimento, congregando um acervo de livros, periódicos e congêneres, organizados e destinados ao estudo, à pesquisa e à consulta por parte de seus usuários.

Art. 7º. o Arquivo Público, responsável por zelar pela preservação do acervo documental intermediário e histórico, possibilitando o estudo, a pesquisa e a consulta pelos seus usuários e pela comunidade em geral.

Art. 8º. o Centro Cultural, responsável por promover e incentivar a proteção ao meio ambiente, histórico e cultural do município dinamizando suas expressões artísticoculturais.

Art. 9º. O Museu, responsável por colaborar no processo de desenvolvimento educacional e cultural da comunidade através da preservação e divulgação de seu acervo e promoção de eventos, a exemplo de exposições multidisciplinares, mostras permanentes, exposições temporárias e itinerantes.

Art. 10º. As atividades e ações de alcance cultural, inerentes a cada organismo integrante do Sistema Municipal de Cultura, deverão ser orientadas e estar compatibilizadas e consubstanciadas no Plano Municipal de Cultura, principal instrumento de gestão da execução de políticas, programas e projetos culturais.

Art. 11º. O Plano Municipal de Cultura, enquanto instrumento de planejamento da ação cultural no âmbito do município, deverá, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de publicação desta Lei, ser elaborado e/ou ajustado pelo órgão oficial de cultura, com participação das diversas instâncias de consulta. Parágrafo Único. O Plano Municipal de Cultura será aprovado pelo Conselho Municipal de Cultura e submetido à homologação do executivo municipal, através de decreto específico.

Art. 12º. Fica instituído o Fundo Municipal de Cultura - FMC, com o objetivo de promover a economia da cultura e fomentar a criação, produção, formação, circulação e memória artístico-cultural, custeando total ou parcialmente projetos e atividades culturais de iniciativa de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado.

§ 1º. O FMC é vinculado ao Departamento Municipal da Cultura competindo-lhe prover os meios necessários à sua operacionalização.

§ 2º. O gestor e ordenador de despesas do FMC será o titular do Órgão Oficial de Cultura, nomeado pelo Prefeito.

§ 3º. A fiscalização da aplicação dos recursos do FMC será exercida pelo Conselho Municipal de Cultura.

Art. 13º. Constituem-se receitas do Fundo Municipal de Cultura:

- I transferências à conta do orçamento geral do município;
- II transferências realizadas pelo Estado e pela União;
- III receitas diretamente arrecadadas pelas unidades integrantes do Sistema Municipal de Cultura;
- IV contribuições de mantenedores, na forma de regulamento específico;
- V auxílios, subvenções e outras contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- VI doações e legados;
- VII saldos remanescentes de projetos e atividades apoiados, bem como devolução de recursos por utilização indevida;
- VIII saldos financeiros de exercícios anteriores;
- IX outros recursos a ele destinados na forma da lei.

Parágrafo Único. O Chefe do Poder Executivo fixará o montante dos recursos orçamentários destinados ao FMC em cada exercício financeiro e os limites mensais e anuais de contribuições que poderão ser deduzidos pelos patrocinadores contribuintes do ISSQN do imposto apurado mensalmente.

Art. 14º. O Regulamento do FMC aprovado pelo Chefe do Poder Executivo definirá:

I as áreas de enquadramento dos projetos e atividades que poderão ser custeados pelo FMC;

II os limites de financiamento;

III os meios e critérios de acesso e seleção de projetos e atividades;

IV as formas de prestação de contas.

Parágrafo Único. o Regulamento do FMC deverá ser previamente avaliado pelo Conselho Municipal de Cultura.

Art. 15º. Caberão às unidades integrantes do Sistema Municipal de Cultura prover os meios necessários ao desenvolvimento de programas de capacitação de profissionais, através de cursos, palestras, debates e atividades similares.

Art. 16º. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias de sua publicação, promovendo, no orçamento vigente, as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 17º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Serrolândia (BA), em 11 de novembro de 2010.

GILDO MOTA BISPO

Prefeito

2. Decreto 024/2011, do Conselho Municipal de Cultura:

DECRETO Nº. 024, DE 16 DE MAIO DE 2011

Nomeia os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA do município de Serrolândia/BA dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERROLÂNDIA, ESTADO DA BAHIA, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem a Constituição Federal e conforme o disposto no art. 87, inciso VIII, o art. 145, inciso I, alínea “a” da Lei Orgânica Municipal e o art. 4º da Lei Municipal nº. 411/2010,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Cultura, composto pelos seguintes membros:

I REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

a) Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer:

Titular: Quirino do Rosário Santos

Suplente: Anadissor Aniceto Fernandes

b) Secretaria de Educação:

Titular: Suzana Sampaio de Souza

Suplente: Ana Paula Andrade Barbosa

c) Conselho Tutelar:

Titular: Márcio dos Santos Ferreira

Suplente: Gilmar Silva Santos

d) Poder Legislativo:

Titular: Jucicliede Santos Moreira

Suplente: João Wilson Santos Novais

II REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de Serrolândia:

Titular: Josefa Petronilha dos Santos Matias Araújo

Suplente: Jucileide Márcia Santos do Nascimento Silva

b) Associação Serrote Educativa – ASE:

Titular: Gildenor Araújo Silva

Suplente: Maria da Conceição Silva Souza

c) Entidade Religiosas:

Titular: Padre Tiago José Lino Peixoto

Suplente: Carlos Augusto A. Moreira

d) Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Serrolândia – ACIASE:

Titular: Givanildo Silva Araújo

Suplente: Vilma Torres dos Santos

e) Grupo Arte Fato:

Titular: Márcia Cerqueira Santos

Suplente: Ceane Carvalho Santos de França

f) Manifestações Populares:

Titular: Olimpio Joaquim dos Santos

Suplente: Paulo Bispo Jordão

Art. 2º. As atividades dos Conselheiros são de relevante interesse público, não incidido qualquer remuneração.

Art. 3º. Compete ao Conselho Municipal de Cultura, ora nomeado, após a posse, elaborar o Regimento Interno e aprovar as Políticas Públicas de Cultura.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Serrolândia, em 16 de maio de 2011.

GILDO MOTA BISPO

Prefeito

3. Dados de Serrolândia/BA no Perfil dos Municípios Brasileiros MUNIC/IBGE (2009):

O prefeito atual estava em exercício do mandato de prefeito neste município em 2008	Não
Sexo	Masculino
Idade	42
Escolaridade	Ensino médio incompleto
Partido pelo qual foi eleito	PSB
Partido atual	PSB

3.1. Órgão gestor e legislação da cultura

Caracterização do órgão gestor da cultura no município	Secretaria em conjunto com outra política
Legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural	Não
Natureza do bem tombado	
Patrimônio material	Não aplicável
Patrimônio imaterial	Não aplicável

3.2. Conselho municipal de cultura

Conselho municipal de cultura - existência	Não
Ano de criação	Não aplicável
O conselho é paritário	Não aplicável
Caráter do conselho:	
Consultivo	Não aplicável
Deliberativo	Não aplicável
Normativo	Não aplicável
Fiscalizador	Não aplicável
O conselho realizou reunião nos últimos 12 meses	Não aplicável

3.3 Articulação interinstitucional

Na política de cultura o município participa de:	
Consórcio público intermunicipal	Não
Consórcio público com o Estado	Não
Consórcio público com o Governo Federal	Não
Convênio de parceria com o setor privado	Não
Apoio do setor privado ou de comunidades	Não
Na política de turismo o município participa de:	
Consórcio público intermunicipal	Não
Consórcio público com o Estado	Não
Consórcio público com o Governo Federal	Não
Convênio de parceria com o setor privado	Não
Apoio do setor privado ou de comunidades	Não

3.4 Atividades artesanais

Principais atividades artesanais (5)	
Bordado	Sim
Barro	Sim
Couro	Sim
Conchas	Não
Culinária típica	Não
Fios e fibras	Não
Fibras vegetais	Não
Frutas e sementes	Não
Madeira	Não
Material reciclável	Não
Metal	Não
Pedras	Não
Pedras preciosas	Não
Tecelagem	Não
Tapeçaria	Não
Renda	Não
Vidro	Não

3.5 Grupos artísticos:

Teatro	Sim
Manifestação tradicional popular	Sim
Cineclube	Não
Dança	Sim
Musical	Não
Orquestra	Não
Banda	Sim
Coral	Sim
Associação literária	Não
Capoeira	Sim
Circo	Não
Escola de samba	Não
Bloco carnavalesco	Não
Desenho e pintura	Sim
Artes plásticas e visuais	Não
Artesanato	Sim
Outros - existência	Não

3.6 Equipamentos culturais e meios de comunicação existentes no município:

Existe no município:	
Bibliotecas públicas	Não
Museus	Não
Teatros ou salas de espetáculos	Não
Centro cultural (3)	Sim
Cinemas (4)	Não
Videolocadoras	Sim
Estádios ou ginásios poliesportivos	Sim
Provedor de internet	Sim
Unidades de ensino superior	Não
Shoppincenters	Não
Lojas de discos, CDs, fitas e DVDs	Não
Livrarias	Não
Rádio AM	Não
Rádio FM	Não
Rádio comunitária AM ou FM	Sim
Geradora de TV	Não
Clubes e associações recreativas	Sim

3.7 Variáveis externas

Região	2 - Nordeste
Código da Unidade da Federação	29
Sigla da Unidade da Federação	BA
Classe de tamanho da população estimada de 2009	3 - 10001 até 20000
Nome do município	Serrolândia

4. Pesquisa 2013-2014

4.1 Resultados dos formulários aplicados (Apêndice 01)

Tabela 01 - Dados dos atores/colaboradores:

Nº do questionário	Nome	Idade	Sexo M/F	Profissão	Contatos	Local
01	Jemima Carvalho De Araújo	14	F	Estudante	(74) 8143-9563	Povoado Maracujá
02	Mayana Alves Selestino	15	F	Estudante	(74) 8811-2555	Povoado Maracujá
03	Manoel Do Nascimento	70	M	Lavrador	-----	C. R. Amarante
04	Cleiton Souza Ferreira	14	M	Estudante	cleiton.ferreira2013@live.com	Povoado Maracujá
05	Edvaldo Gomes Da Silva	81	M	Lavrador	(74) 3631-7043	Povoado Maracujá
06	Eufrazio Ribeiro Da Silva	70	M	Lavrador	-----	Povoado Maracujá
07	Vinício Santos Teles	17	M	Estudante	-----	Povoado Maracujá
08	Jailson Silva Souza	20	M	Atendente	jailson.silva.souza@outlook.com	Povoado Maracujá
09	Vilarino Souza Morais	----	M	----	(74) 9981-5346	C. R. Baixa Fria
10	Cristiane Dos Santos Teles	16	F	----	-----	Povoado Maracujá
11	Valeriano Felix Sampaio	82	M	Lavrador	(74) 3631-7072	Povoado Maracujá
12	Maria José Jordão Silva	21	F	Lavradora	(74) 8122-3318	C. R. Várzea Bonita
13	Givaldo Nascimento Araújo	24	M	Func. Público	givaldo.ba@advir.com	Povoado Maracujá
14	Osvaldo Alves Dos Santos	54	M	Lavrador	(74) 8129-5341	Fazenda Caraiba
15	Joilma Alves Dos Santos	23	F	Lavradora	joilm@hotmail.com	Fazenda Caraiba
16	Clestione Oliveira Sousa Silva	30	F	Lavradora	(74) 9938-5136	Alto Do Coqueiro
17	Elciane Sousa Da Silva	----	F	Aux. Adm Educação	(74) 8836-9331 elcianesousa@hotmail.com	Povoado Maracujá
18	Delma Dos Santos Rios Cerqueira	33	F	Aux. Biblioteca	delma-cerqueira@hotmail.com	Serrolândia
19	Jucilma Freitas De Araújo	25	F	Aux. Biblioteca	(74) 8134-5470	-----
20	Sirlene Maria Silva Jordão	46	F	A.C. S Saúde	(71) 8183-2338	Povoado Roçadinho
21	Rubia Laine Dos Santos	29	F	Aux. S.Gerais	(74) 8136-1960	Povoado Roçadinho
22	Silvânia Maia De Araújo	30	F	Gestora	silvania-maia@hotmail.com	Serrolândia

23	Zilma Pereira Dos Santos	40	F	Diretora Cultura	(74)8125-6174	Serrolândia
24	Valgnei Silva Santana	27	M	Atendente	valgadv@hotmail.com	Povoado Maracujá
25	Elias Santos Da Silva	31	M	Vendedor	eliassilva@hotmail.com	Povoado Maracujá
26	Emilia Sousa Mota	----	F	Autônoma	emelymotta@hotmail.com	Serrolândia
27	Anny Oliveira	29	F	-----	anny.oliveiraserrotefm@hotmail.com	Serrolândia
28	Ilza Maria De Oliveira	36	F	Secretária Serrote Fm	ilzamarial8@hotmail.com	Serrolândia
29	Jilvanete Sampaio De Jesus	34	F	Lavradora	(74) 9983-3935	C.R.Várzea Do Uruçú
30	Maria Conceição Santos Silva Ferreira	29	F	Dona De Casa	(74) 8130-7266	Povoado Alto Do Coqueiro
31	Gilmar Silva Santos	47	M	-----	(74) 9968-9386	Povoado Alto Do Coqueiro
32	Doraci Maria Dos Santos	56	F	Lavradora	(74) 8137-2567	Povoado Boa Vista
33	Cecilia	56	F	Professora	ceciliampba@yahoo.com.br	Povoado Vazeolândia
34	Evalda Marques Da Silva	40	F	Professora	evaldamarques@hotmail.com	Povoado Salamin
35	Marcos Wagner Pinto Marques	26	M	Vendedor	wagner.marcos100@hotmail.com	Povoado Salamin
36	João Wilson Santos Novais	34	M	Produtor Musical	jw.novais@hotmail.com	Serrolândia
37	Gevazio Pereira Dos Santos	71	M	Lavrador	(74)9989-2077 /8104-9667	Povoado São Cristovão
38	Edemilson Araújo Dos Santos	84	M	Lavrador	ede.milson2008@hotmail.com	Serrolândia
39	Adagelson Barros Da Silva	42	M	Professor	bandajalekodepai@hotmail.com	Serrolândia
40	Quirino Do Rosário Santos	35	M	Professor	(74)8124-8521 quirino27@yahoo.com.br	Serrolândia
41	Fredson Rodrigues De Araújo	30	M	Téc. Agropecuário	(74)9991-3976 fredsonterra@hotmail.com	Serrolândia
42	Sergio Ricardo Ferreira De Azevedo	35	M	Professor	serriazevedo@hotmail.com	Serrolândia
43	Davilson Sodre Sampaio	29	M	Estudante	(74)8115-9472	Serrolândia

44	Olímpio Joaquim Dos Santos	67	M	Lavrador	-----	Serrolândia
45	Elisiane Reis Dos Santos	32	F	Professora	elisianereis@hotmail.com	Serrolândia
46	Edvaldo Sampaio Dos Santos	----	M	Vendedor	edvaldo.senador@hotmail.com	Serrolândia
47	Pe. Tiago Peixoto	35	M	Padre	giacommo86@hotmail.com	Serrolândia
48	Suzana Batista Moreira Araújo	35	F	Professora	-----	Maracujá
49	Inácio Silva Do Rosário	37	M	Agricultor	inaciosr@hotmail.com	Assentamento Caiçara
50	Camila Oliveira Do Rosário	15	F	Estudante	(74)9999-4312	Assentamento Caiçara
51	José Bispo Do Rosário	66	M	Lavrador	-----	Assentamento Caiçara
52	Angela Maria De Jesus Moreira	28	F	Orientadora Social	angela21.gatinha@hotmail.com	Povoado Maracujá
53	Celina Mendes De Oliveira	49	F	Artesã	(74)3631-7061 / (74)8135-5317	Povoado Maracujá

Legenda: F=Feminino M=Masculino

Fonte: Neusa Martins (2014)

Tabela 02 – Resultados do questionário aplicado

Questão 01	O que você entende como cultura e qual a sua importância?
Nº do Questionário	Resposta
01	Para mim é trazer de volta as coisas que fizeram parte do nosso passado para que no futuro elas não sejam esquecidas.
02	A cultura é a cultura dos nossos costumes. A sua importância é isso, cultivar o que temos de melhor.
03	Viver num ambiente, onde se pode produzir sem agredir a natureza. Amanhecer com os passarinhos.
04	Cultura é uma coisa diária e ela não acaba. A importância é que ela significa muito porque é um pouco da nossa história.
05	A roça, está ficando cada vez mais ruim.
06	Representa com o “rouba boi”, roubando digitório de serviço e depois samba a noite toda.
07	É fundamental para a compreensão de diversos valores Moraes e éticos que guiam nosso comportamento social e fortalece nosso conhecimento.
08	Cultura é aquilo que nós fazemos em nosso dia a dia e a importância é porque sabem valorizar nossa cultura.
09	Plantar milho feijão e mandioca para a alimentação
10	Cultura é aquilo que vivemos, ela é importante para as pessoas conhecer cada país.
11	É importante para a localidade e a sociedade.
12	Cultura é tudo que somos, pois nos fala de um passado que não vivemos mas fazemos parte de tudo.
13	Cultura são as ações criadas demonstrando a criatividade e inteligência das pessoas. É importante para mostrar a importância de cada pessoa ou grupo.
14	Cultura é 10, porém merece ser mais divulgada.
15	Identidade da localidade transmite a realidade local e valorização das raízes da comunidade.
16	Festa como de padroeiro, lazer e etc. A importância é um momento diferente para sair da rotina do dia a dia.
17	Cultura é tudo que é criado pelo homem, consiste em recriar e não em repetir, é uma das principais características humanas. A cultura tem muita importância em nossas vidas e na sociedade pois adquire um conhecimento e uma grande riqueza.
18	É valorizar os costumes do passado, exemplo: cantigas de roda, samba e etc.
19	É resgatar os costumes dos povos passados que dançavam rodas, samba etc.
20	É o resgate da cultura do pessoal mais velho como cantiga de roda, reisado, mutirões e festa de bumbeiro.
21	É a maneira e opção em que as pessoas vivem. É importante porque são manifestações de espontaneidade e fé.
22	É a forma de uma comunidade expressar sua arte, tendo na integração das pessoas sua importância.
23	Todas as formas de manifestações, costumes, ritos, e cotidiano de determinado povo e lugar.
24	Estilo de vida. É importante para divulgar como as pessoas vivem e ajuda a realizar seus projetos.
25	São festas anuais onde as pessoas comemoram suas culturas como: quadrilha, samba, etc.
26	É tudo aquilo que envolve as diversas manifestações: shows, teatro, enfim tudo o que faz parte da história da cidade.
27	São todos os costumes de um povo, que com suas tradições mostram seus valores culturais.
28	Cultura é algo que deve ser desenvolvido pelo município para atrair a atenção das pessoas e incentivar os jovens a atuarem mias na

	sociedade.
29	É tipo de brincadeira cultivada na comunidade: bumba meu, ovo na colher, corrida de saco, pulo
30	Nunca pensei sobre isso.
31	Cultura é esporte, lazer, diversão e manter viva a estória de nosso povo.
32	As festas, quebra de licurí, cantiga de roda e São João.
33	São valores, costumes e tradições que marcam a identidade de grupos.
34	Tudo nós vivemos é cultura e temos que dá valor as nossas culturas, não podemos deixar que ela se acabe.
35	A cultura é importante para conhecer o município através do apoio dos nossos governantes do nosso estado.
36	São manifestações e organização que representam a vivência de um povo e suas características. Torna visível e representando essa origem.
37	Festa, gostar de samba e sanfona.
38	Cultura são todas as expressões de um povo.
39	Tem um papel importante em nossos costumes, é muito importante nossas atividades.
40	É tudo que representa o povo, tais como suas manifestações e crenças. Sua importância está em sua força na identidade do povo.
41	Cultura é toda manifestação das expressões humanas, marcada pelos gostos e símbolos, sendo vital para as pessoas.
42	Identidade social de um povo, perpetuada pela transmissão entre gerações.
43	A cultura são eventos de acordo a cada região. Festas juninas como o Arraiá do licurí.
44	Maior divertimento que pode ter, evento e tradição.
45	A cultura é a relação estabelecida entre sujeitos de uma determinada 'localidade', seus costumes, tradições etc.
46	Trabalho, licurí.
47	Cultura é a expressão identitária mais singular de um povo, podemos dizer que é a alma de uma civilização ou de um grupo organizado.
48	Uma forma de expressão de um povo, suas memórias, formas de vida.
49	Cultura é um conjunto de costumes vivido por um grupo de pessoas; Importante no relacionamento e preservação de raízes.
50	Conjunto de costumes de pessoas que vivem no mesmo lugar e que passa de geração em geração; importante na identidade de um povo.
51	Pertence o que trabalha na lavoura. A importância está no jeito de viver e trabalhar na família.
52	É o resgate local, buscando resgatar e não deixar morrer as diversidades das culturas dos mais velhos.
53	É resgatar algo tão importante que está esquecido, fazer a minha parte, contribuindo na comunidade.

Fonte: Neusa Martins (2014)

ANEXO 4.2 – Resultados (Apêndice 01)

Tabela 03 – Equipamentos culturais

Nº do Formulário	Nome do bem/ serviço cultural	Local/ Surgimento	Apresentação	Desafios/limitações	Dirigente/ representante	Idade	Sexo M/F	Contatos
3	Centro Cultural de Serrolândia/BA	Serrolândia/ 08/12/2000	Funciona de segunda a domingo. Semanalmente, ocorrem atividades alternadas, realizadas por voluntários, como oficinas de teatro, poesia e capoeira.	Manter atividades, dinamizar o espaço. Não há equipamentos como som, microfone e cadeiras.	Zilma Pereira dos Santos	-	F	zilma.cultura@gmail.com/ 74 8125-6174
4	Biblioteca Pública Municipal Gervázio Maciel da Cruz	Serrolândia/ 29/10/2001	A Biblioteca tem espaços como setor de pesquisa, infantil, além de referencia e empréstimo. Nos espaços também ocorrem contação de histórias, pintura ilustrada, teatro de fantoche e filmes.	A busca pelo hábito da leitura.				
9	Casa de Farinha (artesanal)	Comunidade rural Baixa Fria – Várzea Bonita/ 1986	Construída para realizar um sonho da moradora. Importante para fazer beiju, farinha e ração para os bichos.	Não acha nada difícil.	Zelina Souza dos Santos.	70	F	-----
10	Centro Digital de Cidadania (CDC)	Maracujá/ 2006	Projeto Infocentro - Programa de inclusão sócio digital. Composto por 1 servidor; 10 computadores; 1 impressora e serviço de internet gratuito.	Disponibilidade de equipamentos modernos; melhor serviço de internet.	Givaldo Nascimento Araújo	25	M	givaldo.ba@advir.com
13	Casa de Farinha	Comunidade	Um meio de	Custo com	José Pereira	58	M	-----

	(artesanal)	rural Baixa Fria – Várzea Bonita/ 1989	sobrevivência da família.	manutenção	dos Santos (Zéave)			
16	Centro Digital de Cidadania (CDC)	Serrolândia/ 2006	Projeto Infocentro. Programa de acesso internet gratuito. São realizadas oficinas de informática básica, digitação e manutenção de micros.	Atrair público. Melhorar o serviço de internet.	Silvânia Maia de Araújo.	31	F	74 8109-6184
22	Rádio Serrote FM - Associação Serrote Educativa	Serrolândia/ 1998	Feita para atender aos interesses da própria comunidade.	Falta de recursos. Falta de qualificação e formação.	Elisiane Reis dos Santos	32	F	74 3631-2225
23	CRESS - Clube	Serrolândia/ 1977	Clube recreativo e esportivo para associados e realização de eventos.	Falta de colaboração dos associados.	Davilson Sodré Sampaio	30	M	74 8115-9472/ davilsonrios@jacocristo.com
25	Neroson Stúdio	Serrolândia/ 2012	Dispõe de equipamento para gravação e microfones. Produz vinhetas, jingles, spots e produção de músicas em geral.	Custo com instrumentos para gravação e valorização no mercado.	Adagelson Barros da Silva	43	M	74 9962-7270/ nerosonstudio@hotmail.com
26	Casa do Licuri	Serrolândia/ 2013	Idealizada por trabalhadores rurais, com manutenção através do trabalho cooperativo entre associações rurais.	Falta de apoio do poder público e sensibilidade da população. Envolvimento entre a equipe.	Fredson Rodrigues de Araújo	30	M	74 9991-3976/ fredsonterra@hotmail.com

Legenda: M = Masculino/ F=Feminino

Fonte: Neusa Martins (2014)

Tabela 04 – Manifestações culturais

Nº do Formulário	Nome do bem/ serviço cultural	Local/ Surgimento	Apresentação	Desafios/limitações	Dirigente/ representante	Idade	Sexo M/F	Contatos
5	Festa de Cavalgada de Amarante – Assoc. de Pais	Comunidade Rural Amarante/ 2008	É uma festa rural comunitária. Surgiu da ideia de comemorar o Dia dos pais com uma festa de cavalo.	Conseguir recursos. Falta de segurança.	Manoel do Nascimento (Sr. Binet)	70	M	74 9962-7957
8	Samba de boi roubado	Maracujá/ Há mais de 80 anos	Trabalhadores se reúnem para trabalhar na enxada o dia inteiro, no “digitório”. O dono da roça mata um boi e festejam. Atualmente, substituíram o boi por comidas típicas.	Falta de união. O povo não quer mais participar.	Eufrázio Ribeiro da Silva (seu Frazinho)	70	M	74 3631-7022
15	Festa da Padroeira Santa Maria Goreth	Roçadinho/ Há mais de 50 anos.	Festejo religioso com missa, leilões, e show católico.	Unir as pessoas.	Rúbia Laine dos Santos Maciel	--	F	74 8136-1960
17	Festa do Padroeiro São José	Alto do Coqueiro/ 19/03/1980	Festejo religioso com celebração de missa, leilão e gincanas com corrida de saco e sorteios.	Falta de recurso. Falta de incentivo da gestão pública local.	Gilmar Silva Santos	48	M	74 9968-9386
18	Festa da Padroeira Nossa Senhora Aparecida	Boa Vista/ Outubro de 1990	Festejo religioso com celebração de missa, leilão, feira e bingos.	Conseguir recurso.	Zailde Pereira dos Santos	26	F	74 8111-3156
19	Festa do Padroeiro São José	Varzeolândia/ Março de 2006	Festejo religioso com congregação na comunidade.	Envolver as pessoas nas atividades e criar um espaço para jovens e crianças.	Cirlene Gomes da Silva	---	F	74 9969-1403
42	Arraial da terra	Maracujá/ Desde 2005	Festejo junino realizado com as tradições juninas como pau de sebo e quadrilhas.	Captação de recursos	Miguel Santa da Silva	-----	M	74 8122-2151
20	Festa da Padroeira Nossa Senhora	Salamin/ Há mais de 6 décadas.	Festejo religioso com tríduo e apresentações de comunidades vizinhas.	Ausência de apoio de autoridades locais. Descontrole	Evalda Marques da Silva e	41	F	evaldamaques@hotmail.com

	das Cadeias			de barracas nos espaços da rua.	Valdelice C. da Silva Cunha			
27	Festa do Padroeiro São Roque	Serrolândia/ 16/08/1930		Diálogo entre poderes instituídos. Conscientização entre associações sobre o papel a ser exercido na comunidade.	Padre Tiago José Lino Peixoto	36	M	74 3631-2182/ giacommo86@hotmail.com
28	Festa do Padroeiro Senhor do Bonfim	Maracujá/ 02/01/1972	Festejo religioso que reúne a comunidade para homenagear Senhor do Bonfim.	Falta de pessoas dispostas para ajudar na organização.	Suzana Batista Moreira Araújo	36	F	74 8845-0683/ susanamariaeclara@hotmail.com
32	Festa do Padroeiro São Cristovão	Comunidade rural São Cristovão – Várzea do Uruçú	Festejo religioso, com carroça de boi “Parêa de boi”, com dois bois para arar terra.	Compromisso dos membros da associação.	Gevázio Pereira dos Santos	69	M	74 9989-2077/ 8104-9667
44	Festa do 2 de Julho – Campeonato do Cavalo de Passeio	Maracujá/ Julho de 1989	Festa rural, em homenagem aos cavaleiros e amazonas da região e a 2 julho (Independência da Bahia).		Sérgia Neide Silva Dos Santos	36	F	sergiamaracuja@live.com
38	O Jeguerê	Maracujá/	Festa rural, inspirado nos festejos nordestinos. Homenagem aos Jegues, que desfilam com adereços.		Valdivino Araújo Silva			74 9991-3121 / dinoagro.mpa@gmail.com
39	Arraiá Du Licuri	Serrolândia	Festa de São João, antecipada no município.	Captação de recursos.	Zilma Pereira dos Santos	----	F	zilma.cultura@gmail.com/ 74 8125-6174

Legenda: M = Masculino/ F=Feminino

Fonte: Neusa Martins (2014)

Tabela 05 – Grupos e artistas

Nº do Formulário	Nome do bem/ serviço cultural	Local/ Surgimento	Apresentação	Desafios/limitações	Dirigente/ representante	Idade	Sexo M/F	Contatos
6	Grupo de Samba Reisado Pinote	Serrolândia/ Há mais de 50 anos	O grupo tem 7 membros, todos lavradores ou trabalhadores rurais, ativos e aposentados. Apresentam-se em escolas e na Biblioteca do município.	Local para ensaio e apoio para apresentações.	Olímpio Joaquim dos Santos (seu Nico)	67	M	74 9982-9450
7	Grupo Samba de Reis	Maracujá/ Há mais de 50 anos	São 8 trabalhadores rurais que se reúnem para trabalhar e se divertir.	Reunir o grupo e ajudar uns aos outros.	Eufrázio Ribeiro da Silva (seu Frazinho)	70	M	74 3631-7022
21	Grupo Musical – Forró Gruda N'eu	Serrolândia/ Maio de 2008	Tem na sua identidade musical manter viva a originalidade do forró pé de serra.	Espaços e oportunidades para apresentação.	Wilson Novaes	35	M	74 8101-2815/ jw.novaes@hotmail.com
24	Banda Jaleko de Pai	Serrolândia/ 05/01/2012	Um grupo de 10 pessoas que leva a música sertaneja para o palco.	Falta de investimento. Levantar recursos e trabalhar de forma colaborativa.	Adagelson Barros da Silva	43	M	74 9962-7270/ bandajalekodepai@hotmail.com
30	Contadora de história	Fazenda Queimada Velha/ Serrolândia/ BA/ -----	Participa de eventos culturais na comunidade. Também recita cordel. Foi contemplada com o Prêmio Culturas Populares 2012, edição Mazzaropi.	Material para apresentação e registro como som, gravador, filmadora e livros para contações de histórias.	Madalena Mendes Moreira	72	F	74 3631-7061/ 74 8135-5317
33	Rezadeira Dona Vange	Maracujá/ Há 30 anos	Reza de mal olhado, vento caído e dor de cabeça. Não cobra.	Aprender mais rezas. Ausência de pessoas mais velhas para ensinar. Os filhos e netos não querem aprender.	Evangelina Maria de Jesus	81	F	-----
34	Contadora de histórias	Maracujá/ Há mais de 60 anos	Conta histórias grandes e pequenas e canta roda. Descobriu o dom e aprendeu com os avós.	Tem poucos contadores e falta preparar os jovens para continuar.	Sinésia Ferreira Santana	72	F	74 8134-5444
35	Contadora de histórias e	Maracujá/ Há 50 anos	Faz parte da crença da comunidade.	Ninguém quer aprender	Eurides Rodrigues de	76	F	74 3631-7002

	rezadeira				Souza			
37	Grupo de teatro Artefato	Serrolândia	Trabalha com arte e educação voltados para jovens e crianças.	Captação de recursos.	Ivaneide Silva dos Santos	---	F	74 3631-2661 / ivaneide-uneb5@hotmail.com
40	Grupo de Bumbeiros	Serrolândia e C. R. Santa Rosa.	Similar aos grupos de Ternos de Reis, a diferença se dá na apresentação com o instrumento de sopro Gaita.	Apoio para apresentação em outras comunidades.	Sr. Paulo do cotorno e Sr Edézio da Sta. Rosa.	----	M	74 9998-5184
41	Grupo Hip Hop - B Boys street	Serrolândia	Trabalha com crianças e jovens.	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos.	Robson Santos Barbosa	----	M	rob.santosmfmtv@hotmail.com
43	Grupo de Capoeira Bicho Solto	Serrolândia	Trabalha com crianças e jovens.	Dificuldade com custos para participar de eventos em outras comunidades.	Sterlle Mayune Sampaio dos Santos	----	M	74 9986-4635 / sterlle@hotmail.com

Legenda: M = Masculino/ F=Feminino

Fonte: Neusa Martins (2014)

Tabela 06 – Serviços culturais

Nº do Formulário	Nome do bem/ serviço cultural	Local/ Surgimento	Apresentação	Desafios/ limitações	Dirigente/ representante	Idade	Sexo M/F	Contatos
1	Associação Comunitária Rural dos moradores da Fazenda Caraíba	Fazenda Caraíba/ 16/05/1995	Uma organização coletiva de grande importância como porta voz entre a comunidade e as autoridades locais.	Obter de sede. Captar de recursos.	Presidente: Jailma Alves dos Santos (vice: Osvaldo Alves dos Santos)	34	F	jailma@hotmail.com/ 74 8121-5980 / 9949-3480
2	Departamento de Cultura de Serrolândia/BA	Serrolândia/ -----	Apoia e incentiva os grupos culturais locais. Não tem sede própria.	Criar o Fundo Municipal de Cultura/FMC	Zilma Pereira dos Santos	-	F	zilma.cultura@gmail.com/ 74 8125-6174
11	Jau Games	Maracujá/ 2011	Teve início alugando um aparelho de vídeo game. Atualmente, presta serviços de acesso à internet e games.	Desenvolver serviços dessa natureza em comunidades pequenas e distantes.	Jailson Silva Souza	21	M	jailson.silva.souza@outlook.com
12	Games Val	Maracujá/ 2009	Serviço de internet e acesso a redes sociais e	Falta de trabalho e geração de renda	Venício Santos Teles	18	M	-----

			jogos.	para a população.				
36	DJSanMatos	Maracujá/ 2005	Atua em festas e rádios.	Falta reconhecimento como profissional de música.	Sandro Matos Oliveira	38	M	74 9985-2999/ 8122-2303 / Sanmatos10@hotmail.com.
14	Associação dos pequenos Produtores Rurais de Várzea Bonita/APPROVAB	Várzea Bonita/ 16/11/2011	-----	-----	Vilarino Souza Novaes	70	M	-----
29	Associação Flor do Maracujá (AMMAR)	Maracujá/ 05/06/2005	Agregar mulheres que trabalham com agricultura familiar e culinária. Ponto de leitura.	Locomoção (meio de transporte). Sede própria. Melhor estrutura para receber crianças em projetos de leitura.	Márcia Macêdo dos Santos Silva.	34	F	74 3631-7061/8135-5317/ celinadomaracujá@hotmail.com
31	Associação Rural Caiçara	Assentamento de reforma agrária – Comunidade Rural Caiçara/ 27/11/2000	Grupo de pessoas que trabalham de forma comunitária e preservam os costumes culturais.	Organização e instituição formal. Burocracia para documentação. Escassez da chuva e novas tecnologias.	Inácio Silva do Rosário	37	M	inaciosr@hotmail.com

Legenda: M = Masculino/ F=Feminino

Fonte: Neusa Martins (2014)

